

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

Livia Blandina de Araujo Silva

**ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO SERIDÓ POTIGUAR:
uma análise dos trabalhos realizados no município de Carnaúba dos
Dantas-RN**

Recife

2011

Lívia Blandina de Araujo Silva

**ARQUEOLOGIA PÚBLICA NO SERIDÓ POTIGUAR:
uma análise dos trabalhos realizados no município de Carnaúba dos
Dantas-RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

Recife

2011

Catálogo na fonte
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

S586a Silva, Livia Blandina de Araujo
Arqueologia pública no seridó Potiguar : uma análise dos trabalhos realizados no município de Carnaúba dos Dantas-RN / Livia Blandina de Araujo Silva. – Recife: O autor, 2011.
142 folhas : ll., 30 cm.

Orientadora : Profa. Dra. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2011.
Inclui bibliografia e anexos.

1. Arqueologia. 2. Área arqueologica – Seridó. 3. Patrimonio cultural. 4. Educação. 5. Preservação. I. Ramos, Ana Catarina Peregrino Torres. (Orientadora). II. Título.

930.1 CDD (22.ed.) UFPE (CFCH2012-09)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA LIVIA BLANDINA ARAUJO SILVA

Às 9 horas do dia 31 (trinta e um) de agosto de 2011 (dois mil e onze), no Curso de Mestrado em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pela aluna **Livia Blandina Araujo Silva** intitulada "*Arqueologia Pública no Seridó Potiguar: uma análise dos trabalhos realizados no município de Carnaúba dos Dantas-RN*", sob a orientação da **Profa. Dra. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder à mesma o conceito "**Aprovada**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: **Maria Gabriela Martin Ávila**, **Scott Joseph Allen** e **Ana Lúcia do Nascimento Oliveira**. Assinam também a presente ata, o Coordenador, Prof. Ricardo Pinto de Medeiros e a secretária Luciane Costa Borba para os devidos efeitos legais.

Recife, 31 de agosto de 2011

Profa. Dra. Maria Gabriela Martin Ávila

Prof. Dr. Scott Joseph Allen

Profa. Dra. Ana Lúcia do Nascimento Oliveira

Prof. Dr. Ricardo Pinto de Medeiros

Luciane Costa Borba

A José de Azevêdo Dantas (1890-1929), que com sua simplicidade, se preocupou em deixar registrado os “Indícios de uma Civilização Antiquíssima”, sem os quais não teríamos começado esse trabalho.

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens.

Paulo Freire - Educação e mudança, 2001

AGRADECIMENTOS

A Deus. Porque Dele e por Ele, para Ele são todas as coisas.

Ao professor Dr. Fábio Mafra Borges, que com seu exemplo me ensinou a respeitar e amar a região do Seridó, e acima de tudo, lutar por sua preservação. Como eu disse uma vez: Seridó - impossível não se apaixonar. Obrigada também pela paciência em repassar para mim muito dos seus conhecimentos de campo, além dos textos sobre patrimônio e as discussões desde o Monte do Galo até a garagem da Fundação Seridó!

A Plínio Victor, por idealizar esses trabalhos numa época em que não havia incentivos financeiros. Por acreditar na educação como ferramenta capaz de produzir mudanças. Obrigada pela ajuda na construção do novo tema dessa dissertação, pela paciência (nem tanta) em responder a tantos questionamentos e entrevistas.

A Mônica Nogueira, por ter se tornado nos últimos tempos uma pessoa que sempre posso contar. Pelas aventuras e desventuras vividas na Serra de Santana, pelas andanças em Carnaúba dos Dantas atrás dos entrevistados, pela parceria nas oficinas e palestras, e acima de tudo, por compartilhar comigo o desejo de mudança (Yes, we can!).

A professora Dra. Ana Catarina Ramos pelo incentivo em pesquisar sobre Arqueologia Pública, pelas discussões, contribuições e correções, além do apoio dado em todas as fases desse trabalho.

A professora Dra. Viviane Castro pela amizade, textos e discussões sobre Identidade e Memória Coletiva.

A professora Dra. Cláudia Oliveira pela confiança desde os tempos da graduação e os eternos “puxões de orelha”.

A todos os professores da Pós-Graduação em Arqueologia, em especial a professora Gabriela Martin pelo exemplo de pesquisadora dedicada e que inspira todos à sua volta.

A Arnaldo Oliveira (Arnold), pelo cuidado com que nos transporta e pela atenção de sempre. Devo a você quase todas as amizades que fiz em Carnaúba dos Dantas.

A Luciane Borba pela competência e paciência.

A Nelson pela atenção e por me lembrar sempre dos prazos (Mostre que sabe honrar com seus compromissos entregando em dia os livros da Biblioteca).

Aos colegas de turma: Beatriz, Karlla, Ledja, Igor e Danielli pelos momentos de convivência ao longo desses dois anos.

A querida “Equipe Caveira”, pelos 15 dias em que compartilhamos no Seridó as mais diversas experiências. Obrigada também por me acolherem na turma de vocês. Carolina, Cecília, Danúbia, Emília, Gena, Luciano, Pétrius, Rômulo e Rute: “missão dada é missão cumprida!”.

A Helder Macedo, pelos textos, arquivos, fotos, entrevistas, conversas... Nem sei como agradecer a tanta disponibilidade! Sua vontade em querer fazer algo mais por sua terra me inspiram sempre.

Às professoras Maria de Fátima Lopes (Fatoca) e Maria da Paz por me mostrarem que sempre podemos fazer algo mais em favor da educação e preservação do patrimônio arqueológico.

A todos os moradores de Carnaúba dos Dantas pelo acolhimento e amizade, e em especial, Dona Marluce e Socorro (Fofoca), pela atenção e cuidado e por fazerem com que nos sintamos em casa sempre que vamos para lá.

A Maria José Carvalho de Araújo por me presentear com o VHS transformado em DVD da Inauguração da Exposição José de Azevêdo Dantas que ajudou bastante na elaboração deste trabalho.

Ao meu marido Carlos, por seu amor, carinho, compreensão e por sempre me encorajar a seguir em frente, e por isso, ser meu maior exemplo. E a nossa Elis, que nem mesmo veio ao mundo, mas já tornou tudo mais bonito. Amo vocês dois!

A Aliane Oliveira pela amizade, apoio, estímulo e por acreditar nesse trabalho (às vezes até mais do que eu).

A Nilo Nobre pela ajuda no *abstract*.

Ao amigo Thyago Velozo, por acreditar que eu posso sempre ser mais!

A minha família, em especial meus pais Nilson e Rosália e minha irmã Nathália, pelo apoio e estímulo em todas as fases da minha vida. E nessa hora é impossível não lembrar da minha querida tia Maria de Fátima, que ficaria muito feliz em ver mais uma etapa da minha vida concluída.

A todos do antigo e novo NEA - Núcleo de Estudos Arqueológicos: Josilene, Íris, Daniel, Marcellus, Rafael, Manoel, os estagiários e bolsistas da graduação em Arqueologia e as arqueólogas.

Ao CNPq pelo auxílio financeiro.

RESUMO

Os trabalhos de Educação Patrimonial realizados na Área Arqueológica do Seridó tiveram início na década de 1990, com o lançamento do livro “Indícios de uma Civilização Antiquíssima”, de José de Azevedo Dantas, produzido a partir dos manuscritos feitos por ele na década de 1920. As ações do NEA-UFPE/Fundação Seridó visavam à proteção e preservação do patrimônio arqueológico da área a partir da busca do diálogo com a comunidade, possibilitando que ela reconhecesse a importância dos seus bens, contribuindo para o fortalecimento da identidade e memória coletiva. A partir da análise do histórico das ações de Educação Patrimonial realizadas em Carnaúba dos Dantas pela UFPE e dos trabalhos empreendidos pela população local, os objetivos dessa pesquisa foram: identificar nas ações realizadas, os princípios que permeiam o conceito de Arqueologia Pública; identificar os tipos de impacto que os programas de Educação Patrimonial geraram nos sítios arqueológicos e nas pessoas; identificar as maneiras mais eficazes de trabalhar o patrimônio na localidade; identificar a postura de intervenção voltada à preservação do patrimônio por parte dos órgãos responsáveis no Rio Grande do Norte. Foram realizadas entrevistas com participantes e não-participantes das oficinas e entrevistas em profundidade com as pessoas envolvidas na elaboração e/ou execução das atividades de Educação Patrimonial no município. O resultado das entrevistas, estudadas sob a perspectiva da história oral, e a análise do estado de conservação dos sítios arqueológicos da área, permitiu identificar as posturas utilizadas nas ações de divulgação e proteção do patrimônio arqueológico, fazendo entendê-las como características da Arqueologia Pública.

Palavras-chave: Arqueologia Pública; Área Arqueológica do Seridó; Educação Patrimonial; Preservação Patrimonial.

ABSTRACT

The works of Heritage Education realized on the archaeological area of Seridó had begun on the 1990's, with the release of the book "Indícios de uma Civilização Antiquíssima", of José de Azevedo Dantas, the book was created from the manuscripts the author had done in the 1920's. The actions of NEA-UFPE/Seridó Foundation were to protect and preserve the archaeological heritage by interacting with the community, so the community could recognize its value. This contributes to strengthen their identity and collective memory. Starting from the historical analysis of the actions of Heritage Education realized in Carnaúba dos Dantas by the UFPE and by the local population, the objectives of this research were: identify, on the works of Heritage Education, the principles through the concepts of public archaeology; Identify the impact that these actions have on the archaeological sites and on the people; identify the best ways to work with heritage on the community; identify what the responsible institutions of Rio Grande do Norte do to preserve the heritage. There were interviews with the participants and non-participants of the workshops, and there were deeper interviews with the people involved on planning/execution of the activities of Heritage Education in the city. The results of the interviews seen from the oral history perspective, and the analysis of the conservation status of the archaeological sites in that area, allowed us to identify how the divulgation and protection of the archaeological heritage are done, that make us understand them as a characteristic of public archaeology.

Key words: Public Archaeology; Archaeological Area of Seridó; Heritage Education; Heritage Preservation.

LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CRM	<i>Cultural Resorce Management</i>
CEJA	Centro Educacional José Augusto
CENAR	Centro de Atividades Educativas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
FJA	Fundação José Augusto
FUMDHAM	Fundação Museu do Homem Americano
GEPS	Grupo de Estudos em Patrimônio e Arqueologia do Seridó
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IMJCF	Instituto Municipal João Cândido Filho
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAE	Museu de Arqueologia e Etnologia
MASJ	Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville
MAX	Museu de Arqueologia de Xingó
MCC	Museu Câmara Cascudo
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
NEA	Núcleo de Estudos Arqueológicos
NEPA	Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica
PEA	Projeto Expedições Arqueológicas
PRONAPA	Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas
PRONAPABA	Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica
PRÓ-SERIDÓ	Associação de Amigos e de Proteção ao Patrimônio Cultural do Seridó
SAB	Sociedade de Arqueologia Brasileira
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Retirada de conchas de sambaquis de Santa Catarina e São Paulo para aproveitamento econômico	p. 31
FIGURA 02	Annette Laming-Emperaire na escavação da Lapa Vermelha - MG	p. 32
FIGURA 03	Paraty-RJ e Ouro Preto-MG: exemplos de núcleos urbanos tombados durante a <i>fase heróica</i> do IPHAN	p. 41
FIGURA 04	Mapa de representação da Área Arqueológica do Seridó, RN e PB	p. 68
FIGURA 05	Fotografia de José de Azevêdo Dantas	p. 70
FIGURA 06	Capa do livro <i>Indícios de uma Civilização Antiquíssima</i> .	p. 73
FIGURA 07	Painéis da Exposição <i>José de Azevêdo Dantas</i>	p. 73
FIGURA 08	Imagens da Exposição <i>A Pré-história do Seridó</i>	p. 76
FIGURA 09	Painéis produzidos pelos artistas plásticos e alunos	p. 77
FIGURA 10	Oficinas de Educação Patrimonial realizadas com alunos da rede pública de ensino do Seridó	p. 78
FIGURA 11	Visita dos artistas plásticos e fotógrafos aos sítios arqueológicos	p. 80
FIGURA 12	Imagens da Exposição <i>Dez Mil Anos de Arte no Sertão do Seridó</i>	p. 82
FIGURA 13	Imagens da I Feira Cultural do IMJCF – Manifesto Brasil 50.000 anos	p. 86
FIGURA 14	Visita dos participantes do Curso Jovem Guia aos sítios arqueológicos	p. 87

- FIGURA 15** II Mostra de Turismo Carnaubense - Os artistas da Pré-História: Arqueologia em Carnaúba dos Dantas **p. 88**
- FIGURA 16** Capa do livro *Ritmos, sons, gostos e tons do Patrimônio Imaterial de Carnaúba dos Dantas* **p. 90**
- FIGURA 17** Sais minerais depositados sobre os grafismos no Sítio Xiquexique I Carnaúba dos Dantas, RN **p. 115**
- FIGURA 18** Desplacamento da rocha do abrigo no Sítio Pedra do Alexandre - Carnaúba dos Dantas, RN **p. 115**
- FIGURA 19** Ninhos de insetos sobre os grafismos nos Sítios Xiquexique I e II – Carnaúba dos Dantas, RN **p. 116**
- FIGURA 20** Grafismos encobertos por ninhos de insetos e deposição salina no Sítio Furna da Cobra - Carnaúba dos Dantas, RN **p. 117**
- FIGURA 21** Pichação em giz escolar no Sítio Xiquexique I - Carnaúba dos Dantas, RN **p. 118**
- FIGURA 22** Imagens das passarelas instaladas no Sítio Xiquexique I - Carnaúba dos Dantas, RN **p. 119**
- FIGURA 23** Imagem das cercas instaladas no Sítio Serrote das Areias – Carnaúba dos Dantas, RN **p. 120**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
APORTES TEÓRICOS	
1.1 Arqueologia Pública: histórico e pressupostos teóricos	23
1.2 Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil	30
1.3 Gestão do Patrimônio Cultural no Brasil	40
1.3.1 Leis Estaduais e Municipais	45
1.4 A Musealização da Arqueologia e a Educação Patrimonial: suas contribuições na transmissão do valor do patrimônio arqueológico	48
1.5 Memória Coletiva e Identidade e sua relação com o patrimônio cultural	60
CAPÍTULO 2	
OS TRABALHOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA ARQUEOLÓGICA DO SERIDÓ	
2.1 Histórico das pesquisas arqueológicas	66
2.2 Trabalhos de Educação Patrimonial na Área Arqueológica do Seridó	
2.2.1 As ações do NEA – Núcleo de Estudos Arqueológicos e Fundação Seridó	71
2.3 Iniciativas da população	
2.3.1 PEA – Projeto Expedições Arqueológicas	83
2.3.2. Projeto Pedagógico Arte Rupestre de Carnaúba dos Dantas	84
2.3.3 GEPS - Grupo de Estudos em Patrimônio e Arqueologia do Seridó	86
CAPÍTULO 3	
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	92
CAPÍTULO 4	
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	103

CONSIDERAÇÕES FINAIS **122**

REFERÊNCIAS **126**

ANEXOS

ANEXO 1 - Lei Municipal n° 471/2003

ANEXO 2 - Lei Câmara Cascudo - Lei Estadual n° 7.799, de 30 de dezembro de 1999

ANEXO 3 - Termo de Cooperação Técnica firmado entre o IPHAN e o município de Carnaúba dos Dantas, visando à manutenção preventiva de sítios arqueológicos socializados.

INTRODUÇÃO

A Área Arqueológica do Seridó¹ está localizada na Microrregião do Seridó Oriental-RN, na zona fronteira entre os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba. Apresenta uma grande quantidade de sítios arqueológicos históricos e pré-históricos, estes últimos conhecidos por uma concentração de abrigos contendo estruturas funerárias e pinturas rupestres caracterizadas como Tradição Nordeste², e em menor quantidade, vestígios lito-cerâmicos. O padrão de assentamento para essa área caracteriza-se por ocupações em abrigos sob rocha, por grupos caçadores-coletores (BORGES, 2010).

Um dado que vem preocupando diversos pesquisadores é o acelerado processo de degradação ambiental e desertificação da região. Um dos maiores responsáveis por esse processo são as indústrias de cerâmica vermelha (olarias), que utilizam como combustível para os fornos a lenha proveniente da vegetação nativa, explorada sem critérios de sustentabilidade. Além de causar grande impacto sobre a caatinga, que por sua vez acaba deixando os abrigos sob rocha vulneráveis à ação do vento, sol e chuva, a atividade também causa danos às áreas mineradas para a extração da argila (matéria-prima para a fabricação dos tijolos e telhas), retirada muitas vezes dos baixios e aluviões, impossibilitando o uso da área para a agricultura. (MACEDO, 2007; MÜTZENBERG, 2007).

Apesar disso, existe uma parcela da população consciente da importância em preservar e divulgar o patrimônio arqueológico da área, sobretudo os registros rupestres. Estas pessoas percebem os bens arqueológicos enquanto parte importante do passado da própria região e por isso preocupam-se em divulgá-los, para que as futuras gerações também se conscientizem da necessidade de preservação.

As pesquisas arqueológicas na Área Arqueológica do Seridó tiveram início na década de 1980, para “constatar, inicialmente, a autenticidade dos desenhos rupestres copiados por José

¹ Segundo Martin (2008) o conceito de Área Arqueológica é definido como categoria de entrada que permite a classificação de um nicho arqueológico, no qual ainda não foram definidos os limites culturais e cronológicos dos assentamentos identificados.

² Pessis (2003) e Martin (2008) a Tradição Nordeste é caracterizada por grafismos reconhecíveis (antropomorfos, zoomorfos, fitomorfos e objetos) e grafismo puros que não podem ser identificados. São facilmente identificáveis pela variedade dos temas representados, e a riqueza de enfeites e atributos que acompanham as figuras humanas.

de Azevêdo Dantas” no seu relato intitulado “Indícios de uma Civilização Antiquíssima” (MARTIN, 2005, p. 108). Nele o autor apresenta desenhos de pinturas e gravuras rupestres de alguns sítios arqueológicos do Seridó paraibano e potiguar (FONTES, 2003).

José de Azevêdo Dantas era natural de Carnaúba dos Dantas e vivia na localidade conhecida como Xiquexique. Segundo a arqueóloga Gabriela Martin (2005, p.33), Azevêdo Dantas, “dotado de grande sensibilidade e inteligência, copiou cuidadosamente as belas pinturas e gravuras rupestres da região do Seridó.” Ainda segundo Gabriela Martin (1984) foi através dos manuscritos, do diário pessoal e de alguns números dos jornais conservados pela família Azevêdo Dantas, que foi possível iniciar as pesquisas que levariam à descoberta de um dos conjuntos pictóricos rupestres mais belos e interessantes do Brasil.

A Universidade Federal de Pernambuco, através do Núcleo de Estudos Arqueológicos – NEA e a Fundação Seridó, desde então desenvolve pesquisas na área. Como resultado, foram defendidas no âmbito dessa instituição, várias teses e dissertações, além de publicados diversos artigos e trabalhos de iniciação científica. Dentre eles pode-se destacar:

- Casa Santa: um abrigo com pinturas rupestres do estilo Seridó, no Rio Grande do Norte. (Artigo). Gabriela Martin - 1982
- Amor, violência e solidariedade no testemunho da arte rupestre brasileira. (Artigo). Gabriela Martin – 1984
- Arte Rupestre no Seridó (RN): o Sítio Mirador do Boqueirão de Parelhas. (Artigo). Gabriela Martin – 1985
- A subtradição Seridó de pintura rupestre pré-histórica do Brasil. (Artigo). Gabriela Martin - 1989
- Geomorfologia de alguns sítios pré-históricos do Seridó - RN. (Artigo). Valter Augusto Golmeier – 1989
- Os restos alimentares do sítio Mirador no Boqueirão de Parelhas – RN. (Artigo). Vlademir José Luft - 1989
- O Sítio pré-histórico rupestre Pedra do Alexandre em Carnaúba dos Dantas, RN: estudo dos pigmentos. (Dissertação). Ana Catarina Peregrino Torres Ramos – 1995

- Osteobiografia da população pré-histórica do abrigo Pedra do Alexandre, Carnaúba dos Dantas, RN. (Artigo). Marília Alvim; Dorath Pinto Uchoa; Francisco Silva – 1995/1996
- O cemitério pré-histórico “Pedra do Alexandre” em Carnaúba dos Dantas, RN. (Artigo). Gabriela Martin – 1995/1996
- Paleopatologia do Sítio pré-histórico Pedra do Alexandre - Carnaúba dos Dantas – RN, Brasil. Avaliação epistemológica, radiológica e histopatológica (Tese). Adelson Antônio da Silva Santos – 1997
- Levantamento arqueológico do Riacho do Bojo, Carnaúba dos Dantas, RN, Brasil. (Artigo). Suely Luna e Ana Lúcia Nascimento – 1998
- A Tradição Nordeste na arte rupestre do Brasil. (Artigo). Gabriela Martin e Irma Ason Vidal- 2000
- As representações zoomórficas na Subtradição Seridó. (Dissertação). Adrienne Costa da Silva - 2003
- A cerâmica pré-histórica da Área Arqueológica do Seridó/RN. (Dissertação). Mauro Alexandre Farias Fontes – 2003
- Gravuras pré-históricas da Área Arqueológica do Seridó Potiguar/Paraibano: um estudo técnico e cenográfico. (Dissertação). Raoni Bernardo Maranhão Valle - 2003.
- A Subtradição Seridó de pintura rupestre-RN: um estudo da identidade humana. (Dissertação). Marinete Neves Leite - 2004
- Gênese e ocupação pré-histórica do Sítio Arqueológico Pedra do Alexandre: uma abordagem a partir da caracterização paleoambiental do Vale do Rio Carnaúba – RN. (Dissertação). Demétrio da Silva Mützenberg – 2007
- As pedras que falam: uma análise intrasítio dos artefatos líticos do Sítio Lajedo. (Dissertação). Flávio Augusto de Aguiar Moraes – 2008
- Os Sítios Arqueológicos da Furna do Umbuzeiro e Baixa do Umbuzeiro: caracterização de um padrão de assentamento na Área Arqueológica do Seridó - Carnaúba dos Dantas-RN, Brasil. (Tese). Fábio Mafra Borges - 2010

Os trabalhos de Educação Patrimonial na Área Arqueológica do Seridó começaram na década de 1990, com o lançamento do livro “Indícios de uma Civilização Antiquíssima”, de José de Azevêdo Dantas, produzido a partir dos manuscritos feitos por ele na década de 1920. Este lançamento realizou-se na sede da Associação de Desenvolvimento Comunitário, no município de Carnaúba dos Dantas, entre os meses de outubro e novembro de 1995. Ao mesmo tempo, foi realizada a “Exposição José de Azevêdo Dantas”, com as réplicas dos painéis rupestres produzidos pelo autor e uma reprodução de um abrigo sob rocha comum daquela região. Vale ressaltar que durante as escavações, grupos de estudantes realizavam visitas aos sítios arqueológicos, onde podiam conhecer um pouco do trabalho realizado na área.

Após essa exposição, os pesquisadores do NEA, estimulados por professores do município, iniciaram um projeto de Educação Patrimonial com alunos da rede pública de ensino de Carnaúba dos Dantas. As atividades consistiam na projeção de imagens das pinturas rupestres e uma explanação sobre os autores de tais registros: os habitantes pré-históricos do Seridó. Estas oficinas eram realizadas por alunos do Programa de Pós-Graduação em História, com área de concentração em Pré-História, além de alunos de graduação, bolsistas do NEA, com a participação de artistas plásticos convidados pelos mesmos.

O resultado das oficinas foi a exposição elaborada pelos pesquisadores da UFPE. Denominada “A Pré-História do Seridó”, esta exposição foi realizada no Centro de Atividades Recreativas (CENAR), em Carnaúba dos Dantas. Além do material produzido pelos alunos, a exposição apresentava reproduções de painéis rupestres, abrigo sob rocha, material ósseo, lítico e malacológico, além de um esqueleto exumado proveniente do Sítio Pedra do Alexandre.

No ano de 1996, arqueólogos, historiadores, outros cientistas, além de autoridades locais, criaram a Fundação Seridó, seguindo o exemplo da Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM. Seu objetivo é desenvolver projetos de pesquisa científica multidisciplinar na região do Seridó, assim como atuar na preservação e divulgação do patrimônio arqueológico da área.

Os pesquisadores compreenderam que a atuação naquela região não poderia ficar restrita às pesquisas científicas e à produção de relatórios e artigos. Entendia-se que estavam lidando com objetos que significavam os fundamentos do imaginário popular do Seridó,

definidos por uma diversidade de elementos culturais que delineavam a identidade específica da região. Nesse sentido surgiu o desejo de ampliar esse projeto para outras cidades do Seridó e com a presença de mais artistas plásticos.

Assim, em 1997 foi criado pelo NEA-UFPE/Fundação Seridó o “Programa de Educação Patrimonial através da Arte-Educação: Dez Mil Anos de Arte no Sertão do Seridó”. Foram convidados 27 artistas plásticos e fotógrafos, que participaram dessa nova etapa do projeto onde trabalharam com a pintura e a cerâmica. Estas oficinas eram monitoradas por alunos da Universidade Federal de Pernambuco, que falavam sobre o processo de ocupação e povoamento da região. As ações desse programa culminaram em 1998 com a exposição “Dez Mil Anos de Arte no Sertão do Seridó”, de curadoria do arqueólogo Plínio Victor. Devido à grande extensão da exposição, sua montagem final foi realizada na quadra de esportes do Centro Educacional José Augusto (CEJA) na cidade Caicó. Vale ressaltar, que sua população e suas autoridades municipais forneceram indiscutível apoio ao crescimento das atividades de pesquisas nesta área do conhecimento (PESSIS E MARTIN, 2002).

As atividades desenvolvidas pelos pesquisadores do NEA-UFPE/Fundação Seridó visavam à preservação do acervo cultural pré-histórico do Seridó. A partir da busca do diálogo com a sociedade, visava-se garantir a proteção e preservação do patrimônio arqueológico, que naquele momento era apresentado a essa sociedade através dos sítios rupestres. Era importante livrá-los do abandono e da degradação e fazer com que a população reconhecesse a importância daqueles bens não só para a arqueologia, mas principalmente para construção da memória e identidade local.

Considerando as características da Arqueologia Pública, que em termos gerais, propõe meios que visam divulgar e socializar o conhecimento arqueológico com o público, utilizando-se de instrumentos específicos, esta pesquisa foi construída questionando as ações realizadas no Seridó nos anos 1990. Estas ações poderiam ser definidas como trabalhos de Arqueologia Pública? Implantadas por uma equipe interdisciplinar, os programas desenvolvidos no Seridó potiguar buscaram comunicar ao público conceitos e informações arqueológicas utilizando recursos da Museologia e Educação Patrimonial.

Nessa perspectiva, a Arqueologia fornece os dados, a Museologia guarda e comunica e a Educação Patrimonial promove a reflexão sobre os conhecimentos. Juntas elas podem exercer papel importante no processo de resgate da memória, reconhecimento e valorização do patrimônio arqueológico, como também transmissão do seu valor público à população.

A partir do momento em que as culminâncias dos trabalhos realizados no Seridó, eram elaboradas dentro de uma perspectiva museológica, elas permitiram que o conhecimento não ficasse restrito apenas aos participantes das oficinas, mas que outros moradores também pudessem conhecer uma parte do seu patrimônio.

Os trabalhos de Educação Patrimonial foram importantes a partir do momento em que inseriram na escola a memória e sua materialização, por meio das pinturas rupestres, ou seja, os bens culturais que constituem o patrimônio arqueológico. A Educação Patrimonial empreendida dentro do ambiente escolar permite a vivência constante com a temática citada estimulando os alunos a buscarem uma postura mais responsável para com o patrimônio, em especial com os registros rupestres, os vestígios mais conhecidos e divulgados na região.

O museu deve ser visto como espaço de identidade e memória, pois não se pode falar de identidade sem tratar dos processos de memória. O museu deixa de ser apenas o guardião dos bens patrimoniais e atua como um dos meios de transmissão desses bens. A Educação Patrimonial, por sua vez, leva para dentro da sala de aula a temática do patrimônio, onde se entende que não é possível desvincular a visita ao museu da sala de aula. O museu se configura não mais como ambiente de contemplação, mas de composição de discursos críticos junto ao ambiente escolar (RAMOS, 2004).

Como fruto desses trabalhos de Educação Patrimonial, professores da rede pública de ensino de Carnaúba dos Dantas montaram alguns projetos ligados ao Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio, como forma de continuar as ações do NEA/UFPE dentro das escolas. Estes projetos foram: Projeto Expedições Arqueológicas (PEA); Projeto Pedagógico Arte Rupestre de Carnaúba dos Dantas e Grupo de Estudos em Patrimônio e Arqueologia do Seridó (GEPS). Vale ressaltar a importância que eles tiveram para a manutenção e continuidade do sentimento de preservação do patrimônio arqueológico, bem como a identificação de novos sítios na região.

Ações de Educação Patrimonial devem estar aliadas às políticas públicas de preservação do patrimônio. O Estado deve, não só apoiar tais práticas educacionais, mas proteger o patrimônio arqueológico legalmente, seja através de inventário, registro, vigilância, tombamento, promoção, conservação, preservação e gestão.

Por meio da análise e discussão das ações desenvolvidas pelo NEA-UFPE/Fundação Seridó e posteriormente pela população de Carnaúba dos Dantas-RN, entre os anos de 1995 e 2005, esta pesquisa permeou-se a partir dos seguintes questionamentos e hipóteses:

1- Os trabalhos de Educação Patrimonial desenvolvidos em Carnaúba dos Dantas, desde o início da década de 1990, tinham como base os princípios da Arqueologia Pública? Mesmo sem o conhecimento e utilização dos termos específicos, os princípios, métodos e ações que buscam aproximar pesquisa, patrimônio arqueológico e população, foram aplicados no município em questão.

2- Como os trabalhos de Educação Patrimonial influenciaram na percepção e na preservação do patrimônio arqueológico da Área Arqueológica do Seridó? Através de uma conscientização preservacionista e de valorização, os trabalhos de Educação Patrimonial iniciados na década de 1990, permitiram não só aos participantes, mas a uma parcela maior da população, perceber o patrimônio arqueológico como parte de sua herança e identidade.

A partir disso, os objetivos dessa pesquisa são:

- Identificar, nas ações realizadas na década de 1990, os parâmetros que permeiam o conceito de Arqueologia Pública.
- Identificar os tipos de impacto que os programas de Educação Patrimonial geraram nos sítios arqueológicos e nas pessoas.
- Identificar as maneiras mais eficazes de trabalhar o patrimônio em Carnaúba dos Dantas;
- Identificar a postura de intervenção voltada à preservação do patrimônio utilizada pelos órgãos responsáveis no Estado do Rio Grande do Norte.

Este trabalho está dividido em 4 capítulos. No primeiro capítulo está exposta a abordagem teórica que baseou a pesquisa. Além dos conceitos de Arqueologia Pública, apresenta também o contexto histórico e estágio atual dessa prática no Brasil. Em seguida é feita uma análise sobre a gestão do patrimônio cultural brasileiro e as políticas públicas de proteção ao patrimônio

arqueológico no Rio Grande do Norte e no município de Carnaúba dos Dantas. Trata-se também dos conceitos de Musealização da Arqueologia e Educação Patrimonial e sua atuação na preservação dos bens arqueológicos. Encerrando, é feita uma discussão sobre memória coletiva e identidade, tratando da sua relação com a preservação do patrimônio, considerando-o como bem constitutivo da consciência de um grupo, articulando-se à memória coletiva, que por sua vez contribui para o sentimento de pertença de um grupo de passado comum.

No segundo capítulo, apresenta-se o histórico das ações de Educação Patrimonial realizadas em Carnaúba dos Dantas pelos pesquisadores do NEA-UFPE/Fundação Seridó. Além disso, é feito também um breve histórico dos trabalhos de Educação Patrimonial empreendidos pela população local: Projeto Expedições Arqueológicas (PEA); Projeto Pedagógico Arte Rupestre de Carnaúba dos Dantas e Grupo de Estudos em Patrimônio e Arqueologia do Seridó (GEPS).

O terceiro capítulo é referente à metodologia de coleta e análise dos dados. Buscando entender como se dá hoje a relação da população de Carnaúba dos Dantas com seu patrimônio e quais as bases de tal relação, procurou-se levantar dados sobre o conhecimento da população sobre o seu patrimônio arqueológico e as condições de preservação do mesmo. Para isso, foram realizadas 14 entrevistas. Dessas, seis (6) foram com participantes das atividades de Educação Patrimonial e oito (8) com não-participantes. Também foram feitas 5 entrevistas em profundidade com as pessoas que estiveram envolvidas na elaboração e/ou execução das atividades de Educação Patrimonial no município. A pequena quantidade de entrevistados considerados participantes de oficinas deve-se ao fato de que muitos deles não residem mais em Carnaúba dos Dantas.

No quarto capítulo está o resultado das análises das entrevistas, que foram estudadas sob a perspectiva da história oral. Além disso, é apresentado o atual estado de conservação de alguns sítios arqueológicos da região, procurando avaliar se existe alguma relação entre os impactos sofridos por estes sítios e os programas de Educação Patrimonial. Ainda nesse capítulo serão discutidas as posturas utilizadas nesses programas de Educação Patrimonial na divulgação da importância do patrimônio arqueológico em Carnaúba dos Dantas, que fazem entendê-las como provenientes da Arqueologia Pública.

CAPÍTULO 1

APORTES TEÓRICOS

1.1 Arqueologia Pública: histórico e pressupostos teóricos

As bases teóricas da Arqueologia Pública se desenvolveram, inicialmente, no âmbito da Nova Arqueologia, pelo fato de buscar-se a profissionalização da disciplina, reconhecimentos acadêmico e público, valorização científica e desenvolvimento teórico e metodológico da arqueologia. Entretanto, foi a arqueologia pós-processual que incorporou de maneira mais clara a Arqueologia Pública na sua discussão.

O conceito de Arqueologia Pública se associa à responsabilidade social da disciplina. Seus questionamentos mais freqüentes referem-se: “A quem interessa o conhecimento arqueológico produzido?”; “Como os estudos arqueológicos dialogam com as questões sociais?”; “Como este conhecimento está sendo divulgado?” (CARNEIRO, 2009, p. 87).

Para Ulpiano Meneses (2007, p. 56):

“não se trata de fixar, nisso, um objetivo da Arqueologia Pública, é claro, mas de realçar uma postura que inspire as inúmeras e variadas formas de circulação e aplicação do conhecimento arqueológico para iluminar nossa característica de seres conscientes.”

Essa busca pela responsabilidade social da disciplina tem forte ligação com a chamada Arqueologia Social na América Latina. A experiência colonial da América Latina³ criou um modo particular de enxergar, não apenas o mundo, mas, sobretudo, a si mesma. Essa experiência histórica singular vivida durante os cinco primeiros séculos, a partir dos primeiros contatos entre índios americanos nativos e europeus, e posterior dominação européia, trouxe o dilema da autenticidade, e mais especificamente a autenticidade cultural, dentro de um novo espaço

³ Segundo Bethell (2009) a América Latina abrange as regiões da América continental ao sul dos Estados Unidos, que falam predominantemente o espanhol e o português – México, América Central, América do Sul e o Caribe.

culturalmente criado entre europeus, povos indígenas, africanos e mestiços. A situação política específica do continente levou a uma forma diferenciada de fazer arqueologia, que estabeleceu um paradigma específico de pesquisa diferente da norte-americana. Esta nova abordagem formou-se como fruto da realidade sócio-econômica de dependência e subdesenvolvimento (BENAVIDES, 2001; BETHELL, 2009).

Durante o último século, o conhecimento arqueológico da América Latina foi separado do contexto social em que foi produzido. O efeito político disso, consciente ou não, foi a alienação da sociedade sobre a sua própria história. Uma das críticas dos arqueólogos latino-americanos é a questão da arqueologia não estar comprometida com a produção do passado como um elemento de transformação política. E esta tem sido a luta de muitos arqueólogos: incorporar o conhecimento científico nas lutas do cotidiano e não permitir que a pesquisa contribua para o aumento da desigualdade e exploração do povo (BENAVIDES, 2001).

Trigger (2004) também se questiona sobre o grau de objetividade da arqueologia: a disciplina apenas desempenharia um papel passivo nos movimentos políticos ou deveria atuar junto ao estudo da história humana, elucidando importantes questões sociais? Bezerra de Almeida (2002, p. 4) levanta alguns questionamentos sobre essa questão: “para quem fazemos Arqueologia? E para que serve a Arqueologia? [...] quem se beneficia da Arqueologia?”.

Dentro dessa perspectiva, cada vez mais a idéia de que os dados arqueológicos devem ser usados apenas para formular e testar teorias gerais sobre comportamento humano e mudança cultural, apresenta-se como uma “noção conceitualmente inadequada” (TRIGGER, 2004, p. 366). A partir do momento em que a arqueologia se interessa apenas por seus achados, pode ser encarada como irrelevante.

A arqueologia social propõe uma forma mais relevante política e socialmente de abordar as investigações sobre o passado. Desta forma, os pesquisadores pretendem transcender a divisão entre as disciplinas da academia, permitindo que haja comunicação entre os diversos grupos da sociedade sobre o seu passado. Os arqueólogos sociais não vêem a sociedade como uma simples soma de todas as diferentes partes, mas sim como resultado de uma interação complexa.

A desigualdade social e o difícil acesso ao conhecimento para a maioria da população, têm levado os arqueólogos sociais a lutarem por justiça social, podendo a arqueologia ser considerada como um elemento importante de transformação da sociedade. Assim, a arqueologia social seria o compromisso do arqueólogo em socializar os conhecimentos para com a comunidade onde ele está trabalhando.

Essa nova perspectiva defende que também é possível empregar uma abordagem histórica direta e utilizar fontes não-arqueológicas, tais como tradições orais, lingüística histórica e etnografia comparada, para que seja possível construir uma imagem mais completa de grupos pré-históricos.

O termo *Public Archaeology* (Arqueologia Pública) foi utilizado pela primeira vez na bibliografia especializada como título da obra de Charles McGimsey III, em 1972, nos Estados Unidos. Tal obra aborda os problemas em torno do acelerado processo de destruição de sítios arqueológicos, causados principalmente pela urbanização e industrialização, além do vandalismo e comércio ilícito de artefatos provenientes das escavações arqueológicas realizadas por amadores.

O autor propõe uma reavaliação do papel profissional dos arqueólogos, para que estes também possam se comprometer com a população. Essa responsabilidade social e profissional deveria remeter à existência de questões além de teoria e metodologia, ou seja, as questões públicas da arqueologia. A discussão de McGimsey III estava ligada também ao desenvolvimento de uma legislação referente à Gestão de Recursos Culturais (*Cultural Resource Management - CRM*), visto que, não havia uma proteção legal para vestígios e sítios arqueológicos.

A CRM é uma parte importante da arqueologia nos Estados Unidos. Pode ser definida como a filosofia e a metodologia de gerenciamento de recursos culturais como uma herança cultural de valor a longo prazo. Podendo também ser entendida como a pesquisa em locais com potencial arqueológico, bem como a preservação dos bens culturais. Dentro dessa perspectiva, os recursos culturais são entendidos enquanto remanescentes físicos com informações em potencial sobre atividades humanas do passado. A partir de discussões sobre as questões públicas com vistas à ampliação da preservação e proteção dos sítios arqueológicos, surgem as

primeiras reflexões sobre a necessidade de apresentar a arqueologia para o público (FERNANDES, 2007).

Porém, a preocupação em apresentar a arqueologia para o público americano já aparece desde 1906, na *Antiquities Act* (Lei de Antiguidades). Esta lei regulamenta o tratamento de sítios arqueológicos em terras públicas e assegura o acesso dos resultados finais das escavações ao público. Tornar a Arqueologia alcançável ao público era apontado como um dever profissional dentro da *Antiquities Act*. Tendo sido criada em meio a uma crescente destruição do patrimônio arqueológico, a Lei de Antiguidades constituiu-se como base de uma política nacional de preservação para o uso público de edifícios e sítios históricos e arqueológicos (CARNEIRO, 2009).

Merriman (2004) explica que devido ao extenso território dos Estados Unidos e seu grande potencial arqueológico, a atuação de não-arqueólogos ajudava tanto no desenvolvimento das pesquisas, quanto na fiscalização dos sítios ameaçados de destruição. Mas, havia a necessidade de profissionalização da arqueologia, fazendo com que os amadores fossem desaparecendo e criando uma contradição, já que se discutia a respeito da aproximação da sociedade na preservação e no conhecimento do patrimônio arqueológico, ao mesmo tempo em que a formação especializada de arqueólogos não permitia a participação de amadores nas pesquisas.

Esse conseqüente afastamento do público procurou ser revertido através de estratégias específicas, mostrando que o envolvimento dos cidadãos americanos deveria estar voltado para a participação na gestão dos recursos culturais e fiscalização dos sítios arqueológicos.

Merriman (2004) fala da associação do termo Arqueologia Pública com estratégias relacionadas à participação direta da sociedade nas ações geradas pela gestão de recursos culturais; como também das ações educacionais desenvolvidas em escolas, parques e museus. Contudo, para este autor, as pesquisas arqueológicas devem considerar a participação pública em todo o seu desenvolvimento. Ele justifica tal afirmação ao fato de que os bens arqueológicos estão associados às questões políticas e econômicas, que se refletem na vida de todos os cidadãos.

No ano de 1982, foi constituído o *World Archaeological Congress* (Congresso Mundial de Arqueologia). Mas foi a edição realizada em setembro de 1986, na cidade inglesa de

Southampton, que proporcionou um aprofundamento das discussões e a abertura do diálogo interdisciplinar na arqueologia pública. O encontro reuniu mais de 850 pessoas, entre arqueólogos, antropólogos, educadores, historiadores, gestores e membros de comunidades indígenas preocupados com as dimensões sociais da arqueologia. O congresso permitiu congregar no mesmo debate diversas visões e interpretações do passado e ainda possibilitou que grupos, sempre tratados como “sujeito” das pesquisas arqueológicas e antropológicas, discutissem e refletissem sobre sua cultura. Percebia-se o interesse das populações indígenas na sua própria história e identidade, sob um ponto de vista arqueológico não tradicional. O resultado desse evento apresentou-se em forma de publicações para o meio acadêmico (SCHADLA-HALL, 2006; FERNANDES, 2007; CARNEIRO, 2009).

A interdisciplinaridade entre Arqueologia, Educação e Museologia possibilitou a abertura do diálogo da arqueologia com outras ciências, gerando uma série de publicações. Stone e Mackenzie (1994), em sua obra *The excluded past: archaeology in education* (O passado excluído: arqueologia na educação), refletiram sobre a forma como a pré-história é tratada dentro do ensino formal, onde a história é vista a partir do ponto de vista dos grupos dominantes, interessados em propagar idéias de civilização e progresso. Segundo os autores, tal abordagem pode gerar nos alunos certo desprezo com relação ao passado das populações pré-históricas, pois são estudadas como detentores de uma tecnologia simples e inferior, em relação aos grupos dominantes.

No Congresso Mundial de Arqueologia realizado em 1999, na África do Sul, houve uma sessão destinada à Arqueologia Pública. Organizada por Nick Merriman e Tim Schadla-Hall, contou com a participação do arqueólogo brasileiro Pedro Paulo Funari. O resultando desta sessão foi o livro *Public Archaeology* (2004), que contém um capítulo de Funari sobre o Brasil (*Public Archaeology in Brazil*).

Em 2000 é lançada a primeira publicação periódica sobre o tema, a revista *Public Archaeology*. Com quatro publicações ao ano, fornece um espaço para o crescente debate em torno do patrimônio arqueológico e questões relativas à política, ética, educação, gestão, economia e filosofia, apontando para o amadurecimento das discussões estratégicas sobre arqueologia e sua importância social.

Para Fernandes (2007), o desenvolvimento da Arqueologia Pública esteve ligado ao reconhecimento da arqueologia como profissão, envolvida em fatores históricos, políticos e sociais do contexto anglo-americano e construída a partir dos debates sobre as questões públicas da disciplina (legislação, gestão, ética e educação). Do ponto de vista acadêmico, a autora defende que o desenvolvimento do tema se deu a partir do direcionamento da arqueologia para novos enfoques teóricos que realçam os aspectos políticos e públicos.

Entende-se que a Arqueologia Pública é como um campo de pesquisa, debate e aplicação da arqueologia. A partir da busca do diálogo entre pesquisadores e sociedade, pretende-se garantir a proteção e preservação do patrimônio arqueológico, bem como defender os interesses profissionais, científicos e públicos da disciplina (FERNANDES, 2007).

Para Cândido (2004), a Arqueologia Pública propõe a democratização do saber que produz, por meio de processos diversos, incluindo em suas discussões, divulgação e socialização do conhecimento científico não só no meio acadêmico, mas, sobretudo, nas comunidades onde estão inseridas as pesquisas, para que elas possam conhecer, entender, e como consequência, preservar e se reconhecerem no patrimônio.

“Fazer” Arqueologia Pública não é apenas divulgar os resultados das pesquisas, pois este é um dos pressupostos de qualquer ciência: o conhecimento é para a sociedade e não para si mesma. Na visão de Bezerra de Almeida (2002), a Arqueologia Pública engloba um conjunto de ações e reflexões que objetiva saber a quem interessa o conhecimento produzido pela Arqueologia; de que forma as pesquisas afetam a sociedade; como estão sendo apresentadas ao público. É mais do que uma linha de pesquisa dentro da disciplina. A partir da perspectiva da Arqueologia Social, tais ações e reflexões são inerentes ao exercício da profissão. A Arqueologia Pública pressupõe ainda a elaboração de estratégias educativas que criem condições para que o indivíduo seja capaz de “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos [...]” (FREIRE, 1999 *apud* BEZERRA DE ALMEIDA, 2002).

Shanks e Tilley constataram que o próprio nome da disciplina “arqueologia” pode ser interpretado como o “conhecimento do poder”, retomando um dos sentidos da palavra *arque*, em grego. Arqueologia pública pode ser entendida como todas as implicações públicas da

disciplina, desde o cuidado pelo patrimônio aos direitos humanos, incluindo, educação, política, religião, etnicidade (FUNARI et al., 2008).

Vale ressaltar que a palavra “público” pode contribuir para uma má interpretação do significado de “arqueologia pública”, pois a palavra em questão pode assumir dois significados. Um deles, ligado à língua portuguesa, está associado ao Estado e suas instituições, sendo compreendido como sinônimo de estatal. O outro, de origem inglesa, quer dizer voltado para o povo. Este “povo” pode ser entendido como grupos de indivíduos que consomem produtos culturais e debatem assuntos, cujas reações formam a opinião pública (MERRIMAN, 2004; FUNARI, 2008).

Assim, o aspecto público da arqueologia refere-se à atuação para as pessoas e com as pessoas; de uma disciplina aberta para o público e que aspira um engajamento social. A ação do Estado efetua-se por meio das legislações de proteção aos bens culturais e naturais. Desta forma, a Arqueologia Pública é aplicada em benefício das comunidades e segmentos sociais, promovendo uma reflexão crítica sobre o passado e atuando como uma ferramenta de luta pela conquista da cidadania, esta devendo ser entendida como a capacidade humana de fazer-se sujeito. Merriman (2004) reafirma que esse retorno ao público está ligado a noção de cidadão ativo, em que escolha e participação são vistos como avanço político.

Lima e Francisco (2006) refletem que se, a parceria entre os dois atores envolvidos na Arqueologia Pública for efetivamente dialética, ela será realmente produtiva. De um lado deste diálogo estão os arqueólogos e do outro o público leigo. Entretanto, a acepção pejorativa do termo “leigo”, remetendo muitas vezes àqueles com pouco ou nenhum acesso ao ensino formal, muitas vezes encobre aqueles que podem estar em um plano intelectual mais elevado. Para estes autores, leigo é apenas aquele que não conhece bem a arqueologia, seus processos científicos e seus termos técnicos. Funari et al. (2008) relembra que há realmente diferentes públicos leigos, ou públicos não especialistas, e que por isso há uma variedade de situações de confronto entre os arqueólogos e esses públicos. Cada um deles possui suas próprias especificidades, podendo estar separados de acordo com seus diferentes interesses e pontos de vistas.

No município de Carnaúba dos Dantas, percebe-se claramente esta variação dos públicos leigos ou públicos não especialistas. Nesta perspectiva existem os participantes das atividades de Educação Patrimonial, os coordenadores dos projetos pedagógicos sobre Arqueologia, os professores de História e Geografia, poder público municipal e os jovens que trabalham junto com o NEA nas escavações e prospecções arqueológicas.

1.2 Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil

No Brasil os debates acerca da Arqueologia Pública provêm da literatura anglo-americana e das discussões da Arqueologia Social da América Latina. Porém, a aproximação do patrimônio arqueológico com o público foi influenciada também pela Museologia e Educação Patrimonial, gerando o que Carneiro (2009, p. 104) chama de “mescla de referenciais teóricos e metodológicos”.

De acordo com Souza (1991), o primeiro pesquisador a querer desenvolver a arqueologia em moldes nacionais foi Ladislau de Souza Melo e Netto. Tendo regressado de seus estudos em Paris, foi contratado, em 1869, como naturalista do Museu Nacional. Ele fez uso da imprensa para despertar a atenção pública em favor dos estudos sobre os antigos habitantes do país. Como resultado, “a arqueologia tornou-se um assunto popular e com presença freqüente nos jornais e revistas da época” (p. 66). Com o apoio de D. Pedro II, Ladislau Netto tornou-se o primeiro arqueólogo do Museu Nacional, permitindo que a instituição também se dedicasse à arqueologia, consolidando-a como uma das principais instituições de pesquisa de época.

Ao final do século XIX, além do Museu Nacional, o Museu Paraense e o Museu Paulista já estavam em atividade e buscando critérios cada vez mais científicos para o estudo da pré-história do Brasil. Nesse mesmo período, algumas das principais linhas de pesquisa da arqueologia brasileira, como os sambaquis e a pintura rupestre, estavam definidas e seus principais problemas colocados (SOUZA, 1991).

Com a Proclamação da República, a arqueologia é absorvida pelo movimento ufanista na busca da reconstrução da história nacional, onde se procuravam provas da existência de “altas

culturas no Brasil, em tempos pretéritos” (SOUZA, 1991, p. 76). A arqueologia se populariza através dos jornais daquele período e por meio das sociedades históricas, geográficas e cívicas, que estavam em expansão.

Já no início da década de 1940, os sambaquis vinham sofrendo com a destruição intensa, a fim de se obter matéria-prima para o fabrico da cal (Figura 01). As pesquisas tornavam-se urgentes, mas sempre esbarravam em face à polêmica acerca das correntes naturalista e artificialista de explicação de origem daqueles depósitos.

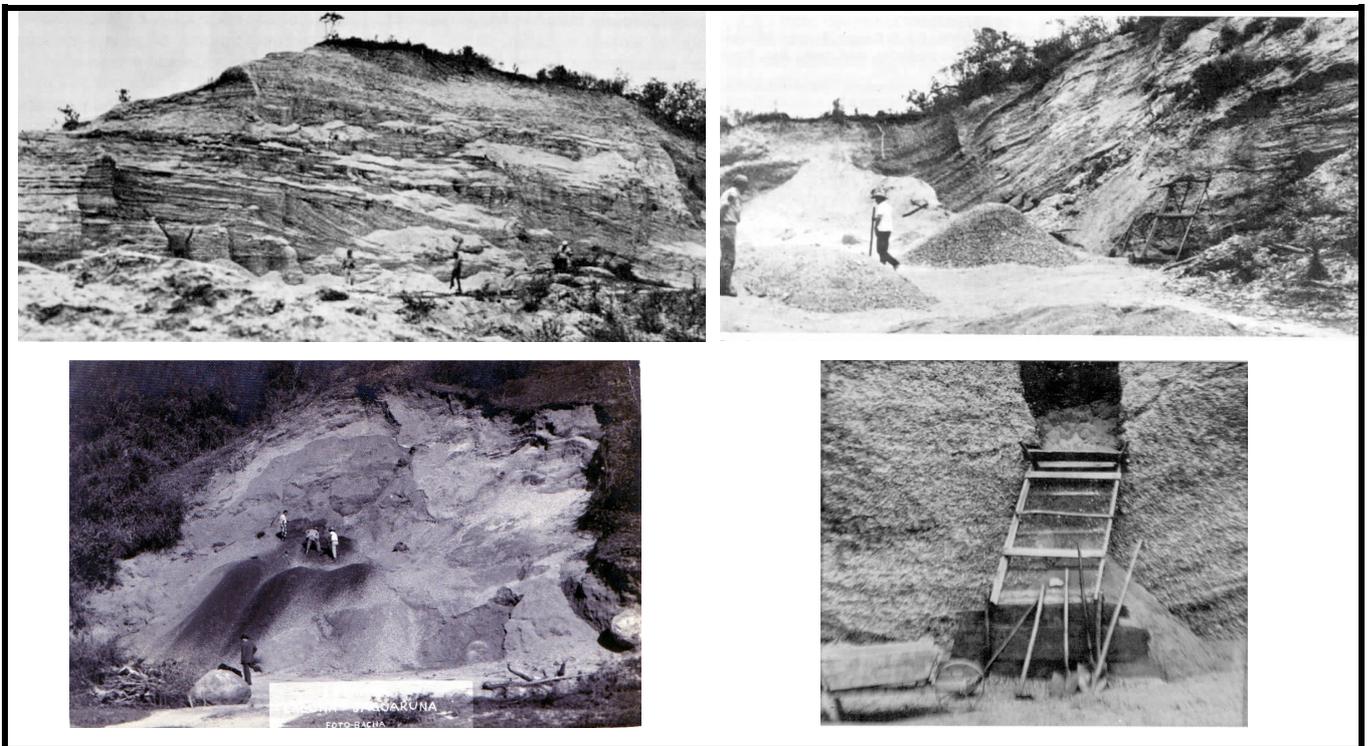


Figura 01: Retirada de conchas de sambaquis de Santa Catarina e São Paulo para aproveitamento econômico

Fonte: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 20 /1984

A partir da década de 1950, a qual André Prous (1992) chama de período formativo da pesquisa moderna, diversos amadores passam a se interessar pela arqueologia e instituições oficiais e centros universitários de pesquisa começam a ser criados com a colaboração de profissionais estrangeiros.

Nessa mesma época, Paulo Duarte, Castro Faria e Loureiro Fernandes promovem a vinda de missões estrangeiras para a realização de pesquisas acadêmicas em convênio com as instituições de pesquisa das quais faziam parte. Tal como McGimsey III, nos Estados Unidos, estes pesquisadores estavam preocupados com a destruição acelerada dos sítios arqueológicos e, além disso, buscavam garantir os direitos à pesquisa científica e lutavam por uma política nacional de preservação do patrimônio.

Fernandes (2007) coloca que o principal papel desses três pesquisadores foi o de trazer para o campo acadêmico as questões relativas à preservação e defesa dos sítios arqueológicos, gerando debates entre grupos comprometidos com este assunto e os que visavam o progresso. Este último preocupava-se com a possibilidade de uma política preservacionista, que geraria entraves na exploração econômica de jazidas pré-históricas, sobretudo os sambaquis.

Paulo Duarte, intelectual e político, conseguiu uma parceria para escavar, em moldes científicos modernos, um sítio arqueológico em São Paulo. Estavam presentes nessa missão o arqueólogo Joseph Emperaire e sua esposa Annette Laming, que escavaram o sambaqui de Maratúá – SP com controle estratigráfico, gerando as primeiras datações radiocarbônicas para o Brasil. O casal também trabalhou com Loureiro Fernandes nas escavações de sambaquis no Paraná, resultando em dois núcleos de estudos sobre o assunto: São Paulo e Paraná. Annette Laming-Emperaire também foi uma das responsáveis pela escavação da Lapa Vermelha, Minas Gerais (Figura 02).



Figura 02: Annette Laming-Emperaire na escavação da Lapa Vermelha - MG

Castro Faria, em colaboração com o americano Wesley R. Hurt Jr., realizaram trabalhos na região de Lagoa Santa- MG. Já o casal americano, Clifford Evans e Betty Meggers, em seus trabalhos na Amazônia, por meio de datações provaram que a introdução da cerâmica no Brasil era bem mais antiga do que então se supunha. As pesquisas sobre arqueologia amazônica passaram a ser dirigidas posteriormente pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (PROUS, 1992).

A partir de um seminário dirigido pelos Evans, no Paraná, foi elaborado um projeto de âmbito nacional, que agrupava o Museu Paraense Emílio Goeldi e pesquisadores do sul e nordeste sem vinculação institucional. O PRONAPA (Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas) surgiu com o apoio do então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a *Smithsonian Institution* e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Seu objetivo era promover durante os anos de 1965-1971 prospecções e pequenas escavações, a fim de elaborar um quadro geral das culturas brasileiras. Por meio do financiamento aos arqueólogos e instituições, o PRONAPA pretendia estabelecer as fases e o estado do conhecimento da pré-história do Brasil. Ao se encerrar o PRONAPA, o Museu Paraense Emílio Goeldi elaborou o PRONAPABA (Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica).

Entretanto, Cali (2005) e Carneiro (2009) relembram que os pesquisadores envolvidos em tais projetos não chegaram a discutir a política preservacionista, que se fazia urgente, frente ao processo de urbanização do país. Eles também não estavam preocupados se o conhecimento, por eles produzidos, chegava à sociedade. Tal papel ficou a cargo dos museus e seus profissionais, no caso museólogos e educadores.

Mais uma vez é preciso citar o trabalho de Paulo Duarte, Castro Faria e Loureiro Fernandes, com iniciativas relacionadas à legislação preservacionista, em especial o projeto de lei nº 3924, de 26 de julho de 1961 (que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos). Tais personagens também se empenharam na divulgação das pesquisas científicas através de palestras e cursos para o público e a implantação de instituições universitárias voltadas para a musealização da arqueologia e educação patrimonial.

Um exemplo de instituição que elabora projetos de divulgação e de educação em arqueologia para o público no Brasil é o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (MAE / USP),

criado em 1989 com a integração do Instituto de Pré-História e o antigo MAE. Uma de suas áreas, a divisão de difusão cultural, é voltada para pesquisas aplicadas no campo da Museologia e Educação, além de projetos de divulgação do conhecimento. A divisão de difusão cultural desenvolve pesquisas museológicas e educativas a partir dos projetos arqueológicos e etnográficos realizados pelos docentes do MAE. Estas pesquisas partem do princípio de que o objeto patrimonial é portador de sentidos e significados, portanto, suporte de informação que deve ser preservado, e a partir de atividades expositivas e pedagógicas, ser transformado de "objeto documento" em "objeto diálogo".

Outra instituição voltada para a musealização da arqueologia e educação patrimonial é o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ. Criado entre as décadas de 1960 e 1970, incorporou as funções educativas e de comunicação em um museu influenciado pelo dinamismo e pela ideologia de preservação dos sítios arqueológicos do sul do Brasil. Seu objetivo é contribuir para o avanço do conhecimento sobre o patrimônio cultural e estabelecer uma relação preservacionista entre o patrimônio e a sociedade. O programa de comunicação museológica promove a externalização dos acervos e sítios arqueológicos, através de exposições, ações educativas e interação com a comunidade, a partir dos resultados obtidos em pesquisas.

Com relação à pesquisa científica ao Nordeste do Brasil, Gabriela Martin (2005) afirma que esta só se inicia na década de 1960. As informações arqueológicas sobre a região, em grande parte, encontravam-se nas revistas e anais dos institutos históricos e revistas dos arquivos estaduais. Tais informações e provinham, principalmente, das pesquisas de Carlos Studart e Pompeu Sobrinho, no Ceará; Padre Francisco Lima, na Paraíba e Alfredo de Carvalho, em Pernambuco. Os institutos históricos são tidos pela pesquisadora como os precursores das universidades e das pesquisas, sobretudo, na área de ciências humanas.

O início tardio das pesquisas arqueológicas no Nordeste é apontado por Martin (2005) como principal fator da quase total exclusão da região no PRONAPA. Apenas Valetin Calderón, com seus trabalhos na Bahia e Nássaro Nasser, que realizou prospecções arqueológicas no Rio Grande do Norte, participaram do projeto.

No começo da década de 1980, teve início, na Universidade Federal de Pernambuco, o curso de mestrado em História, com a linha de pesquisa em Pré-História. No ano de 2002 foi criado o Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, com curso de Mestrado e Doutorado, oferecendo como área de concentração, Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural no Nordeste. Nos anos seguintes, a Universidade Federal do Piauí - UFPI passou a oferecer o Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, com curso de Mestrado. Este curso possui a linha de pesquisa Cultura Material e Conservação de Sítios Arqueológicos. A Universidade Federal de Sergipe - UFS conseguiu aprovar em 2010 o seu Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, com curso de mestrado.

Os cursos de graduação em Arqueologia são ofertados em 4 (quatro) universidades do Nordeste. A Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, com o curso de Bacharelado em Arqueologia e Preservação do Patrimônio; a Universidade Federal de Pernambuco-UFPE; a Universidade Federal de Sergipe - UFS e a Universidade Federal do Piauí-UFPI, com curso de Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre. Estes cursos vêm contribuindo na formação de novos profissionais voltados para a pesquisa, preservação, conservação e gestão do patrimônio arqueológico da região Nordeste.

Também vem crescendo no Nordeste a quantidade de instituições que desenvolvem estudos em arqueologia pré-histórica e histórica, e que buscam a preservação e a divulgação e a socialização dos bens patrimoniais, destacando os seguintes trabalhos:

- NEA - Núcleo de Estudos Arqueológicos da UFPE que atua desde a década de 1990 em diversas regiões do Nordeste.
- FUMDHAM - Fundação Museu do Homem Americano, que trabalha com diversas instituições na Área Arqueológica de São Raimundo Nonato, sudeste do Piauí;
- Núcleo de Antropologia Pré-Histórica da Universidade Federal do Piauí;
- MAX - Museu de Arqueologia de Xingó da Universidade Federal de Sergipe, que desenvolve linhas de pesquisas relacionadas à região onde está localizado;

- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia - MAE /UFBA, idealizado pelo Prof. Valentin Calderón, e que vem multiplicando suas ações em Educação Patrimonial;
- Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica, formado por pesquisadores da UFBA e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, que tem por finalidade proporcionar informações sobre as formas de ocupação humana do território que hoje constitui a Bahia. Também desenvolve atividades de educação patrimonial, voltadas para o patrimônio arqueológico;
- Museu Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - MCC/UFRN, criado em 1960 como uma unidade de preservação, conservação e divulgação das ciências naturais e antropológicas, incluindo a arqueologia e a pré-história, tendo por finalidade o ensino, a pesquisa e a extensão universitária;
- NEPA - Núcleo de Ensino e Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal de Alagoas, com diversos trabalhos na Zona da Mata alagoana e na Microrregião Serrana dos Quilombos, coordenados pelo professor Scott Allen, da Universidade Federal de Pernambuco. Em fevereiro de 2011, no município de União dos Palmares, foi inaugurado o Centro Arqueológico Palmarino – Cenarp, com laboratório de pesquisa, reserva técnica e sala de exposição.

No Brasil houve um aumento no número de trabalhos voltados para a discussão da preservação, gestão e comunicação do patrimônio arqueológico. Tal aumento deve-se, inclusive, ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE/USP), que desenvolve linhas de pesquisa em Arqueologia e Educação, Musealização da Arqueologia, Arqueologia preventiva, História da Arqueologia e perspectivas teóricas contemporâneas.

Foram defendidos, no âmbito desta instituição, trabalhos importantes como o de Márcia Bezerra Almeida, em 2002: “O Australopiteco corcunda: as crianças e a Arqueologia em um projeto de Arqueologia Pública na escola”. Em sua tese de doutorado ela discute sobre a relação entre arqueologia e o público, a partir do olhar de um grupo de crianças de uma escola da rede privada de ensino no Rio de Janeiro. A autora propõe um modelo que incorpora as suas

premissas, com foco na relação arqueologia e educação e a partir da perspectiva educacional de Paulo Freire.

Tatiana Costa Fernandes (2007), em sua dissertação de mestrado: “Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil” traz um levantamento bibliográfico acerca do tema em questão, a fim de mostrar como foi construído o conceito no contexto norte-americano e brasileiro, que esteve fortemente ligado ao processo de profissionalização do arqueólogo e do desenvolvimento da legislação preservacionista.

Carla Gilbertoni Carneiro (2009) em sua tese de doutorado: “Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia” mostra também como se desenvolveu a Arqueologia Pública nos Estados Unidos e no Brasil, sob o ponto de vista histórico e teórico. A partir da análise dos campos da arqueologia pública, educação patrimonial e musealização da arqueologia, a autora reflete sobre a aproximação da arqueologia com a sociedade.

Com relação às publicações específicas sobre o tema, em 2006, o Núcleo de Estudos Estratégicos em Arqueologia Pública da Universidade Estadual de Campinas (NEE/UNICAMP) lançou o primeiro número da Revista Arqueologia Pública, tendo como editores responsáveis Pedro Paulo Funari e Érika Marión Robrahn-González. De periodicidade anual, a revista que está em sua 3ª edição, tem por objetivo constituir um fórum de debate acerca do caráter público da arqueologia e sua importância social na atuação e manejo do patrimônio cultural. A revista reúne textos, artigos e resenhas, contendo experiências sobre o tema.

Esses e outros periódicos nacionais, como por exemplo, a Revista Canindé do Museu de Arqueologia de Xingó - MAX vem publicando trabalhos relacionados à musealização da arqueologia, educação patrimonial e arqueologia pública. Entretanto, boa parte deles se refere apenas ao relato de experiências vividas no âmbito da arqueologia de contrato e pouco contribui com reflexões teóricas.

O XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), realizado em setembro de 2009, no Estado do Pará, teve como tema “Arqueologia e compromisso social: construindo arqueologias multiculturais e multivocais”. Como eixo norteador foi escolhido a relação dos arqueólogos com o público, mostrando que a atuação dos profissionais deve cada vez mais

integrar a sociedade nos projetos de valorização e proteção do patrimônio arqueológico. Entendendo que projetos de educação patrimonial e Arqueologia Pública vêm crescendo nos últimos anos, é necessário discutir maneiras de envolvimento do público em tais atividades.

Naquela reunião, arqueologia pública, educação patrimonial e musealização da arqueologia foram temas de comunicações (aproximadamente 40 trabalhos), pôsteres (aproximadamente 20 trabalhos) e simpósios (“Arqueologia e comunidade: práticas e desafios”, “O futuro dos acervos”, “Arqueologia, educação e educação patrimonial: uma avaliação conceitual e metodológica”, “Os rumos da educação patrimonial no Brasil”, “Musealização da arqueologia: desafios contemporâneos”).

Muitos desses trabalhos foram realizados no contexto da arqueologia consultiva, ou arqueologia preventiva, em cumprimento à Portaria IPHAN 230/2002. Segundo Bezerra de Almeida (2002), a arqueologia consultiva constitui uma oportunidade positiva para elaborar projetos de preservação do patrimônio da comunidade impactada. Outros trabalhos afirmam, no entanto, que a devolução da pesquisa para as comunidades deveria ser uma constante dentro dos projetos e não uma obrigação. Alguns autores propõem que é necessária a discussão acerca da real abrangência e a escala dos programas de educação patrimonial dentro da chamada arqueologia consultiva. Foi discutida também a inserção da perspectiva museológica nos problemas relativos à dimensão patrimonial das pesquisas arqueológicas.

O portal da internet “Arqueologia Pública” (www.arqueologiapublica.com.br) mantido pela empresa Documento, que é especializada em programas, planejamento e gestão do patrimônio cultural, oferece aos visitantes as versões digitais da Revista Arqueologia Pública, além de apresentar alguns conceitos básicos relativos ao tema.

A Arqueologia Pública no Brasil apesar de não estar comprometida, de maneira mais incisiva, com a produção do passado como um elemento de transformação política, como se observa em outros países da América Latina, como México, Peru, Venezuela e Equador, ela possibilita às comunidades conhecer e entender o seu patrimônio. Para que esta comunidade construa e assuma sua identidade, é preciso que ela dê algum significado à realidade ao seu redor. Ao relacionar público e patrimônio como suporte de memória, está se tratando também de identidade, pois não existe memória sem identidade. Patrimônio sempre teve a ver com

identidade e com a memória dos indivíduos e grupos, pois sem memória não há sentido de comunidade (JORGE, 2007).

Um dos problemas para o povo brasileiro não se identificar com o patrimônio arqueológico está no fato de “como” a maioria conhece as suas origens pré-históricas e, por conseqüência, não se reconhecendo na história da nação. “Somos um povo que não participa ativamente da construção de sua memória e por esta razão não nos identificamos com o patrimônio cultural de forma ampla” (BEZERRA DE ALMEIDA, 2002, p. 19). Muitos dos que estão excluídos do processo de construção da memória nem tem a consciência dessa exclusão, e, portanto não a sentem. E enquanto o patrimônio for “imposto” pelo Estado, nunca será sentido como identidade, e por isso, como uma necessidade (JORGE, 2007).

No Seridó, as atividades de Educação Patrimonial, realizados pelo NEA/UFPE, ajudaram a população a se reconhecer enquanto miscigenada e perceber que sua região é importante para o entendimento da dispersão do homem pré-histórico pelo Nordeste. Era comum ouvir a afirmação, inclusive por parte de alguns historiadores, de que a população indígena do Rio Grande do Norte havia sido dizimada depois da Guerra dos Bárbaros. Porém, a partir de documentos históricos, sabe-se que os remanescentes desses índios e os mestiços deles descendentes sobreviveram de diversas maneiras na região do Seridó: na condição de cativos de guerra ou em regime de trabalho servil, como agentes mediadores entre o mundo ocidental e o nativo, exercendo cargos militares ou civis (MACEDO, 2011).

Além disso, nessa área foram identificados sítios que podem ser associados aos períodos proto-históricos e históricos de povoamento da região, devido à sua tipologia ou relação espacial, como é o caso dos sítios Fazenda Carnaúba de Baixo e Riacho das Relíquias, ambos localizados no município de Carnaúba dos Dantas, RN. O estudo desses sítios possibilita a identificação de um processo de longa duração de povoamento do Seridó. (BORGES, 2010). A intenção dos pesquisadores do NEA/UFPE vai além de estimular a comunidade a preservar seu patrimônio arqueológico. A partir do momento em que as pessoas passam a se identificar enquanto descendentes daquelas que deixaram seus vestígios, elas conseqüentemente irão preservá-los como bens de família.

1.3 Gestão do Patrimônio Cultural no Brasil

A arqueologia é responsável pela gestão de um dos elementos constituintes da identidade de um grupo: o patrimônio. “A sua função é elaborar um arquivo [...], mas também, por outro lado, torná-lo acessível e útil a fruição pública” (JORGE, 2007, p. 110).

Uma das primeiras tentativas para a criação de uma norma legal para a preservação do patrimônio arqueológico foi elaborada em 1920, pelo então presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, Alberto Childe. Nesse projeto já havia o entendimento de patrimônio arqueológico enquanto um “conjunto com as demais categorias de bens culturais e o seu reconhecimento como riqueza nacional” (SILVA, 2007, p. 59). Porém, uma das propostas desse projeto tornava-o praticamente inviável, visto que, a Constituição Federal na época, assegurava o direito à propriedade em toda a sua plenitude.

No início da década de 1930, foram promulgados dois decretos: Decreto nº 22.928 de 12/07/1933 (que erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional) e Decreto nº 24.735 de 14/07/1934 (que regulamenta o Museu Histórico Nacional). Nesse momento amadurecia a idéia de organizar no Brasil um sistema de proteção aos monumentos históricos, arqueológicos e naturais, bem como os bens móveis de natureza artística (IPHAN, 1980). Ainda em 1934 foi declarado o interesse da coletividade, em detrimento das particularidades, o que permitiu a elaboração de normas efetivas de proteção ao patrimônio.

Lima e Francisco (2006) acreditam que estas transformações ocorridas na prática da arqueologia brasileira são reflexos de um maior engajamento político dos arqueólogos e da aprovação de leis, a nível estadual e federal, de proteção ao patrimônio arqueológico.

Em 30 de novembro de 1937, por meio do anteprojeto desenvolvido por Mário de Andrade, a pedido do ministro da educação, Gustavo Capanema, foi promulgado o Decreto-Lei nº. 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Segundo Vieira (2008), o Brasil foi o primeiro país da América Latina a possuir uma entidade oficial, a nível federal, para a preservação do patrimônio histórico e artístico. A construção do SPHAN teve influência direta dos intelectuais do movimento modernista brasileiro, que participaram da formulação e elaboração dos textos legislativos e das diretrizes,

bem como da administração do inicial do órgão. Diante a instauração do Estado Novo, período centralizado na ação estatal, o conjunto dos bens históricos e artísticos atuaram com categoria social e política, no esforço da construção da identidade nacional.

Os primeiros trinta anos de atuação da instituição são conhecidos como *fase heróica*, numa referência à realidade do trabalho realizado nessa época. Este momento se caracteriza ainda pela “emergência da noção de patrimônio histórico e artístico nacional” (VIEIRA, 2008, p. 90). Em sua segunda fase (1969 a 1979) o órgão é transformado em IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), ganhando nova estrutura organizacional. Este período intermediário caracteriza-se pelo tombamento de conjuntos tentando aliar a preservação dos valores tradicionais com o desenvolvimento econômico das regiões (Figura 03).



Figura 03: Paraty-RJ e Ouro Preto-MG: exemplos de núcleos urbanos tombados durante a *fase heróica* do IPHAN

A gestão de Aloísio Magalhães (1980-1982) é caracterizada pela ampliação da noção de patrimônio associado ao estímulo à participação social. Por meio da ênfase da noção antropológica de cultura, integrou-se o patrimônio histórico edificado à diversidade das manifestações da cultura popular, consolidando o conceito de patrimônio cultural. Segundo o próprio Aloísio Magalhães bens culturais seriam elementos dinâmicos, caracterizados por diversos contextos, hábitos, costumes e momentos, que tenham sido reiterados na trajetória do país.

Na década de 1990 inicia-se um novo período de transformação da prática da preservação no Brasil. Por meio da recuperação, requalificação e revitalização de áreas

históricas, o conceito de cidade-atração ganha força, explorando a imagem como diferencial de identidade para as cidades onde estão inseridas. A quantidade das práticas preservacionistas aumenta como resultado do crescimento da preocupação da sociedade com o patrimônio cultural. Entretanto, não houve um aumento das formas legais de proteção aos bens, sendo que o tombamento ainda era a forma predominante de proteção.

Com relação ao patrimônio arqueológico, é na década de 1960 que são criadas leis para tratar da preservação desses bens. A lei 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos, significou um avanço de concepção teórica e de instrumentos técnicos para lidar com os bens arqueológicos. Isso porque o decreto-lei nº25/1937 restringiu o conceito de bem cultural, levando o SPHAN a concentrar-se, quase que exclusivamente, aos bens de pedra e cal. Esta legislação permitia somente a ação do órgão de proteção em sítios arqueológicos tombados. A lei 3.924/1961, considerada como uma das maiores conquistas na área da preservação arqueológica no Brasil, foi fruto do empenho de intelectuais dispostos a aprovar uma norma que pudesse barrar a destruição sistemática de sítios.

Ainda com relação à lei 3.924/1961 proíbe o aproveitamento econômico, a destruição ou a mutilação das jazidas arqueológicas, sendo tal ato considerado crime contra o Patrimônio Nacional. Ela discorre ainda sobre as escavações arqueológicas realizadas por particulares ou instituições científicas especializadas, descobertas fortuitas e registro de sítios arqueológicos. Impõe ainda requisitos que só podem ser atendidos por arqueólogos para a realização de uma pesquisa de campo e escavações arqueológicas.

De acordo com essa lei, consideram-se monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- As jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias ou quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente.
- Os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;

- Os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmicos", nos quais se encontrem vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- As inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade paleoameríndios.

Tendo em vista “a urgência de fiscalização eficaz das atividades que envolvem bens de interesse arqueológico e pré-histórico”, entrou em vigor a Portaria IPHAN 07, de 01 de dezembro de 1988. Além de regulamentar a lei 3.924/1961, esta portaria estabeleceu os procedimentos necessários para pesquisas e escavações arqueológicas.

Outros instrumentos legais foram criados com vistas à preservação do patrimônio arqueológico. A Portaria IPHAN 230, de 17 de dezembro de 2002 foi criada com a finalidade de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia, objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico.

Esta portaria reflete uma mudança no quadro da conservação e da pesquisa em sítios arqueológicos, além do uso social e educacional. Contudo, Carneiro (2009) aponta que muitas vezes a busca pela aprovação de um projeto está à frente de uma verdadeira busca pela interação e diálogo da arqueologia com o público.

A partir da necessidade de estudos arqueológicos e ações de Educação Patrimonial também dentro das exigências para a obtenção de licenciamento ambiental (Resolução CONAMA 001/1986), a arqueologia passou a discutir mais uma vez as questões preservacionistas e preocupar-se com a socialização do conhecimento científico.

A Constituição Federal, em seu art. 23, incisos III e IV, expressa que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios históricos”, como também “impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural”.

A arqueóloga Ana Catarina Ramos (2006) atenta para a expressão “competência comum” utilizada na Constituição, lembrando que todos são responsáveis pela proteção dos bens de interesse cultural, abrangendo todo o fenômeno cultural: criação, difusão e conservação. As ações administrativas e políticas de governo deverão passar pela implementação de atos de preservação e valorização culturais.

Nota-se a preocupação do poder público em promover práticas e intervenções com a finalidade de preservar o patrimônio, criando diversas leis. Porém, as leis por si só não podem provocar mudanças na população. As ações voltadas à preservação do patrimônio, surtiram certos efeitos, “mas nenhuma conseguiu efetivar uma atitude consciente e contínua no brasileiro de preservação e respeito ao patrimônio” (RAMOS, 2006, p. 3). Apenas quando há uma participação ativa da sociedade, a idéia de preservação funciona, situação essa que ocorre no Brasil de maneira reduzida.

A função de proteger o patrimônio não é só função do Estado. Sem a participação da população as ações do governo tornam-se insuficientes. A sociedade pode promover a proteção do seu patrimônio por meio de convocações aos institutos de preservação; organizar-se em associações ou fundações com essa finalidade. Um exemplo da participação da sociedade na preservação dos seus bens é a PRÓ-SERIDÓ (Associação de Amigos e de Proteção ao Patrimônio Cultural do Seridó). Outro exemplo de entidade civil de direito privado, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos e de interesse público é a Fundação Seridó, com sede social em Carnaúba dos Dantas.

A sociedade pode utilizar também a Ação Civil Pública, regida pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que trata das ações de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Outro instrumento é a Ação Popular, regulamentada pela Lei nº 4.717 de 29 de junho de 1965. Por meio dela é possível que qualquer cidadão possa pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos aos bens de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.

1.3.1 Leis Estaduais e Municipais

Os estados e municípios podem criar uma legislação própria que complemente a União. Eles devem definir normas específicas de proteção a sítios e monumentos históricos, respeitando as regras traçadas a nível Federal.

Cabe ao Governo Federal, através do Ministério da Cultura e dos governos estaduais e municipais operacionalizar a política que assegure os direitos culturais do cidadão; criar os instrumentos e mecanismos visando o apoio à criação cultural e artística; o acesso aos bens culturais e sua distribuição; a proteção, preservação e difusão do patrimônio cultural brasileiro (RAMOS, 2006).

Seguindo o mesmo princípio da legislação federal, a Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, no seu art. 19, incisos I, III e IV, expressa que é competência comum do Estado e dos Municípios [...] conservar o patrimônio público; proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural. No art. 20, incisos VII e VIII, está expresso que é de competência do Estado, e da União legislar sobre a “proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico”, assim como a “responsabilidade por dano [...] a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico”.

Segundo o art. 144, o patrimônio cultural do Rio Grande do Norte é constituído pelos bens de natureza material e imaterial, tomados, individualmente ou em conjuntos portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade norte-rio-grandense, incluindo “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. Ainda de acordo com esse artigo, no 1º parágrafo, é dever do poder público, junto com a comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural por meio de inventário, registro, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. No 3º parágrafo ficam estabelecidos os incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais, e no 4º parágrafo, que os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

Outro instrumento legal de proteção ao patrimônio cultural é a Lei nº 7.799, de 30 de dezembro de 1999, conhecida como Lei Câmara Cascudo de incentivo à cultura. Ela dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para financiamento de projetos culturais no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte. Os benefícios desta lei visam promover o incentivo à pesquisa, ao estudo, à edição de obras e à produção das atividades artístico-culturais nas artes cênicas, plásticas e gráficas; cinema e vídeo; fotografia; literatura; música; artesanato, folclore e tradições populares; museus; bibliotecas e arquivos.

Além disso, visa promover a aquisição, manutenção, conservação, restauração, produção e construção de bens móveis e imóveis de relevante interesse artístico, histórico e cultural; como também promover campanhas de conscientização, difusão, preservação e utilização de bens culturais.

O órgão responsável pela política cultural e por gerenciar os programas instituídos por essa lei é a Fundação José Augusto - FJA, órgão de administração indireta do estado do Rio Grande do Norte.

Segundo dados da própria FJA, foi executado no ano de 2006 o projeto “Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos”, com recursos oriundos do Programa Monumenta/MinC/UNESCO/BID e contrapartida do Governo do Estado. Foi realizado inventário, catalogação, cadastramento, descrição técnica, e publicação do patrimônio cultural do Rio Grande do Norte, nas tipologias de patrimônio arquitetônico, patrimônio museológico, patrimônio sacro, bens móveis integrados, artes visuais e patrimônio imaterial. O objetivo do projeto é facilitar a informação em cartilhas, mapa e novas mídias, ao turista e público em geral, além de disponibilizar o resultado do trabalho para órgãos públicos e privados de natureza turística, cultural, educacional e na área da justiça, instigando sistemática de acompanhamento, atualização, monitoramento e fiscalização do Patrimônio Cultural Potiguar.

Dentre as categorias propostas no projeto “Patrimônio Cultural Potiguar em Seis Tempos” estão os “bens móveis” e os “bens integrados”, sendo estes considerados de comum relevância para a história e a cultura do estado. Na categoria dos bens móveis estão os objetos que, embora integrem uma edificação ou sítio, podem ser transferidos sem prejuízo para a peça ou conjunto, mesmo que faça parte de uma edificação ou sítio. Os bens integrados seriam

aqueles que integram locais para os quais foram produzidos especificamente e que por isso não podem ser transferidos sem sofrer danos e sem descaracterizar o sítio onde estavam. Nessa classificação incluem-se as “estátuas, bustos, pórticos, marcos ou objetos esculpidos pela natureza e que deram nome aos locais onde estão”.

Nota-se que, apesar da grande quantidade de sítios arqueológicos existentes no Rio Grande do Norte, eles não estão contemplados de maneira direta dentro da política cultural do estado, podendo apenas ser incluídos dentro da categoria bens integrados. Porém, as particularidades de um sítio arqueológico exigem que este seja tratado de maneira diferenciada, com legislações mais específicas e políticas públicas que tenha por objetivo a sua proteção e preservação.

O município de Carnaúba dos Dantas, visando a proteção de seu patrimônio histórico, tombou através da Lei Municipal nº 475, de 5 de maio de 2003, os seguintes bens: Igreja Matriz de São José; Cadeia Velha; Farmácia Velha (Sobrado de Pedro Hugo); Praça e Monumento dedicados ao patriarca Caetano Dantas Correa; Pedra do Dinheiro e Santuário de Santa Rita de Cássia; Quixabeira de Cesário.

A Lei nº 471, de 5 de maio de 2003, trata especificamente do tombamento do sítio arqueológico Pedra do Alexandre como patrimônio histórico do município. A referida lei, proposta pelo vereador Marcos Antônio Dantas, considera a importância patrimonial e histórica do sítio, “que guarda pinturas rupestres e cultura material que conferem importância para o estudo da pré-história do município de Carnaúba dos Dantas”. Ficam estabelecidas punições, segundo a constituição federal, para os casos de destruição e/ou descaracterização do sítio, como também a instalação de placas alusivas com inscrição contendo o nome do bem e logo abaixo “Patrimônio Histórico do município de Carnaúba dos Dantas”. Contudo, tais leis ainda não são cumpridas integralmente, havendo a necessidade de políticas públicas na área de gestão do patrimônio.

1.4 A Musealização da Arqueologia e a Educação Patrimonial: contribuições na transmissão do valor do patrimônio arqueológico

A década de 1980 representou o início de uma avaliação crítica da comunidade arqueológica brasileira sobre seu papel perante a sociedade. A arqueologia foi em busca de novas formas de diálogo a fim de discutir sobre legislação, gestão, ética e educação. No início do século XXI, já é possível avaliar o desenvolvimento da Arqueologia Pública no Brasil, que foi possibilitado pelos debates com a comunidade arqueológica norte e latino-americana, além de novas discussões dos arqueólogos, com relação ao seu compromisso com o público e a ciência.

Tal movimentação permitiu que fossem avaliados princípios, métodos e ações que buscassem aproximar o patrimônio arqueológico da sociedade, fazendo com que a Arqueologia se ligasse, de maneira interdisciplinar com a Educação e a Museologia. Silva (2005) afirma que a educação em museus é uma característica inerente à sua formação, sendo os museus lugares de desenvolvimento de propostas pedagógicas.

Antes de passar para a discussão acerca desses conceitos, se faz necessário comentar sobre o conceito de patrimônio e patrimônio arqueológico. Etimologicamente, patrimônio significa herança paterna, riqueza. Seu conceito estava inicialmente ligado “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2006, p. 11). Por muito tempo tal termo esteve relacionado apenas à pintura, escultura e arquitetura, mas os bens que integram o patrimônio cultural passam a existir no momento em que o homem deixou testemunhos materiais de sua presença ou de suas atividades (GONZÁLEZ-VARAS, 2000). No debate contemporâneo o sentido de patrimônio se alarga. Ele torna-se um “bem constitutivo da consciência de um grupo, um campo de disputas e de negociações” ligado à memória e às identidades culturais (SEGALA, p.2).

O patrimônio articula a idéia de herança e construção. Herança pelo desejo de preservar, valorizar e transmitir certos bens. Construção porque os valores patrimoniais são criações do hoje, que não existem sem o olhar contemporâneo sobre eles. O valor existe em função do futuro que se pode dar ao bem (JORGE, 2007).

O patrimônio cultural, onde se insere o patrimônio arqueológico, representa os bens de significação cultural, testemunhos vivos das sociedades humanas do passado, e por isso sua

conservação possibilita a transmissão dos valores desses bens às gerações futuras (LAGE E BORGES, 2003). De acordo com Choay (2006), tal patrimônio designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam por seu passado comum.

O reconhecimento de que os objetos são valiosos, devido à sua natureza de testemunhos ou documentos significativos da natureza humana (GONZÁLEZ-VARAS, 2000) é um fenômeno relativamente recente. Até o século XIX não existia o conceito de patrimônio cultural, apenas o de objetos culturais. O reconhecimento de um valor histórico para tais objetos se inicia no Renascimento, com a guarda consciente das antiguidades clássicas. Já a noção de monumento histórico-artístico aparece a partir do instante em que a sociedade passa a refletir de maneira crítica sobre o seu passado cultural. É esse amadurecimento do conceito de patrimônio histórico que vai ser a base para a preocupação pela conservação dos monumentos.

Na década de 1950 se buscou a definição dos conceitos de bem cultural ou patrimônio cultural. Na Convenção de Haia (1954) é que utilizou pela primeira vez o termo “bem cultural” em documento oficial, passando então a ser usado em outras convenções e documentos oficiais. Tal conceito foi amplamente difundido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura), reconhecendo, inclusive que alguns bens apresentavam uma relevância que ia além do âmbito nacional.

Reconhecidos como Patrimônio Mundial, Cultural ou Natural, estão os “monumentos, cidades, conjuntos ou lugares históricos ou obras excepcionais, como testemunhos indispensáveis, cuja perda ou deterioração empobreceria o conjunto da humanidade”. A Convenção de Haia enumerou ainda as diversas categorias de objetos que integram o conceito de bem cultural.

Em 1972, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial da UNESCO reunida em Paris, estabeleceu a divisão dos bens integrantes do Patrimônio Mundial entre os bens culturais e naturais. Os bens que integram o patrimônio cultural estão divididos em:

“- monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

- conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.” (UNESCO, 1972, p.3)

Ainda segundo a UNESCO cada Estado-parte da presente Convenção reconhece que lhe compete identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural situado em seu território.

Para Vieira (2008) valor patrimonial são as evidências visíveis do passado que podem contribuir pedagogicamente e educacionalmente para a identidade cultural e a memória de determinado grupo ou lugar, dando sentido ao presente através da interpretação do passado. Para Fonseca (*apud* Vieira, 2008, p.36) “o valor patrimonial é o resultado da institucionalização representativo de determinado valor cultural”. A partir do momento em que o IPHAN define um bem como representativo da cultura local e merecedor de proteção legal, ele passa a possuir valor cultural e patrimonial.

O patrimônio é discutido como uma construção social. O autor reflete sobre o motivo de se recorrer a processos de patrimonialização com grande intensidade a fim de legitimar identidades e discursos e o porquê da preservação, conservação, e em alguns casos, a exaltação de bens muitas vezes negligenciados ou tidos como velhos, e o porquê da perpetuação do patrimônio até os dias de hoje. Para ele, ainda há uma resposta para esses e outros questionamentos, apenas a constatação de que o patrimônio e os processos de patrimonialização são considerados como um bem absoluto, cuja preservação é inquestionável.

Dois conceitos pouco utilizados, mas importantes dentro da gestão do patrimônio arqueológico, são o de patrimônio localizado e patrimônio e patrimônio local (PRATS, 2005). Para o autor, patrimônio localizado seria aquele que por si mesmo é capaz de gerar fluxos de visitantes, e é esse interesse externo que pode contribuir para uma valorização por parte dos moradores da localidade. Já o patrimônio local, estaria ligado a lugares com bens patrimoniais de menor interesse turístico. O patrimônio localizado forma uma parte do patrimônio local, mas

não o contrário. Isso porque o interesse externo pode contribuir para uma valorização interna, entretanto, essa valorização e interpretação a nível local não esta relacionada com valorização dos visitantes. O patrimônio local está baseado na memória e na identidade da comunidade.

De acordo com González-Varas (2000) o patrimônio arqueológico se trata da única categoria de bens culturais definida por sua metodologia de retirada e de estudo. Diante disto, o sítio arqueológico assume maior relevância do que os artefatos, pois ele é o espaço físico em que a cultura humana e as relações desse tempo com o meio natural circundante ocorreram. Deve-se, portanto, tratar o sítio arqueológico como um bem cultural integrado.

A idéia de patrimônio arqueológico se transforma no início do século XX, com os trabalhos dos italianos Cesare Brandi e Camilo Boito. Tais trabalhos formaram as bases para os conceitos e as leis que regem as políticas de salvaguarda e conservação dos bens patrimoniais, no contexto mundial e nacional. (KESTERING, 2003).

Na Carta de Lausanne (1990) o patrimônio arqueológico é definido como:

“a porção do patrimônio material para o qual os métodos de arqueologia fornecem conhecimentos primários. Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas, estruturais e vestígios abandonados, de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados.”

O patrimônio arqueológico, segundo Mendonça de Souza e Souza (1983) *apud* Bastos (2006) é caracterizado como o conjunto de locais que foram habitados por populações pré-históricas, bem como toda e qualquer evidência das atividades culturais destes grupos pretéritos e inclusive seus restos biológicos. Desta forma, o patrimônio arqueológico é integrado por bens materiais (material cerâmico, lítico pinturas e gravuras rupestres) e pelas informações deles dedutíveis (contexto geoambiental, padrões de assentamento).

Para Funari (2001 *apud* CÂNDIDO, 2004) a conservação do patrimônio cultural brasileiro está relacionada com a problemática educacional, visto que a importância do passado e da cultura material ainda não é amplamente difundida e aceita. Além do ensino escolar formal, o

museu é apontado pelo autor como o principal ambiente para a ação educativa sobre os bens arqueológicos.

Neste cenário, se percebe que as estratégias museológicas, visando a divulgação do conhecimento sobre os bens arqueológicos, por meio de ações expositivas e educacionais, constituem-se como foco de muitos trabalhos acadêmicos, como também aqueles inseridos dentro da arqueologia preventiva. O desenvolvimento da museologia contribuiu de maneira significativa para a discussão social e política da arqueologia, por meio do estabelecimento de diálogos entre as duas ciências (LIMA E FRANCISCO, 2006; CARNEIRO, 2009).

Segundo a museóloga Maria Cristina Bruno:

“a Arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores de memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como área do conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da Arqueologia” (BRUNO, 1995 *apud* Silva, 2008)

A ligação entre as duas disciplinas surge da necessidade de equilibrar as ações de salvaguarda e comunicação patrimoniais. A museologia, ao proporcionar um canal de aproximação das demais áreas do conhecimento, é capaz de efetivar a devolução do saber nelas construído. Na visão de alguns autores, o museu é visto como a principal instituição capaz de realizar a ligação arqueologia-sociedade. As preocupações da arqueologia e da museologia, caminham para o pensamento que só a consciência sobre o patrimônio e sua apropriação na realidade das comunidades poderá preservá-lo. (CÂNDIDO et al., 2001).

De acordo com Cândido (2003, p. 11) museologia é a disciplina “voltada à experimentação, sistematização e teorização do conhecimento produzido em torno da relação do homem com o objeto no cenário institucionalizado dos museus”. A museologia tem sofrido mudanças no tocante à consciência de repensar os museus tradicionais e com isso criar novos

processos de musealização. A nova concepção de museu surge a partir do momento em que os objetos não podem ser apenas uma lembrança do que passou, mas parte integrante da construção do hoje. Com isso, o museu passa a ser visto também como instrumento de educação, devendo na visão de Tamanini (1994, p. 22), ser apresentado como uma “universidade popular”, pois é um lugar para todos, aberto a vários usos, podendo ser visitado quantas vezes se deseje.

Para que essas transformações acontecessem, foram importantes alguns documentos internacionais, como a Declaração de Santiago do Chile, de 1972, que trata sobre “O Papel do Museu na América Latina”. A Declaração é considerada como a contribuição mais importante da América Latina para o pensamento museológico internacional.

Outro documento importante foi a Declaração de Quebec, de 1984, fundador do MINOM – Movimento Internacional para uma Nova Museologia. Ela assinala o reconhecimento da necessidade de ampliar a prática museológica e de integrar nessas ações as populações, priorizando o desenvolvimento social. Propõe também o uso da interdisciplinaridade e de métodos modernos de gestão e comunicação; o convite ao reconhecimento da Nova Museologia e das novas tipologias de museus, bem como a ação junto aos poderes públicos pela valorização de iniciativas locais baseadas nesses princípios. A chamada *New Museology*, surgida por volta da década de 1970, mesmo período em que a base da organização das instituições museológicas passou das coleções para as funções, introduziu novos conceitos na Museologia, onde ela passou a ser socialmente engajada.

Na Declaração de Caracas, de 1992, há uma revolução nas bases da disciplina museológica, reafirmando a prioridade à função sócio-educativa do museu, o estímulo à reflexão e ao pensamento crítico e a afirmação do museu como canal de comunicação. As reflexões baseadas no rompimento com a idéia de coleção como fonte geradora dos processos museológicos, possibilitou vislumbrar a possibilidade de integrar outros aspectos do patrimônio e potencializar a ação interdisciplinar (CÂNDIDO, 2003; 2007).

No Brasil, o debate sobre o papel da museologia contemporânea foi intensificado nos últimos anos. O foco das discussões são os museus como agentes de inclusão cultural, de afirmação de identidades de grupos sociais, de reconhecimento da diversidade e de

desenvolvimento econômico. No ano de 2009, foi instituído o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, que sucedeu o IPHAN nos direitos, deveres e obrigações relacionados aos museus federais.

O IBRAM é responsável pela Política Nacional de Museus e pela melhoria dos serviços do setor: aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros. O desmembramento permitiu também a criação da Rede Nacional de Museus, que segue os modelos de países com experiência museológica de excelência, como a França e a Espanha.

De acordo com a Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, os princípios fundamentais dos museus são: a valorização da dignidade humana; a promoção da cidadania; o cumprimento da função social; a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental; a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural e o intercâmbio institucional. Além disso, as ações desenvolvidas em todas as áreas dos museus devem estar voltadas para o estudo e a pesquisa. As instituições deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação.

A discussão de alguns conceitos que estão inseridos dentro da musealização da arqueologia é importante para a compreensão da sua contribuição para a arqueologia pública. O próprio termo musealização é relativamente recente, segundo Cury (2005), ele é encontrado na bibliografia especializada a partir de 1986. Por ele se entende como a valorização dos objetos, que pode ocorrer com a transferência do objeto de seu contexto para o contexto dos museus, ou ainda a sua valorização *in situ*, integrando preservação e comunicação.

A musealização se inicia com a seleção realizada pelo olhar museológico sobre as coisas materiais ou como afirma Chagas (*apud* Cury, 2005, p. 24) “uma atitude crítica, questionadora, capaz de um distanciamento reflexivo diante do conjunto de bens culturais e naturais.” O ato de musealizar vai muito além da transferência de objetos para o museu, considerando a informação trazida por tais objetos em termos de documentalidade, testemunhalidade e fidelidade. Este processo contempla uma série de ações sobre os objetos: aquisição, pesquisa,

conservação, documentação e comunicação, começando a partir de sua seleção e completando-se na apresentação pública, seja através de exposições ou atividades educativas.

Cury (2005), explica que os objetos selecionados para uma exposição são, na verdade, escolhidos duas vezes. A primeira é quando ele passa a integrar o acervo da instituição e a segunda é quando ele é associado a outros objetos, que por sua vez também foram escolhidos para serem expostos ao público. Bruno *apud* Cury (2005, p. 27) entende que a plenitude da musealização é o “conjunto de procedimentos que viabilizam a comunicação de objetos interpretados (resultado de pesquisa), para olhares interpretantes (público), no âmbito das instituições museológicas”.

Outro conceito importante é o de cadeia operatória da museologia, que seria a base para o desenvolvimento da musealização do patrimônio arqueológico. O processo museológico corresponde a uma cadeia operatória cíclica que compreende a formação de acervo, pesquisa, salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e educação). Segundo Carneiro (2009) os procedimentos de salvaguarda podem ser compreendidos como os processos que visam à conservação da materialidade dos bens patrimoniais, o gerenciamento da informação e os procedimentos de comunicação, que envolvem as ações expositivas e educativas.

Na visão de Cândido et al. (2001) a preservação deve permear todo o processo desta cadeia operatória. Sendo a museologia uma área do conhecimento que impulsiona processos de natureza preservacionista, o processo museológico deve ser realizado a partir do equilíbrio das ações de salvaguarda e de comunicação.

A musealização da arqueologia se apresenta como a única via capaz de consolidar toda a cadeia operatória. Neste caso, é possível, abrigar acervos coletados, propiciar a pesquisa interdisciplinar, estabelecer processos de gestão do patrimônio arqueológico e possibilitar que os acervos possam ser expostos, através de exposições e ações educativas, em conjunto com a publicação dos resultados de pesquisas, (CÂNDIDO et al. 2001).

O conceito de exposição é discutido por Cury (2006, p. 33), onde afirma que:

“a exposição para um museu é a sua parte mais visível. É, também, o que torna uma instituição preservacionista um museu, isto porque um museu preserva e comunica [...] o acervo não o torna museu, o que somente é possível com a comunicação e, especialmente, com a exposição”.

Com relação à comunicação museológica, entende-se que esta não consiste na absorção pelo público de um conhecimento transmitido a ele pelo museu, como um indivíduo submisso. Entende-se que o público é participante do processo, porque ele traz para o museu a sua interpretação. Interpretar é uma ação associada de forma indissociável à leitura e a (re)significação: não há leitura sem interpretação, do contrário não houve leitura de fato, pois ninguém lê exatamente igual ao outro. A comunicação museológica seria a denominação genérica dadas às formas de divulgação do conhecimento em museus (artigos científicos de estudo de coleções, catálogos, palestras, oficinas), sendo a exposição a principal maneira de aproximação entre sociedade e patrimônio cultural. As mensagens implícitas e explícitas em uma exposição são proposições de significados que serão construídos, reelaborados, negociados e trocados pelo visitante em atitude dialógica com o museu.

A partir deste rompimento com a idéia de coleção como fonte geradora dos processos museológicos, a museologia permite integrar outros aspectos do patrimônio e potencializa a ação interdisciplinar. O poder dos museus está em suas idéias. Apesar de ser essencial uma boa gestão das coleções, este não é fator capaz de determinar a excelência de um museu (CÂNDIDO, 2007).

A musealização da arqueologia assume hoje um papel mais definido e procura ampliar a articulação entre pesquisa e sociedade. Apesar de existirem outras formas de aproximação entre as duas partes, os museus se constituem como essenciais, pois são a base da gestão patrimonial. Mas, Bruno (1999) afirma que o cenário da arqueologia musealizada no Brasil não possui um plano global que proponha ao público as explicações da ocupação pré-colonial brasileira de uma forma organizada e sistêmica. O intercâmbio entre as instituições, que favorecem a troca de exposições e com isso o diálogo sobre metodologias de trabalho de ações educativas, quase não existem. Nem todos os museus mantêm em dia as suas reservas técnicas, salas de exposições ou sua atuação extra-muros.

Silva (2008) aborda que a Museologia e a Arqueologia têm percebido que o patrimônio só passa a ser tido como herança quando as pessoas se aproximam dele na sua realidade cotidiana. Com a apropriação e a consciência de herança é que há preservação do patrimônio. É nesse sentido que se expande a idéia de museu como um guardião, para ser tratado como meio de transmissão do patrimônio.

Com relação à Educação Patrimonial, para Mackenzie (*apud* CALI, 2005, p.19) “educação liga-se, inseparavelmente, à arqueologia porque a arqueologia fornece matéria-prima para o ensino dos temas que se referem à vida social”. A educação exerce papel importante, tanto na difusão, quanto na reflexão acerca do conceito de patrimônio cultural para arqueólogos e educadores, pois são eles que exercem socialmente o papel de formadores do conhecimento.

A Educação Patrimonial pode ser entendida como um método ou processo permanente e sistemático, centrado no patrimônio cultural como instrumento de afirmação da cidadania. Este método baseia-se na idéia de que a análise de um objeto ou fenômeno cultural pode ser realizada por meio de perguntas e reflexões. A partir da experiência direta com esses bens e fenômenos, é possível se chegar à compreensão, internalização e valorização dos mesmos (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999).

Este ensino centrado nos bens culturais, considerando-os como fonte primária de ensino, é ponto de partida para o desenvolvimento da tarefa pedagógica. A ação educativa exige que o professor vá em busca de um contato mais efetivo com o museu. A nova concepção de educação não se restringe apenas ao espaço escolar, onde o museu passa a atuar na perspectiva da educação contínua.

Partindo deste princípio, foi no contexto dos museus que a prática da Educação Patrimonial se desenvolveu no Brasil. A metodologia proposta pelo Museu Imperial com o trabalho pedagógico de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Monteiro, denominado Guia Básico de Educação Patrimonial, de 1999, teve como referência estudos desenvolvidos na Inglaterra, denominado *Heritage Education*.

Para que haja a valorização do patrimônio cultural, é necessário conhecê-lo. Este conhecimento pode se dá por meio de ações de Educação Patrimonial aplicadas a qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um bem móvel, um conjunto de bens, um sítio

arqueológico, um monumento, um museu, dentre outros suportes de memória ou expressões resultantes da interação indivíduos e ambiente. A Educação Patrimonial é vista como um instrumento de alfabetização cultural, onde o indivíduo é capaz de fazer uma leitura do seu lugar, permitindo uma “compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA, GRUNBERG E MONTEIRO, 1999, p.6).

Os museus se apresentam como espaço para o desenvolvimento de atividades pautadas na noção de Educação Patrimonial. É preciso que tais espaços utilizem ações educativas que transformem o objeto-testemunho em objeto-diálogo e que o discurso museográfico possibilite o diálogo e a reflexão sobre o indivíduo e o grupo ao qual ele pertence.

Na arqueologia, esta prática promoveu novas perspectivas de diálogo com pesquisadores e público, gerando mais interesse dos arqueólogos com as questões públicas da disciplina. Com isso, não só a abordagem educativa vem ganhando espaço, mas também a sócio-patrimonial, permitindo que as comunidades do entorno dos sítios arqueológicos se tornem auto-sustentáveis.

A Educação Patrimonial aplicada nas comunidades relacionadas ao patrimônio cultural é capaz de fornecer condições de se criar uma consciência preservacionista ligada às questões de cidadania, memória e de identidade coletivas. Segundo Pessis e Martin (2002, p. 204), qualquer estratégia destinada à preservação do patrimônio “deveria incluir uma vigorosa ação educacional em torno dos valores da cultura e sua importância para a comunidade”. Desta forma, o patrimônio natural e cultural deve ser percebido, por meio da educação patrimonial, como algo interligado ao passado dessas pessoas, e que por isso deve ser preservado.

A Carta de Lausanne (1990), que trata da proteção e gestão do patrimônio arqueológico, recomenda a forma para realizar tais ações:

“Não podem fundar-se unicamente na aplicação das técnicas da arqueologia [...] devendo haver uma colaboração efetiva entre os especialistas de diferentes disciplinas, a cooperação dos órgãos públicos, dos pesquisadores, das empresas privadas e do grande público”.

Esta Carta, em seu artigo segundo, recomenda também que a participação da comunidade deve estar integrada às políticas de conservação do patrimônio arqueológico. Essa participação baseia-se no acesso ao conhecimento, já que este acesso é considerado como a “condição necessária a qualquer decisão” e um elemento importante para a conservação integrada. O engajamento e a participação da população local como forma de preservação do patrimônio arqueológico é recomendado no artigo sexto, “onde em certos casos, pode ser aconselhável confiar a responsabilidade da proteção e da gestão dos monumentos e dos sítios às populações autóctones”.

Na Recomendação de Nova Delhi (1956) além de dispor sobre os princípios gerais sobre a proteção do patrimônio arqueológico, trata também da educação ao público: “a autoridade competente deveria empreender uma ação educativa para despertar e desenvolver o respeito e a estima ao passado”. Os Estados-Membros deveriam adotar todas as medidas necessárias para facilitar o acesso do público dos sítios arqueológicos explorados e dos monumentos descobertos.

No Brasil, as práticas de Educação Patrimonial só aparecem de forma mais incisiva após a Portaria IPHAN 230/2002. A lei expressa em seu artigo 6º, 3º parágrafo, que o desenvolvimento dos estudos arqueológicos implica trabalhos de gabinete e laboratório, além de programa de Educação Patrimonial. Estes trabalhos deverão estar previstos nos contratos entre empreendedores e arqueólogos responsáveis pelos estudos.

O 4º parágrafo da mesma portaria, dispõe sobre a destinação da guarda do material arqueológico retirado das áreas onde foram realizadas as pesquisas. O empreendedor deve garantir a guarda destes vestígios, promovendo a modernização, ampliação, fortalecimento de museus existentes, ou a construção de unidades museológicas específicas.

De acordo com Pessis e Martin (2002) não se pode “valorizar o que não se conhece” e esse conhecimento só pode ser obtido por meio da divulgação dos resultados das pesquisas arqueológicas. Pessis e Martin (2002) também defendem que o conhecimento não pode ficar limitado aos gabinetes acadêmicos das universidades e dos centros de pesquisas. Primeiro porque é “obrigação ética dos pesquisadores de dar retorno à comunidade dos achados e dados científicos obtidos, informando à população local da importância e riqueza do seu patrimônio

cultural”. E segundo porque “sem o apoio e o entusiasmo das autoridades locais e da população, os pesquisadores pouco poderão fazer para conseguir preservar esse patrimônio” (PESSIS E MARTIN, 2002 p. 206).

Os processos educativos devem ser apoiados na idéia de ensinar a pensar, e não repetir os valores do educador, respeitando as diferenças e valorizando a diversidade. Além disso, esses processos devem considerar que, trabalhar educacionalmente com o patrimônio cultural não pode ser apenas tarefa de passagem de informações e discursos pré-fabricados. É preciso levar o sujeito ao processo de conhecimento, tornando-lhe crítico e capaz de ressignificar termos como cidadania, participação, responsabilidade e pertencimento. E por fim, deve-se estimular o envolvimento afetivo com o patrimônio, que além de valorizá-lo, promove a construção de uma sociedade menos volátil em relação aos seus hábitos de consumo (CASCO, 2005).

1.5 Memória Coletiva e Identidade e sua relação com o patrimônio cultural

Para Castro (2009, p. 53), identidade e memória são inseparáveis. “A memória é um elemento essencial das identidades coletivas e individuais, produtos de processos que ocorreram em tempos e espaços determinados”. Sem memória não há identidade, e por estarem entrelaçadas, “dão um sentido de pertença aos indivíduos e às comunidades, através do tempo e do espaço”.

A idéia de que a memória é estritamente individual começou a ser contestada a partir dos estudos de Maurice Halbwachs e Frederic Barlett, datados do início do século XX. Suas obras foram influenciadas pelas idéias do filósofo Henri-Louis Bérghson, defensor da memória não apenas como uma atividade física e capaz de ser mensurada em laboratórios. Halbwachs e Barlett estabeleceram as bases teóricas que permitem definir a memória como uma construção social, sendo parte de um processo em que os indivíduos são vistos interagindo uns com os outros por meio de estruturas sociais determinadas (SANTOS, 2003).

Na visão de Halbwachs (1990), os indivíduos se recordam de acordo com estruturas sociais que os antecedem. É importante conhecer os processos interativos das construções sociais, para entender as memórias coletivas que se constituem. O homem só é capaz de lembrar através da interação com os outros, se apoiando na história vivida entre eles, visto que

tem lembranças em comum: “para melhor recordar, eu me volto para eles [...] e encontro em mim muito das idéias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho (p. 27)”.

A memória do grupo realiza-se e manifesta-se por meio das memórias individuais, e para que ela exista são imprescindíveis palavras e idéias, as quais não são inventadas pelos indivíduos, mas empregadas por eles em seu meio. Só é possível recordar à medida que os indivíduos estão colocados sob a perspectiva do grupo. Qualquer que seja a lembrança do passado que um indivíduo possa ter, elas só podem existir a partir dos quadros sociais de memória, ou seja, as convenções sociais. Só é possível incorporar novas configurações feitas sobre o passado a partir de elementos da tradição, ou quadros sociais anteriores.

Memória e memória histórica são conceitos diferentes. Para Halbwachs (1990) memória é a representação seletiva do passado, passado este que é de todos os indivíduos inseridos em seus diversos grupos de convivência. Ela se torna seletiva porque os indivíduos só lembram do que ainda está vivo em suas lembranças e porque compartilham com outros membros de noções e lembranças comuns. A partir dessa visão de Halbwachs *apud* Castro (2009, p. 55) afirma que:

“a memória de uma sociedade se limita à memória dos grupos que a compõe. Só é esquecida quando os grupos desaparecem. Quanto mais distante no tempo o grupo deixou de existir, mais lembranças se perderam. A duração da memória está relacionada, desta forma, com a duração do grupo”.

A memória histórica é mais ampla e representa o passado de uma forma resumida e esquemática. Esta apoiada nos acontecimentos marcantes da história de um país, em fatos que influenciaram a maioria da população, que são relevantes para o conjunto dos cidadãos e não apenas para o indivíduo ou seu grupo. A memória coletiva se conserva no grupo, limitado no tempo e no espaço. Por isso, não existe uma memória universal e não há lembrança sem sociedade.

Assim como Durkheim, Halbwachs procurou mostrar que valores econômicos, práticas de consumo, rituais religiosos, crenças políticas e construções do passado são aspectos que

devem ser estudados como fatos sociais imbuídos de significado. “Sem símbolos, sentimentos teriam apenas uma existência precária”.

Santos (2003) e Peralta (2007) explicam que uma das maiores críticas ao trabalho de Halbwachs é a sua tentativa de eliminar outros fatores que pudessem fazer parte da construção das memórias. Ele sujeitou a memória ao determinismo social, enfatizando a natureza coletiva da consciência social e desprezou o relacionamento entre consciência individual e coletiva, tornando o indivíduo passivo a uma vontade coletiva interiorizada.

Barlett estudou os processos que levam os indivíduos a construir memórias coletivas. Ele afirma que a memória é resultado a interação indivíduo e seu meio e que “construções do passado são sustentadas por estruturas coletivas e criadas por atores sociais” (SANTOS, 2003, p.34). Para Barlett, existem razões e intenções com significados próprios no processo de construção da memória, sendo necessário para recordar uma forma de percepção e reconhecimento. “Para lembrar é preciso perceber”, ou seja, algo precisa ser primeiro percebido para enfim, ser lembrado pelo indivíduo. Não se lembra o que não foi percebido. Os indivíduos estão sempre atribuindo significado às suas memórias na medida em que elas estão sendo construídas.

Na visão de Barlett, a conduta também é socialmente determinada. Para compreendê-la é preciso levar em consideração as crenças e as práticas do grupo, pois a conduta é claramente influenciada por tradições, costumes, sentimentos e instituições partilhadas. Sua pesquisa estava direcionada nos processos pelos quais condutas individuais eram forjadas no contexto social. A partir do momento em que os indivíduos encontram significado nas práticas coletivas e percebem-nas, eles passam a ser influenciados por elas. Do mesmo modo Barlett analisou a apropriação de elementos da cultura por grupos distintos. Tais elementos se movem de um grupo para outro, sendo apropriados e sofrendo modificações no processo de incorporação por outro grupo distinto daquele que produziu os primeiros significados.

A partir dos estudos de Barlett, Endel Tulving introduziu o conceito de contexto social nos estudos sobre memória. Ele também estabeleceu a distinção entre memória episódica ou autobiográfica, que estaria ligada às experiências específicas e pessoais e memória semântica, relacionada aos fatos impessoais.

Por meio do uso de novas abordagens sobre memória se compreende que o indivíduo utiliza o passado como meio de definir sua identidade e reformar comportamentos. Do mesmo modo, considera-se que o que é lembrado do passado não pode ser separado, de como esse passado foi lembrado pelo sujeito que lembra (SANTOS, 2003).

A distinção proposta por Halbwachs entre história e memória, possibilitou uma nova abordagem historiográfica. A partir da década de 1980, o uso da memória pela História consolida-se com os trabalhos de Michael Pollak, Jacques Le Goff e Pierre Nora.

Na percepção de Michael Pollak, a memória é construída socialmente, como também individualmente, e está estruturada em pontos de referência ou suportes de memória: o patrimônio arquitetônico, as paisagens, tradições, costumes, músicas e culinária. E é também produzida por objetos materiais, como monumentos, museus e vestígios arqueológicos. É dessa forma “guardado e solidificado nas pedras” (POLLAK *apud* CASTRO, 2009, p. 56).

O patrimônio cultural pode ser pensado enquanto suporte de memória, porque pode ser tomado como um estímulo externo que ajuda a reativar e reavivar traços da memória coletiva. Porém, tais suportes não significam nada sozinhos, pois não são a memória. Eles podem se constituir enquanto mediadores e instrumentos para a ação dos atores políticos, por exemplo. Ao escolher um suporte para preservar, conseqüentemente estará se preservando o patrimônio. Contudo, a seleção não se encerra no tombamento de um bem, mas continua no restauro, na gestão e na formatação das políticas públicas (MESSENTIER, 2006).

Le Goff (1994) trata da relação das sociedades orais e escritas com a memória. Ele afirma que as sociedades de tradição oral valorizam a dimensão afetiva. Nesses grupos o ator de lembrar é uma constante e faz parte do cotidiano. As sociedades de tradição escrita estão cada vez mais se preocupando com técnicas de memorização para que o indivíduo não precise lembrar. Tal ação leva essas sociedades a instituir uma maior quantidade de suportes de memória. A invenção da imprensa então entra como um divisor entre memória oral e memória escrita, consolidando ainda, a exteriorização da memória individual.

O autor fala também sobre os materiais da memória coletiva e da história, que se apresentam sob a forma de documentos (escolha do historiador) e monumentos (heranças do passado) (1994, p. 535). Estes materiais da memória que sobrevivem ao tempo são parte de

uma “escolha efetuada pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade [...] ou pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa”, ou seja, os historiadores. Em sua análise, “monumento é tudo aquilo que se pode evocar o passado, perpetuar a recordação” podendo ocorrer de maneira voluntária ou involuntária nas sociedades históricas. Outra característica do monumento é o de reenviar testemunhos que apenas em uma pequena parcela são testemunhos escritos.

A memória se constrói, se mantém e se transforma no espaço público. É a memória quem fornece a matéria-prima para a construção do passado e para a sua constante atualização. E é no espaço público que os indivíduos tecem suas redes de significado com os símbolos a sua volta e constroem suas histórias e seus referenciais (BEZERRA DE ALMEIDA, 2002).

Silva (2005) reflete especificamente dos museus enquanto “lugares de memória”, pois servem para a guarda e preservação de objetos que atuarão como suporte de memória das sociedades. Para Pierre Nora, “lugares de memória” seriam aqueles em que se pode acessar uma memória reconstruída, que dê sentido de identidade. Estes lugares existem no sentido material, funcional e simbólico, porque possuem materialidade, função coletiva e operam no campo simbólico.

Nessa perspectiva, os sítios arqueológicos de Carnaúba dos Dantas, enquanto espaço público e patrimônio cultural, também podem ser entendidos como lugares de memória por serem espaços portadores de simbolismo e ritual. Tais lugares fazem parte de um contexto que salvaguarda a memória coletiva, que está apoiada nas imagens espaciais. O espaço é entendido como suporte das memórias, porque os grupos moldam-no ao mesmo tempo em que são marcados por ele. Desta maneira, não há grupo ou atividade coletiva não Seridó que não possua uma relação com uma parte do espaço.

Bezerra de Almeida (2002) refere-se aos sítios e vestígios arqueológicos enquanto referenciais da história, pois remetem ao passado, sendo parte da história e da memória de um local, e embora remontem ao passado, eles estão presentes no presente. Ainda segundo a autora, é no presente que são estabelecidas as relações entre os indivíduos e o patrimônio; que os interesses de grupos sociais distintos elegem o seu patrimônio e que os órgãos públicos

decidem o que é o patrimônio público. Através do patrimônio arqueológico os indivíduos podem elaborar suas representações do passado. Os bens arqueológicos, enquanto suporte de memória, não são a memória, mas a sua fonte e base material para a construção do imaginário histórico.

Os “lugares de memória” refletem o fenômeno ocorrido nas sociedades modernas: a perda da capacidade de memorizar e de transmitir de uma geração para outra suas tradições e costumes. O crescimento dessas instituições representa o esvaziamento da memória coletiva, visto que, serão os técnicos especializados (historiadores, museólogos, arquivistas, bibliotecários, cientistas sociais) os responsáveis pela memória dos membros da sociedade. Entretanto, os “lugares de memória” assumem o papel de articular a memória à história, pois contribuirão para a interpretação simbólica da história para a sociedade.

Paul Connerton em seu trabalho “Como as sociedades recordam” reflete sobre a forma como se transmite e conserva a memória dos grupos. Ele defende que as imagens e o conhecimento do passado são conservados e transmitidos como memórias-hábito, por meio de cerimônias comemorativas e práticas cotidianas. A memória utiliza como suporte o documento escrito, a cultura material e outros itens e a memória oral. Connerton (*apud* Pardi, 2002, p.79) afirma que “o ato de recordar não é reprodução, mas reconstrução”.

A cultura e a memória de um grupo são os principais fatores de sua coesão e identidade. Segundo Horta (2009), o patrimônio cultural materializa e torna visível o sentimento de cultura e memória, que possibilita a construção de uma identidade coletiva. A principal razão para se preservar o patrimônio cultural é porque os marcos e elementos de memória fortalecem o sentimento de pertença.

CAPÍTULO 2

OS TRABALHOS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ÁREA ARQUEOLÓGICA DO SERIDÓ

2.1 Histórico das pesquisas arqueológicas

A Área Arqueológica do Seridó, situada entre os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba (Figura 04), se constitui um importante patrimônio cultural do Brasil, tanto material como imaterial. Neste enclave geológico, situado em uma das regiões mais áridas do bioma caatinga, desenvolveu-se um singular processo de assentamento humano ininterrupto desde a pré-história até os dias atuais.

Tal área caracteriza-se pela presença de um padrão de assentamento já registrado em outras áreas do Nordeste brasileiro: a ocupação de abrigos sob rocha por grupos caçador-coletores, onde os principais vestígios encontrados são: registros rupestres e estruturas funerárias. No entanto, poucos abrigos possuem condições físicas propícias para a ocupação humana. Por esse motivo, a maioria dos sítios registrados consiste em sítios gráficos compostos por pinturas e/ou gravuras rupestres. A maioria dos sítios arqueológicos, portadores de registros rupestres pertencem à Tradição Nordeste. Também foram identificados sítios com a presença de material cerâmico e lítico, além de sítios a céu aberto e sítios históricos.

Com relação aos grafismos desenhados nos abrigos, estes possuem entre 5 e 15 cm de comprimento e foram feitos com instrumentos finos, o que permitiu uma técnica muito cuidada de delimitação das figuras. É possível perceber a riqueza das pinturas e dos temas representados, onde em apenas cinco abrigos, foi possível registrar mais de 3 mil figuras entre antropomorfos e zoomorfos (MARTIN, 1984; 1989).

Segundo Martin (1984) o mundo que aparece nas pinturas rupestres do Seridó, é o cotidiano da pré-história. Porém, apesar desse realismo das pinturas, pouco se sabe sobre esses antigos habitantes do Nordeste do Brasil. É possível afirmar, apenas, que esses artistas pré-históricos pintaram nos abrigos rochosos das serras que circundam os vales do Rio Seridó e seus afluentes, cenas de luta, caça, dança e amor.

Na região conhecida como Riacho do Bojo, foi realizado um levantamento arqueológico tendo em vista o conhecimento prévio de vários sítios ao longo desse riacho. Foram evidenciados 15 sítios de gravura e pintura, sendo que em alguns deles é possível perceber a presença das duas técnicas. As pesquisas ainda são preliminares, sendo necessário o estudo técnico e estilístico específico de cada sítio, para relacioná-los com as classes iniciais de trabalho e possivelmente definir novos horizontes para a arte rupestre da região (LUNA E NASCIMENTO, 1998).

Dentro deste contexto arqueológico, são consideradas duas hipóteses para a ocupação desta região: a primeira parte do pressuposto de que grupos ligados à Tradição Nordeste, oriundos do Sudeste do Piauí, teriam chegado até o Seridó. A segunda hipótese considera a ocupação diacrônica da região na pré-história através de diversas levas, portadoras de tradições rupestres diferentes.

A partir de sondagens e escavações arqueológicas realizadas na região, foram encontrados vestígios de sepulturas humanas. No Sítio Mirador de Parelhas, restos de carvão encontrados no estrato mais antigo (60 cm) permitiram uma datação de 9.410 anos AP. Neste abrigo também foram recuperadas diversas contas de colar em osso e concha. O Sítio Pedra do Alexandre possui uma cronologia de ocupação mais longa, com seqüências de enterramentos que vão de 9.400 anos AP até 2.600 anos AP (LUFT, 1989; MARTIN, 1989; MÜTZENBERG, 2007).

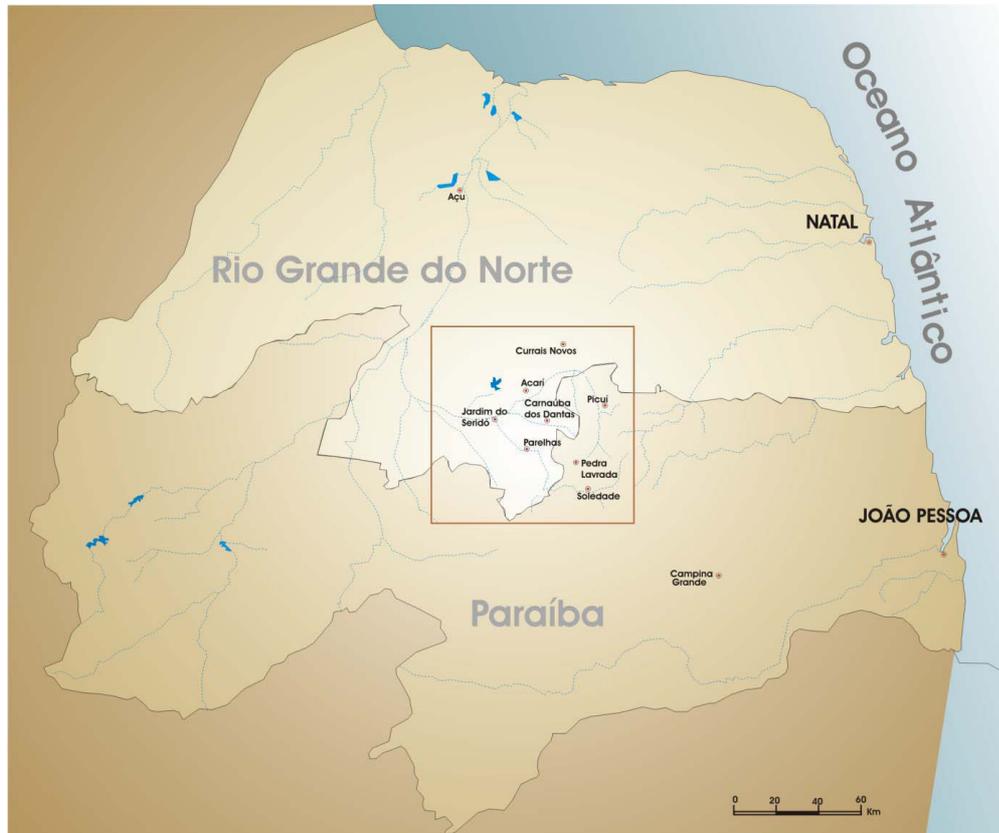


Figura 04: Mapa de representação da Área Arqueológica do Seridó, RN e PB.
 Fonte: Pessis e Martin, 2002

Contudo, as áreas habitacionais dos grupos autores dos registros rupestres não puderam ser identificadas através dos dados provenientes da coluna estratigráfica dos sítios que foram escavados. O registro de sítios a céu aberto, classificados como achados fortuitos de artefatos isolados e/ou oficinas líticas, também não puderam ser relacionados com as áreas habitacionais dessas tradições rupestres. Da mesma maneira, a ausência de ocupações com cronologias mais recentes, históricas ou proto-históricas constitui também uma lacuna no processo de ocupação da região.

A identificação e registro de sítios em abrigos rochosos sem a presença de grafismos rupestres, juntamente com os sítios a céu aberto, configuraram como um novo dado no tocante à presença de um padrão de assentamento diferenciado para a região. Contudo, dada a ausência de cronologias definidas para os esses novos sítios registrados, não pode ser descartada a possibilidade de uma relação direta entre esses sítios e os grupos culturais que ocuparam a região até o período de contato com a colonização europeia (BORGES, 2010).

Também foram identificadas ruínas de edificações relacionadas ao período de povoamento histórico do semi-árido potiguar que também se apresentam como um relevante dado material para a reconstrução do processo de implantação da economia pecuarista nos séculos XVII e XVIII. A Guerra dos Bárbaros, como é conhecido na historiografia esse período/processo, culminou na extinção de vários grupos indígenas que viviam na área delimitada como a Área Arqueológica do Seridó.

Os resultados obtidos com tais pesquisas sobre a região, seja na área de arqueologia, história ou documentação, comprovam a importância do Seridó para o entendimento do processo de formação sócio-cultural brasileira e o processo de dispersão do *Homo sapiens* no Nordeste do Brasil.

Entretanto, os primeiros registros consistentes acerca dos vestígios culturais deixados pelos grupos pré-históricos que ocuparam a região foram produzidos pelo arqueólogo amador José de Azevêdo Dantas (Figura 05), natural da cidade de Carnaúba dos Dantas, na década de 1920. Sua obra, intitulada “Indícios de uma Civilização Antiquíssima”, apresenta 307 lâminas produzidas a partir das observações dos registros gráficos existentes na área. José de Azevêdo Dantas conclui que:

“não se trata da existencia do gentio brasileiro e sim de uma antiquissima civilização prehistorica, talvez dos tempos neolithicos, pelas formas e signaes que apresentam essas figuras em contraste com as dos indigenas, historicamente conhecidas”.
(DANTAS, 1994,)



Figura 05: Fotografia de José de Azevêdo Dantas
 Fonte: Helder Macedo - acervo particular

O autor reflete sobre a origem dos registros, deixando de lado as opiniões daqueles de sua época, que afirmavam que eram letras feitas pela própria natureza ou pelo dedo do criador, e ainda havia aqueles que sustentavam a idéia de “obra do gentio ou do Flamengo”. José de Azevedo, porém reconhece que são “os vestígios mais palpáveis de uma civilização prehistorica, cuja existencia perde-se na profunda noite dos tempos” (DANTAS, 1994; MACEDO, 2009).

Gabriela Martin, na apresentação do referido livro, afirma que José de Azevedo antecipou-se em cerca de 50 anos ao estabelecimento das tradições de arte rupestre no Brasil, já que percebia, a princípio, “duas civilizações, dous povos diferentes”, sendo que:

“as figuras humanas e de animaes gravados a tinta vermelha se acham completamente separados dos hyeroglyphos cavados nas rochas. Alem disso estes se encontram commumente nos rochedos e lagedos das cachoeiras e quedas d’agua, em leito de rios e riachos e aquellas exclusivamente nos altos rochedos das encostas, principalmente onde existe funda concavidade”. (DANTAS, 1994)

José de Azevêdo Dantas efetuou o registro de sítios nos municípios de Acari, Carnaúba dos Dantas, Parelhas, Jardim do Seridó e Santana dos Matos – RN, além de Flores - PE e Picuí e

Campina Grande – PB. Tais registros representam documentos de referência para o início e prosseguimento das pesquisas arqueológicas no Seridó.

2.2 Trabalhos de Educação Patrimonial na Área Arqueológica do Seridó

2.2.1 As ações do Núcleo de Estudos Arqueológicos - NEA/UFPE e Fundação Seridó

Por ocasião das comemorações do IV Centenário da Paraíba, no ano de 1985, o governo do Estado promoveu a edição de vários manuscritos que estavam depositados no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Dentre eles, estava o manuscrito de José de Azevêdo Dantas, que foi enviado para a professora Gabriela Martin, que dirigia o NEA-UFPE. Esta ação pretendia averiguar a veracidade e a validade do documento de Azevêdo Dantas.

Na década de 1980 o conhecimento sobre pintura rupestre no Nordeste do Brasil era incipiente. A principal equipe envolvida nas pesquisas sobre este tema integrava o projeto franco-brasileiro coordenado pela arqueóloga Niède Guidon, em São Raimundo Nonato, Sudeste do Piauí, que já havia definido a tradição Nordeste de registros rupestres. Por este motivo a professora Gabriela Martin entrou em contato com aquela equipe, dando início a um intercâmbio de dados arqueológicos que se desenvolve até hoje.

Havia também os estudos da professora Alice Aguiar que estudava os grafismos rupestres do agreste e sertão de Pernambuco. Posteriormente a professora Gabriela Martin, juntamente com a professora Alice Aguiar, dirigiram-se ao município de Carnaúba dos Dantas com os estudantes da pós-graduação em História, com área de concentração em Pré-História, Plínio Victor e Paulo Tadeu. Ao se depararem com os registros rupestres, perceberam que a obra apresentava uma riqueza de informações muito grande. A similaridade dos registros gráficos do sudeste do Piauí e do Seridó permitiu a definição da Subtradição Seridó da Tradição Nordeste. Este dado demonstrou a existência de uma relação entre os dois *corpi* gráficos, o que sugeriu a construção da hipótese de uma rota migratória oriunda da Serra da Capivara.

Durante as pesquisas na Área Arqueológica do Seridó, a então secretária de Educação do município, Maria José Carvalho de Araújo, entrou em contato com a professora Gabriela Martin para entender o objetivo das pesquisas e que benefícios elas poderiam trazer para a comunidade. “Minha primeira pergunta para ela foi: quando a gente podia tomar conhecimento

do trabalho que a Universidade Federal de Pernambuco estava desenvolvendo em Carnaúba, pois Carnaúba precisava conhecer que trabalho era esse, o que a Universidade fazia aqui” (DVD EXPOSIÇÃO ARQUEOLÓGICA, 1995).

Nessa ocasião, a professora Gabriela Martin além de explicar o motivo dos trabalhos de escavação, também demonstrou o desejo de deixar algo para a população. Segundo Maria José Araújo foi assim que começou a parceria entre pesquisadores e comunidade, que levaram a realização de oficinas e outras atividades. Para Maria José, essas atividades são importantes para que a comunidade entenda o motivo do trabalho dos arqueólogos na região e assim, possa conhecer melhor a sua própria história. E a melhor maneira de fazer isso é por meio da Educação (DVD EXPOSIÇÃO ARQUEOLÓGICA, 1995; entrevista, 2010).

A primeira dessas ações foi o lançamento do livro publicado a partir da transcrição dos manuscritos de José de Azevêdo Dantas (Figura 6) em 1995, na sede da Associação de Desenvolvimento Comunitário, em Carnaúba dos Dantas. Nesse mesmo período, de 22 de outubro a 22 de novembro daquele ano, houve a “Exposição José de Azevêdo Dantas”, de curadoria do arqueólogo Plínio Victor. O nome da exposição foi em homenagem ao “sertanejo possuidor de um interesse incomum pela ciência e crente da salvação do mundo pela educação, o sertanejo que nunca freqüentou a escola, foi também, além de arqueólogo, músico, desenhista, projetista, meteorologista e jornalista⁴”. Um dos maiores objetivos da exposição foi de prestar uma homenagem a José de Azevêdo Dantas, que sem maiores pretensões contribuiu para o desenvolvimento da Arqueologia.

Nela estavam expostas reproduções das gravuras rupestres feitas pelo autor por meio das suas observações dos sítios arqueológicos Casa Santa, Xiquexique I e Mirador de Parelhas (Figura 07), e contava também com uma reprodução de um abrigo sob rocha comum no Seridó.

⁴ Texto escrito por Gabriela Martin e impresso no folder da “Exposição José de Azevêdo Dantas”

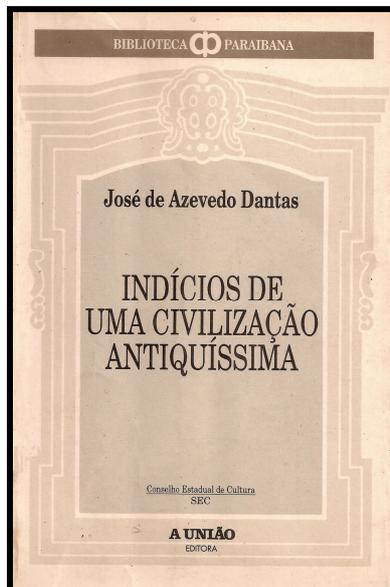


Figura 06: Capa do livro *Indícios de uma Civilização Antiquíssima*.

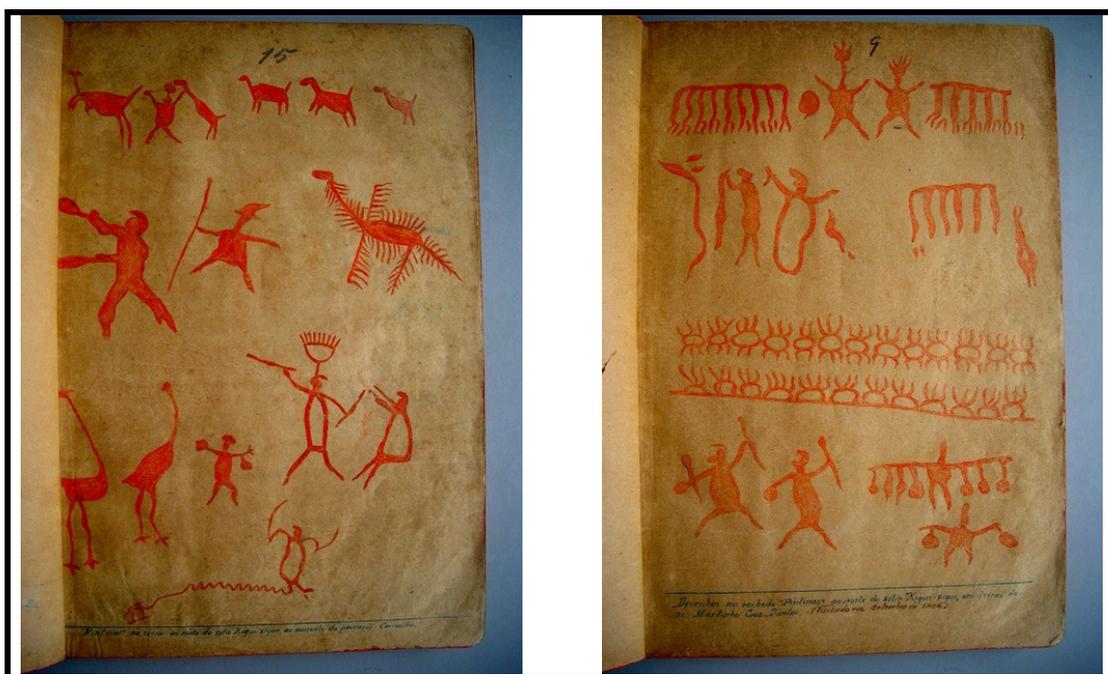


Figura 07: Painéis da Exposição *José de Azevedo Dantas*
Fonte: Helder Macedo - acervo particular

Por ter sido realizada na mesma época da festa da padroeira Nossa Senhora das Vitórias, evento que atrai muitas pessoas, a exposição teve grande repercussão. Segundo Plínio Victor

(primeira e segunda entrevista, 2009 e 2010) a sensação da população era de pertencimento, sobretudo nos mais idosos, que na infância chegaram a conhecer José de Azevedo. Naquele momento foi constatado que a memória do arqueólogo amador, uma espécie de herói e orgulho da cidade, era forte e presente.

Na solenidade de abertura da “Exposição José de Azevêdo Dantas”, o então prefeito do município, Valdenor Euclides de Araújo, comentou que o trabalho do conterrâneo José de Azevêdo Dantas não era conhecido até o momento, assim como o potencial arqueológico da região do Seridó, sobretudo de Carnaúba dos Dantas. Para ele, na exposição foi dada a oportunidade à comunidade de conhecer o seu patrimônio e que a partir dela as pessoas poderiam se conscientizar da importância, não só do trabalho de Azevêdo Dantas, mas da arqueologia para a região. Ainda segundo ele, essa consciência se refletirá positivamente no futuro e no desenvolvimento de Carnaúba dos Dantas, do Rio Grande do Norte e até do país (DVD EXPOSIÇÃO ARQUEOLÓGICA, 1995).

Ainda na solenidade de abertura, a professora Gabriela Martin, lembrou da importância de preservar os sítios pré-históricos da região, e principalmente o maior bem deixado neles: as pinturas.

Durante o evento uma professora do município, que atuou como monitora na exposição, entrou em contato com os pesquisadores da UFPE, sugerindo que fossem realizados trabalhos nas escolas, visto que os professores só conheciam os sítios arqueológicos enquanto moradores da região, e que não sabiam da sua real importância. Ela entendia que seu dever de educadora era repassar as informações sobre a pré-história da região aos alunos, integrando esse conhecimento por meio de práticas interdisciplinares.

Em julho de 1996, arqueólogos, historiadores, outros cientistas e algumas autoridades locais, criaram a Fundação Seridó, com sede social em Carnaúba dos Dantas, a partir do exemplo da FUMDHAM. Como já foi dito, trata-se de uma entidade civil de direito privado, de caráter científico e cultural, sem fins lucrativos e de interesse público, presidida pela professora Gabriela Martin. Seu principal objetivo é desenvolver projetos de pesquisa científica multidisciplinar na região do Seridó, primando pela preservação e divulgação do seu patrimônio arqueológico.

Naquele mesmo ano, NEA e Fundação Seridó, entendendo a necessidade de preservar e divulgar o patrimônio arqueológico deram início a um projeto de Educação Patrimonial com alunos da rede pública de ensino de Carnaúba dos Dantas. A idéia que sempre norteou esse projeto foi a de que os habitantes do Seridó atual são os herdeiros principais daquele patrimônio cultural e, portanto, os principais responsáveis por sua preservação. Esta idéia foi repassada à população através de atividades que consistiam na projeção de imagens das pinturas rupestres, em geral da Tradição Nordeste, pois segundo Plínio Victor (comunicação pessoal 2009; 2010) são compostas de imagens que podem ser identificadas mais facilmente pelo público. Os estudantes do curso de História da UFPE também explicavam sobre quem havia produzido os registros rupestres, nesse caso, os habitantes pré-históricos do Seridó.

A idéia dos pesquisadores era de mostrar aos alunos que os grupos indígenas não tinham sido extintos quando da chegada dos colonizadores na região, como se costumava tratar nas escolas, mas que eles tinham sido incorporados na sociedade colonial. Por tal motivo, eles também eram ancestrais da população atual e que sua produção cultural deveria ser preservada como um bem de família. Desta forma, esperava-se criar um vínculo afetivo com o patrimônio arqueológico, transmitindo seu valor público, culminando em valorização e preservação.

Após as aulas expositivas, os alunos passavam para as atividades artístico-lúdicas, sob a supervisão de artistas plásticos. Por meio de um diálogo entre o imaginário popular, sobre o que os grafismos supostamente sugeriam e o resultado das pesquisas arqueológicas, eram realizadas oficinas de reinterpretação dos grafismos rupestres.

Como culminância do projeto, foi realizada a exposição “A Pré-História do Seridó” (Figura 08), realizado no Centro de Atividades Recreativas (CENAR), em Carnaúba dos Dantas. O salão principal exibia 10 painéis rupestres (3 do Sítio Mirador de Parelhas, 4 do Xiquexique I, 1 do Xiquexique II, 1 de Casa Santa e 1 do Serrote das Areias), reproduzidos em papel Kraft, nas dimensões 5m x 3m. Com uma estrutura ampliada em relação à exposição de 1995, havia uma representação de um abrigo sob rocha com pinturas e a exposição de esqueletos exumados do sítio Pedra do Alexandre, protegidos por uma redoma de acrílico. A exposição contava também com material ósseo (dois colares encontrados no Sítio Mirador e um de ossos de cervídeo, do Sítio Pedra do Alexandre); material malacológico (um colar de conchas, do Sítio Mirador) e

material lítico (batedores, lâminas de machado e pilões). Estes materiais foram encontrados tanto pelos pesquisadores do NEA, quanto pelos moradores da região (MACEDO, 2005; VICTOR, primeira e segunda entrevista 2009 e 2010).

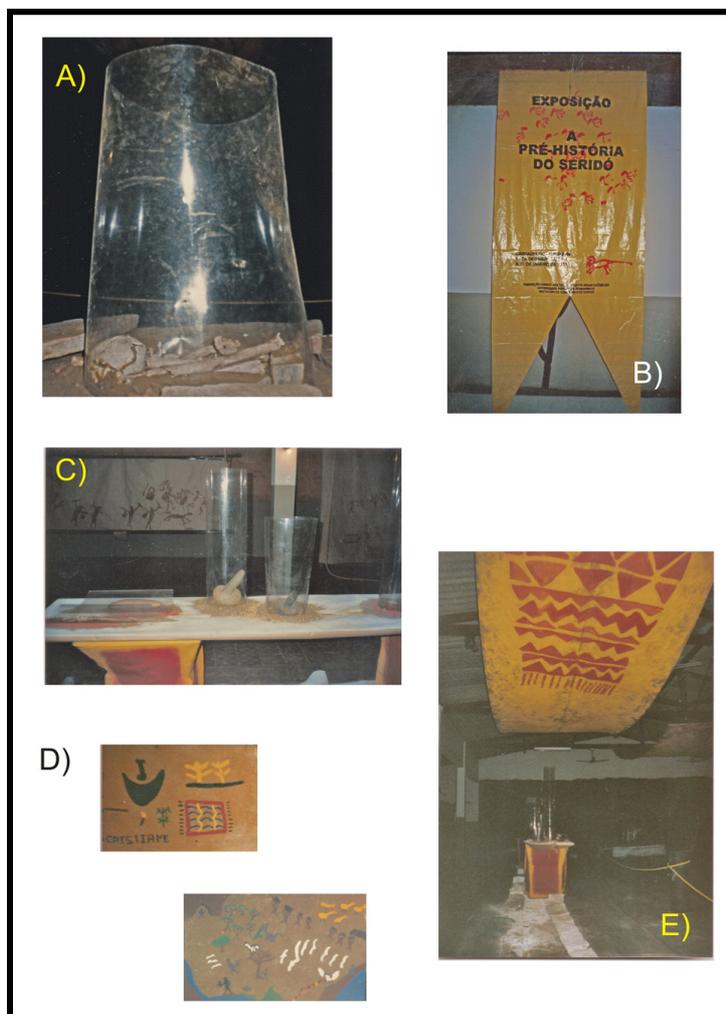


Figura 08: Imagens da Exposição *A Pré-história do Seridó*. A) Enterramento do Sítio Pedra do Alexandre, C. dos Dantas – RN; B) Pannel afixado na entrada da exposição; C) Artefatos líticos expostos e reproduções de painéis rupestres, ao fundo; D) Painéis rupestres re-interpretados pelos alunos, durante as oficinas; E) Vista geral de uma ala da exposição.

Com a constatação de que o objetivo havia sido atingido, compreendeu-se que a atuação naquela região não poderia ficar restrita à região de Carnaúba dos Dantas. Isso porque a equipe entendia que estavam lidando com objetos que significavam os fundamentos do imaginário popular do Seridó, definidos por uma diversidade de elementos culturais que

delineavam a identidade específica da região. Nesse sentido surgiu o desejo de ampliar esse projeto para outras cidades do Seridó e com a presença de mais artistas plásticos.

Em 1997, foi criado então o Programa de Educação Patrimonial através da Arte-Educação: Dez Mil Anos de Arte no Sertão do Seridó. As oficinas também eram monitoradas por estudantes da UFPE, juntamente com artistas plásticos, que participaram dessa nova etapa do projeto utilizando além da pintura, a cerâmica. A escolha da cerâmica foi justificada porque a principal atividade da região é a fabricação de tijolos e telhas. A idéia dos pesquisadores e artistas (Figura 09) era fazer um trajeto do povo nordestino através da arte.



Figura 09: Painéis produzidos pelos artistas plásticos e alunos
Fonte: Plínio Victor - acervo pessoal

Foram realizadas atividades em escolas públicas e privadas dos seguintes municípios da região do Seridó: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Currais Novos, Parelhas, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Equador, Cruzeta, no Rio Grande do Norte e Picuí e Pedra Lavrada na Paraíba (Figura 10). As ações eram articuladas com as secretarias municipais de educação e com a coordenação geral do programa, com base na sede da Fundação Seridó. A Gerência de Educação e Cultura de Carnaúba dos Dantas era responsável pela articulação logística com os outros municípios.



Figura 10: Oficinas de Educação Patrimonial realizadas com alunos da rede pública de ensino do Seridó

Fonte: Plínio Victor - acervo pessoal

Apesar da diversidade de tendências manifestadas pelos vários partidos políticos que governavam as referidas cidades, não houve dificuldades no desenvolvimento das ações do programa. Pela manhã os veículos das várias prefeituras levavam 2 artistas e 2 membros da equipe de arqueologia às cidades e retornavam no final da tarde para a sede da Fundação Seridó.

Os artistas plásticos e fotógrafos participantes foram: Adélia Colier – PE; Alexandre Nóbrega – PE; Alice Vinagre – PB; Bruno Ferraz – PE; Cristina Machado – PE; Dantas Suassuna –

PE; Eudes Mota – CE; Fernando Augusto – PE; Flávio Emanuel – PE; Fred – PE; Jacaré – PE; Jim – PE; Joana Lyra – PE; Joelson – PE; Juliana Coentro – PB; Lourival Batista – PE; Luiz Santos – PE; Marcelo Silveira – PE; Márcio Almeida – PE; Marcus Figueirôa – PE; Marisa Varela – PE; Maurício Castro – PE; Maurício Silva – PE; Raoni Maranhão Valle – PE; Rodrigo – PE; Zé Patrício – PE; Zé Paulo – PE.

Antes da realização dos trabalhos, os artistas visitaram os sítios arqueológicos da região (Figura 11) para compreenderem um pouco mais sobre as pinturas rupestres, visto que as oficinas partiram das imagens pintadas e gravadas nos abrigos, associadas às informações historiográficas e arqueológicas. Para esses artistas “a pintura rupestre nunca foi tratada com o devido respeito. Nem mesmo nas artes plásticas ela é considerada como tal e estudada ou referenciada pelos artistas” (JORNAL DO COMMERCIO, 1997).

O principal objetivo dos trabalhos era fazer com que as informações acerca do passado daquela região chegassem à população. Era preciso também que ela percebesse a importância que os sítios possuem e por isso os valorizassem (JORNAL DE BRASÍLIA, 1998). Após ver as reações das crianças, a artista plástica Adélia Colier, concluiu que a idéia de “tocar” as pessoas obteve êxito:

“Elas pegaram tão bem as informações que criaram sua própria história. Trabalharam com texturas e materiais retiradas daqui mesmo do Sertão. A idéia agora é que entendam e preservem toda a história” (TRIBUNA DO NORTE, 1997).

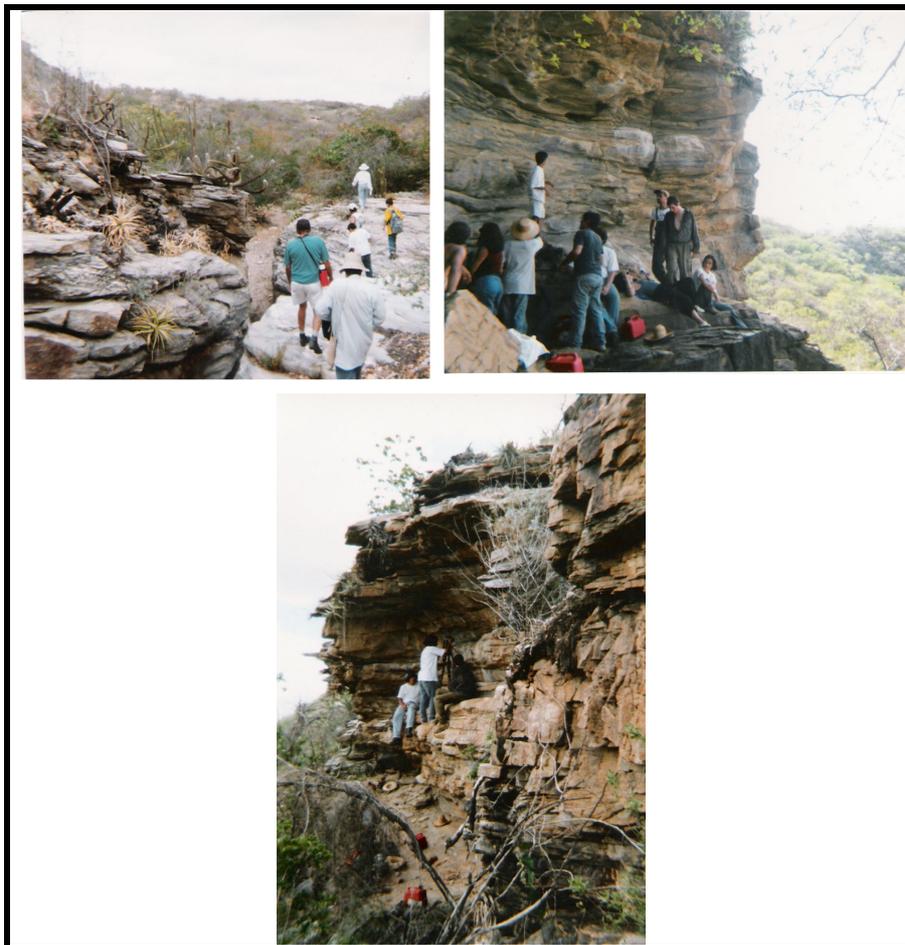


Figura 11: Visitas dos artistas plásticos e fotógrafos aos sítios arqueológicos do Riacho do Bojo e Xiquexique – Carnaúba dos Dantas, RN
Fonte: Helder Macedo – acervo particular

As ações do programa de Educação Patrimonial culminaram em 1998 com a exposição “Dez Mil Anos de Arte no Sertão do Seridó”. Devido a sua extensão, a cidade escolhida para a montagem da exposição final foi Caicó, na quadra de esportes do Centro Educacional José Augusto (CEJA) (Figura 12). Para Plínio Victor, a maior justificativa desta exposição era que o conhecimento dessa história não deveria ficar restrito ao universo acadêmico, porque essa história faz parte da herança cultural do povo nordestino (TRIBUNA DO NORTE, 1997).

A comunicação museológica da exposição pretendia revelar aos visitantes a hipótese de que a Serra da Capivara era o “útero” de onde saíram os grupos que migraram pelo Nordeste,

partindo de lá a tradição cultural que deixou as suas marcas nos registros rupestres identificados nos abrigos sob rocha do Seridó.

Valendo-se dos conceitos museológicos atuais, a exposição trabalhou a desconstrução livre da integridade de composição dos painéis rupestres da subtradição Seridó. Para isso foram utilizadas figuras recolhidas também de painéis rupestres da Serra da Capivara, remontando uma composição gráfica que contava visualmente a história dessa saga ancestral. Foram utilizados elementos da estruturação cognitiva, já estabelecidos quanto ao entendimento sobre as rotas migratórias de transposição, conquista e colonização do *Homo sapiens* sobre o Nordeste do Brasil.



Figura 12: Imagens da Exposição *Dez Mil Anos de Arte no Sertão do Seridó*, Caicó – RN. A) Vista geral do painel central, montado no palco da quadra esportiva do SEJA; B) Vista geral dos painéis suspensos; C) Vista geral dos painéis representando cenas de rituais; D) Vista geral dos painéis representando cenas de guerra.

A idéia de gênese na Área Arqueológica da Serra da Capivara foi explicitada na representação gráfica, interpretada como uma cena de parto, extraída de um painel daquela área, o Sítio Toca da Entrada do Baixão da Vaca. Esse grafismo foi ampliado em uma dimensão que tomava todo o “pano de boca” em papel, que fechava a boca de cena do palco localizado na quadra esportiva do CEJA. Dali, pegadas vermelhas desciam e caminhavam até ao centro da

quadra, onde estava exposto um sepultamento escavado no Sítio Pedra do Alexandre. Dos degraus das arquibancadas de um dos lados da quadra subiam até o teto figuras retiradas dos painéis rupestres do Seridó recompondo livremente cenas de guerra.

Do outro lado, seguindo a mesma orientação museográfica, subiam até o teto representações emblemáticas de cenas de rituais, recompondo uma grande celebração. O fundo da quadra foi recoberta com árvores e arbustos retirados da caatinga, e exibindo a reconstituição de uma cena de caça, que formou um corredor interno onde foram exibidos os painéis produzidos durante as oficinas.

Na abertura da exposição duas crianças, usando chapéus de vaqueiro, pintavam releituras dos painéis rupestres ao lado do enterramento exumado do Sítio Pedra do Alexandre que se encontrava exposto. Do local onde estavam essas crianças, saíam marcas de calçados que se dirigiam para a rua, passando pelo corredor externo onde estavam expostos os painéis produzidos nas oficinas. No dia seguinte, as pegadas coloridas desses calçados seguiram até os muros externos da quadra, nos quais artistas, arqueólogos, professores e alunos re-significavam enquanto herdeiros da gênese cultural na Serra da Capivara, o seu patrimônio enquanto discurso gráfico.

2.3 Iniciativas da população

2.3.1 PEA - Projeto Expedições Arqueológicas

Com o intuito de repassar para outros alunos os conhecimentos, adquiridos através das oficinas realizadas pelo NEA-UFPE, sobre a pré-história do Seridó, foi criado o PEA – Projeto Expedições Arqueológicas. Coordenado pela professora de História Maria da Paz Medeiros Dantas, dentro da rede pública de ensino de Carnaúba dos Dantas, partiu do pressuposto de que a melhor maneira de preservar o patrimônio arqueológico era conscientizar a população sobre a importância deste, através do conhecimento e de sua valorização. Seu princípio era conhecer para preservar.

O PEA foi realizado entre os dias 13 de janeiro de 1996 e 22 de outubro de 1997 com alunos do Ensino Médio da Escola Estadual João Henrique Dantas, e posteriormente com alunos do Ensino Fundamental do Instituto Municipal João Cândido Filho (IMJCF), levando os

estudantes a conhecerem o seu patrimônio através de uma visão histórica crítica. A professora Maria da Paz conduzia os participantes aos sítios arqueológicos, a fim de possibilitar uma melhor compreensão sobre os registros rupestres deixados pelos grupos humanos que habitaram aquela região.

Foram realizadas 45 visitas nos sítios localizados em torno do Rio Carnaúba e Riacho do Bojo/ Olho d'Água e aos sítios Pé da Serra, Pote, Serrote das Areias e Tanquinhos. Antes dessas visitas eram realizadas leituras sobre a literatura arqueológica produzida até então, sobretudo pela UFPE, e apresentados os cuidados necessários para a preservação das pinturas e do entorno do sítio. A equipe de alunos, junto com a professora Maria da Paz também chegou a localizar sítios ainda não conhecidos, que foram documentados utilizando-se a metodologia de trabalho e os parâmetros do NEA, já que foi o pioneiro dos estudos sistemáticos da Área Arqueológica do Seridó. (DANTAS, entrevista 2010; MACEDO, entrevista 2010; MACEDO, 2009).

2.3.2 Projeto Pedagógico Arte Rupestre de Carnaúba dos Dantas

No ano de 1999 um grupo de professores de Carnaúba dos Dantas questionava-se sobre as possibilidades de aproveitar nas escolas o conhecimento científico produzido até então pelas pesquisas realizadas pelo NEA. O grupo pretendia que este conhecimento acerca da pré-história da região fosse inserido nos currículos educacionais do município e que os alunos despertassem para uma consciência preservacionista para com o patrimônio arqueológico.

O objetivo era parecido com o do PEA, ou seja, levar os alunos do Ensino Fundamental do Instituto Municipal João Cândido Filho a conhecerem os sítios arqueológicos da região a fim de se tornarem multiplicadores do conhecimento. Embora a idéia inicial do projeto fosse o desenvolvimento de ações interdisciplinares, "Arte Rupestre em Carnaúba dos Dantas", vinculado à disciplina de História, encontrou resistência e desinteresse por parte dos professores, inclusive os de História.

A metodologia também era parecida com a do PEA, onde eram ministradas aulas expositivas sobre arqueologia e pré-história pelas professoras Maria da Paz Medeiros Dantas e Maria de Fátima Lopes de Medeiros. Eram realizadas visitas de campo para que os conhecimentos apreendidos em sala de aula fossem colocados em prática, e em cada visita

eram conduzidos de 15 a 20 alunos, visto que era uma preocupação da equipe a conservação e preservação do patrimônio arqueológico.

Também foram realizadas três oficinas pedagógicas, onde havia uma retomada da discussão teórica sobre os registros gráficos da região e os vestígios arqueológicos encontrados em escavações realizadas pelo NEA-UFPE/Fundação Seridó. Em seguida eram realizadas atividades de cunho artístico-lúdico, dentre elas, a montagem de uma réplica de um abrigo sob rocha em tamanho natural; réplicas dos painéis rupestres utilizando tinta baseada em óxido de ferro e a criação de histórias em quadrinhos (MACEDO, 2009).

Também eram desenvolvidas ações ligadas à Educação Ambiental, porque os sítios localizam-se em paisagens ecológicas inseridas no bioma da Caatinga e por ser uma região que sofre com o processo de desertificação de forma acelerada. Segundo a professora Maria de Fátima Medeiros (entrevista, 2010) nessas visitas a questão da consciência ambiental era sempre muito focada e todos levavam sacos plásticos para não descartar o lixo no entorno dos sítios.

A culminância do “Arte Rupestre de Carnaúba dos Dantas” foi realizada na I Feira Cultural do Instituto Municipal João Cândido Filho (Figura 13). Na sala intitulada Manifesto Brasil 50.000 anos, foi reunido todo o material produzido nas oficinas. Os alunos envolvidos no projeto eram responsáveis por repassar informações sobre arqueologia e a pré-história da região aos visitantes.

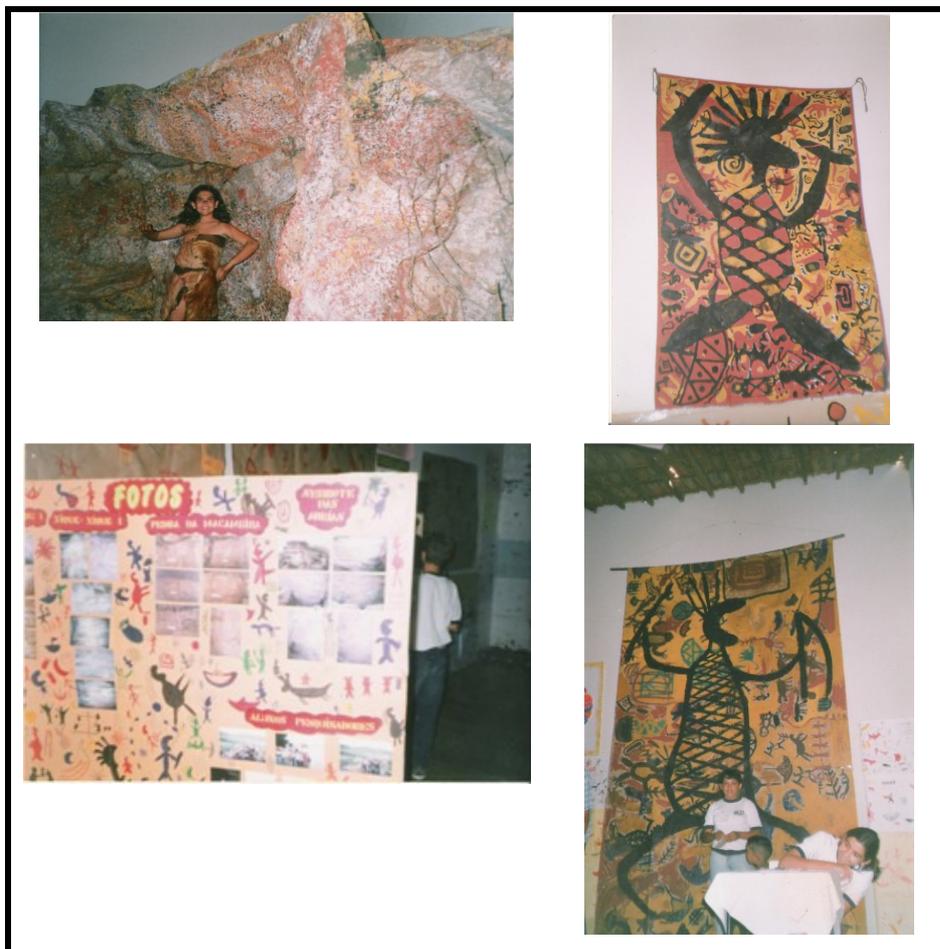


Figura 13: Imagens da I Feira Cultural do IMJCF – Manifesto Brasil 50.000 anos
 Fonte: Helder Macedo – acervo particular

Alguns integrantes do projeto hoje são guias de turismo em Carnaúba dos Dantas, outros integraram o Grupo de Estudos em Patrimônio e Arqueologia do Seridó (GEPS), ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

2.3.3 GEPS – Grupo de Estudos em Patrimônio e Arqueologia do Seridó

Era de interesse da administração pública de Carnaúba dos Dantas desenvolver a atividade turística no município, por isso criou o “Curso Jovem Guia” para capacitar os jovens interessados em trabalhar como guias de turismo. Uma das etapas desse curso intitulou-se “Nos caminhos da

Pré-História: Arqueologia em Carnaúba dos Dantas”, composta de aulas teóricas e visita aos sítios arqueológicos, ministrado por Helder Macedo (Figura 14).



Figura 14: Visita dos participantes do Curso Jovem Guia aos sítios arqueológicos
Fonte: Helder Macedo – acervo particular

A culminância desse curso realizou-se na II Mostra de Turismo Carnaubense - Os artistas da Pré-História: Arqueologia em Carnaúba dos Dantas, no período de 03 a 06 de setembro de 2003 no CENAR (Figura 15). Macedo (2009, p. 68) explica que “a mostra contou com painéis das Tradições Nordeste, Agreste e Itaquiara e a réplica de um abrigo sob rocha, resultante de oficinas que ministramos para os cursistas, tendo sido todo o material elaborado pelos mesmos”.



Figura 15: II Mostra de Turismo Carnaubense - Os artistas da Pré-História: Arqueologia em Carnaúba dos Dantas

Fonte: Helder Macedo – acervo particular

No encerramento da mostra, foi evidenciado o desejo de continuar o trabalho com os jovens egressos do curso, estudando mais sobre o município, e mais especificamente, sobre seus sítios arqueológicos. Os ideais de preservação e conservação do patrimônio cultural foram então colocados em prática por meio do GEPS (Grupo de Estudos em Patrimônio e Arqueologia do Seridó). Este grupo era coordenado por Helder Macedo e vinculado à UFRN/Campus Caicó como projeto de extensão do Departamento de História e Geografia. No momento da criação do GEPS, foi decidido deliberar em assembléia algumas regras para a visita dos sítios arqueológicos. Com o objetivo de preservar os sítios, apenas os guias que passaram pela capacitação poderiam acompanhar os turistas. Foi deliberada ainda a composição e ordem das duplas de guias que acompanhariam os visitantes, além do valor das diárias a ser cobrada, que era de R\$ 30,00 (trinta reais).

O grupo também tinha com objetivo estudar e pesquisar sobre as questões patrimoniais e arqueológicas de Carnaúba dos Dantas. Eram realizados encontros semanais, onde eram promovidos debates, e nos fins de semana realizavam-se prospecções na zona rural para localizar e catalogar novos sítios. O levantamento foi concentrado nos vales do Rio Carnaúba, Riacho do Bojo/Olho d'Água e Riacho do Cardão e a ficha de registro dos sítios encontrados era baseada no CNSA (Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos) do IPHAN. Um dos 45 sítios localizados é a Furna da Desilusão, singular no Seridó por conter pinturas da Tradição Nordeste, Subtradição Seridó e Estilo Carnaúba na cor preta.

Segundo Macedo (2005) a maior motivação em empreender a catalogação dos sítios foi a ausência de conhecimento, por parte de muitos moradores, a respeito de seu patrimônio arqueológico. Ao registrar e documentar esses bens foi possível conservá-los, pelo menos, através do registro fotográfico, como também ter uma noção da extensão e importância das pinturas rupestres.

O grupo diagnosticou que os sítios com pintura estão com seus painéis degradados de maneira parcial ou total, devido a impactos naturais e antrópico. Eles alertaram para a necessidade de ações de preservação do patrimônio arqueológico que possam atenuar ou retardar os efeitos danosos causados por animais (insetos, morcegos, pequenos roedores, cabras e ovelhas) e pelo homem. É sugerido, então, o tombamento por lei específica, realização de programas de educação patrimonial nas escolas e outras estratégias de valorização e preservação dos sítios.

O GEPS também foi responsável pelo levantamento do patrimônio cultural edificado do complexo histórico-cultural de Carnaúba dos Dantas. Dentro do projeto de extensão intitulado "Viajando com o turismo e ensinando pelo patrimônio cultural em Carnaúba dos Dantas" da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, Campus Caicó, foi elaborada uma cartilha sobre o patrimônio histórico-cultural da cidade intitulada: "Carnaúba dos Dantas: percursos de História, cidade de memória". As ações do projeto partiram da necessidade de se estudar a história local, sendo uma das propostas do grupo, que cada escola possuísse um exemplar dessa cartilha, para que assim os professores tivessem mais subsídios para preparação de suas aulas sobre a história do município e seu patrimônio cultural. A cartilha apresenta textos curtos e

imagens para facilitar o entendimento do público sobre os bens culturais e sua formação foi baseada na idéia de um roteiro de turismo histórico-cultural, para que os docentes pudessem executá-los com seus alunos.

Também é de autoria do GEPS o inventário do patrimônio imaterial de Carnaúba dos Dantas. No projeto, que foi patrocinado pela Petrobrás e vinculado à Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet - Lei 8.313, de 23/12/1991) foram realizadas oficinas para alunos e mini-cursos para os professores, culminando com a publicação de um livro com a síntese desse inventário (Figura 16). Intitulado “Ritmos, sons, gostos e tons do Patrimônio Imaterial de Carnaúba dos Dantas”, reúne a caracterização do município, artigos sobre o processo histórico de formação territorial e o inventário propriamente dito. “Suas histórias e suas memórias puderam nos abrir a mente para algo que temos de mais belo: a cultura e o patrimônio que nos foi legado por gerações sucessivas de pessoas - índios, mestiços, negros, brancos” (MACEDO, 2005, p.201).

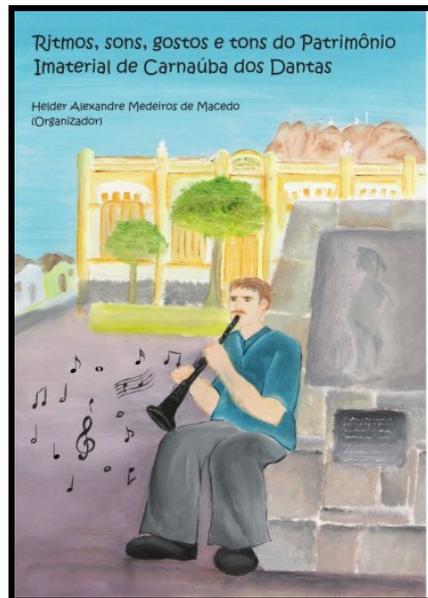


Figura 16: Capa do livro *Ritmos, sons, gostos e tons do Patrimônio Imaterial de Carnaúba dos Dantas*

A tabela 01 apresenta uma síntese das ações desenvolvidas em Carnaúba dos Dantas, desde os trabalhos desenvolvidos na década de 1990 pelo NEA-UFPE/Fundação Seridó, passando pelos projetos desenvolvidos pela população local, até os últimos realizados entre os anos de 2009 e 2010.

Ano	Evento	Responsável
1995	Lançamento do livro “Indícios de uma Civilização Antiquíssima”, de José de Azevêdo Dantas; Exposição “José de Azevêdo Dantas”	UFPE
1996	Oficinas de Educação Patrimonial; Exposição “A Pré-História do Seridó”; Criação da Fundação Seridó	UFPE
1996	Projeto Expedições Arqueológicas - PEA	PREFEITURA MUNICIPAL
1997	Projeto Expedições Arqueológicas – PEA	PREFEITURA MUNICIPAL
1997	Programa de Educação Patrimonial Exposição “Dez Mil Anos de Arte no Sertão do Seridó”	NEA-UFPE FUNDAÇÃO SERIDÓ/
1998	Curso de capacitação para professores da rede municipal e estadual “Pré-História do Nordeste Brasileiro”	NEA-UFPE/FUNDAÇÃO SERIDÓ/PREFEITURA MUNICIPAL
1999	Projeto “Arte Rupestre em Carnaúba dos Dantas”	PREFEITURA MUNICIPAL
2003-2005	Curso “Jovem Guia” Grupo de Estudos em Patrimônio e Arqueologia do Seridó - GEPS	UFRN
2009/2010	<i>Workshop</i> com professores das redes estadual e municipal Oficinas de Educação Patrimonial; Exposição	NEA-UFPE/FUNDAÇÃO SERIDÓ

Tabela 01: Projetos de Educação Patrimonial desenvolvidos no município de Carnaúba dos Dantas-RN

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista que um dos objetivos desse trabalho foi compreender como os trabalhos de Educação Patrimonial influenciaram na percepção e preservação do patrimônio arqueológico da Área Arqueológica do Seridó, e mais especificamente do município de Carnaúba dos Dantas, como também, estudar como se dá a relação entre a população de Carnaúba dos Dantas e este patrimônio; considerou-se mais apropriado na elaboração dessa pesquisa o uso da abordagem qualitativa. Tal abordagem justifica-se por ser uma forma adequada de entender a natureza de um fenômeno social e por trabalhar com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Este universo corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis, visto que, há domínios quantificáveis e outros qualificáveis (MINAYO, 1993; RICHARDSON, 2009).

Richardson (2009, p. 80) afirma que existem pelo menos três situações que implicam estudos de conotação qualitativa. No caso dessa pesquisa, por exemplo, “pretende-se compreender aspectos psicológicos cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos devido à complexidade que encerra. Nesse sentido, temos estudos dirigidos à análise de atitudes, motivações, expectativas, valores, etc”.

Com relação ao campo de pesquisa, Silva (2005) afirma que ele é um recorte da realidade, espacial ou social, onde serão procurados os elementos capazes de ajudar a responder a pergunta de pesquisa, como também criar novas perguntas e novos conhecimentos sobre essa mesma realidade. Dois dos aspectos fundamentais da pesquisa qualitativa são a escolha de um local adequado de pesquisa e a familiaridade do pesquisador com os membros do grupo.

A pesquisa qualitativa está mais preocupada com a validade das informações coletadas. Seus dados devem expressar autenticamente a visão do entrevistado, com interferência mínima do processo de pesquisa. Este é o critério de validade que vai orientar a escolha de um local, e

não a meta da representatividade. O critério de validade aponta a capacidade de ter acesso às autênticas opiniões dos entrevistados.

O campo de pesquisa deste trabalho foi o município de Carnaúba dos Dantas, escolhido por ser o local onde ocorreu a maior parte dos trabalhos de Educação Patrimonial, escavações arqueológicas e onde está localizada a sede da Fundação Seridó. Além disso, como foi mostrado anteriormente, em Carnaúba dos Dantas foram realizados projetos de Educação Patrimonial que partiram da iniciativa da população local, e que foram influenciados pelos trabalhos conduzidos inicialmente pela Fundação Seridó. Tais fatores possibilitaram que o contato com os entrevistados fosse facilitado, além do apoio logístico durante as visitas de campo.

As visitas de campo aconteceram inicialmente entre os dias 8 e 16 de agosto de 2009. Foram realizados *workshops*⁵ com os professores da rede municipal e estadual e oficinas com grupos de alunos do Instituto Municipal João Cândido Filho. Em seguida, entre os dias 22 e 24 de agosto foi realizada a culminância da atividade com os alunos na Gerência de Educação e Cultura de Carnaúba dos Dantas. Foi montada uma exposição com os painéis produzidos nas oficinas e com fotos tiradas durante a realização das mesmas.

O problema de pesquisa começou a ser delineado a partir dessas visitas de campo. Muitos professores sugeriram mais trabalhos desse tipo nas escolas e alguns deles recordavam as oficinas realizadas na década de 1990. A partir da análise do impacto positivo gerado por essas atividades, percebeu-se a necessidade de estudar se os princípios da Arqueologia Pública tinham sido aplicados na localidade ainda nos anos 1990. Além disso, pretendia-se analisar como esses trabalhos influenciaram na percepção e na preservação do patrimônio arqueológico do Seridó.

Entre os dias 10 e 19 de maio de 2010 foram realizadas as entrevistas com participantes e não-participantes dos trabalhos de Educação Patrimonial já realizados, como também com os principais atores envolvidos na sua elaboração e/ou realização. Foram realizadas 14 entrevistas: seis (6) entrevistados participaram dos trabalhos de Educação Patrimonial e oito (8) não participaram. Foram entrevistados cinco (5) atores envolvidos nessas atividades: o arqueólogo

⁵ Este tipo de encontros divide-se em duas partes: a primeira parte funciona como uma palestra, na qual um determinado tema é apresentado aos participantes de uma forma mais teórica; a segunda parte os participantes interagem entre si a partir dos conhecimentos transmitidos na fase anterior.

Plínio Victor, as professoras Maria da Paz Medeiros Dantas e Maria de Fátima Lopes de Medeiros, o historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo e a pedagoga e ex-secretária de Educação do município Maria José Carvalho de Araújo. Decidiu-se não entrevistar os artistas plásticos que participaram dos projetos e outros pesquisadores envolvidos, pois se pretendia avaliar como os trabalhos de Educação Patrimonial influenciaram na preservação dos sítios arqueológicos e na percepção dos moradores de Carnaúba dos Dantas acerca do seu patrimônio.

Os entrevistados classificados como participantes foram escolhidos após a professora Maria da Paz fornecer uma lista com o nome das pessoas que participaram das atividades de Educação Patrimonial realizadas pelo NEA/UFPE. Tais pessoas eram seus alunos da disciplina de História naquele período. Os entrevistados não-participantes, apesar de serem pessoas conhecidas da pesquisadora, fato que facilitou as entrevistas, foram escolhidos de maneira aleatória.

Segundo Richardson (2009), o termo entrevista refere-se ao “ato de perceber realizado entre duas pessoas”, e que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre entrevistador e entrevistado.

As entrevistas realizadas foram do tipo abertas, que são utilizadas para o detalhamento de questões e formulação mais precisas de conceitos. Nela o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre tal tema, sendo a interferência do entrevistador a mínima possível. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos (MINAYO, 1993).

Muitos autores lembram que o processo de escolha dos entrevistados deve ser acompanhado por uma reflexão sobre a facilidade de comunicação com eles e a adequação dos meios de registro das informações. Na medida do possível, é interessante que os entrevistados já sejam conhecidos do pesquisador ou apresentados a ele por outras pessoas. Isso porque, quando há familiaridade ou proximidade social entre pesquisador e pesquisado, as pessoas ficam mais à vontade e se sentem mais seguras para colaborar. O entrevistador também deve evitar influenciar os entrevistados de maneira a não distorcer seus comportamentos e

declarações. A maior parte das entrevistas foi realizada na residência do próprio entrevistado, assim ele poderia se sentir mais confortável e confiante para responder às perguntas e com isso evitar distorcer suas declarações.

De acordo com Montenegro (1992) o início de toda entrevista deve ser marcado por uma conversa de esclarecimento com o entrevistado, para que este compreenda *por que, para que e para quem* ele está registrando suas memórias. O trabalho de rememorar, estabelecido através do diálogo entre entrevistador e entrevistado. Este trabalho deve estar baseado na empatia, onde o entrevistador deve atuar como facilitador do resgate de memória, visto que ela não é um mecanismo de gravação, mas de seleção.

Dentre os cuidados na preparação da entrevista destacam-se: o planejamento da entrevista; a escolha do entrevistado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista; as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes. As perguntas devem ser feitas levando em conta a seqüência do pensamento do pesquisado. Para se obter uma narrativa natural muitas vezes não é interessante fazer uma pergunta direta, mas sim fazer com que o pesquisado relembre parte de sua vida. É importante não fazer perguntas extensas e analíticas, pois facilmente se perderá a perspectiva de resgate de memória.

É importante lembrar que o objetivo da pesquisa determina as perguntas a serem respondidas; a forma do instrumento; a maneira de sua aplicação; a população-alvo e a amostra. Há uma relação de interdependência entre a elaboração do instrumento e sua estratégia de aplicação, assim como o tamanho da amostra é influenciada pelos recursos disponíveis (tempo, dinheiro e recursos humanos) (GÜNTHER, 2003).

Ainda segundo Günther (2003), a parte central do instrumento de pesquisa são as perguntas pelas quais se tenta obter a informação desejada. Uma boa pergunta, ou item, é aquela que gera respostas fidedignas e válidas. As cinco principais características do item são: a pergunta precisa ser comunicada consistentemente; a pergunta precisa ser compreendida consistentemente; as expectativas quanto à resposta adequada precisam ser claras para o respondente; o respondente deve ter toda a informação necessária; o respondente precisa

estar disposto a responder. Para assegurar todos estes atributos, cada pergunta deve ser específica, breve, clara, além de escrita em vocabulário apropriado e correto.

As perguntas permitiram conhecer as opiniões dos entrevistados a respeito do patrimônio, preservação dos sítios arqueológicos; sobre os programas de Educação Patrimonial desenvolvidos na localidade. O roteiro de entrevista realizado com os participantes das atividades de Educação Patrimonial continha as perguntas descritas a seguir. A formulação de cada uma delas precedia das seguintes indagações: “por que quero saber disto?” ou “seria interessante saber?”.

- O que você sabe sobre a história Carnaúba dos Dantas?

Com essa pergunta pretendia-se conhecer a partir de quando o entrevistado iniciava a narrativa da história da cidade. Se fosse a partir da pré-história seria um indício da influência das oficinas. Se fosse a partir da visão tradicional, onde Caetano Dantas seria o “fundador” da povoação de Carnaúba dos Dantas⁶, indicaria que tal visão ainda é muito marcante e presente e na mente população.

- Para você o que é patrimônio cultural? E patrimônio arqueológico?

A partir desse questionamento desejava-se perceber qual a noção dos entrevistados sobre esses conceitos e se eles citavam monumentos arquitetônicos ou os sítios arqueológicos locais como exemplos desse tipo de patrimônio.

- Você acha que a população de hoje tem alguma relação com os povos que fizeram as pinturas?

Como as oficinas foram trabalhadas a partir da visão de que o homem da pré-história era antepassado direto do homem do Seridó atual, pretendia-se verificar se tiveram influência na percepção dos entrevistados.

⁶ A historiografia local costuma apontar, em geral, para a figura de Caetano Dantas Correa ou Antonio Dantas de Maria como fundador de Carnaúba dos Dantas. Porém, é mais sensato estudar a história do lugar percebendo a importância desses homens e seus contemporâneos na formação sócio-histórica do mesmo e não creditando a uma figura a responsabilidade de originar uma cidade (MACEDO, 2010).

- Como você pode contribuir para preservar os sítios arqueológicos?

Nessa pergunta era importante ver como os entrevistados cuidam do seu patrimônio, e mais uma vez avaliar se as oficinas foram importantes para a criação da consciência preservacionista.

- Em que ano você participou das atividades de Educação Patrimonial?

A partir do ano em que o entrevistado participou da atividade, sabe-se qual foi o tipo da oficina realizada.

- Antes atividades de Educação Patrimonial, os temas “arqueologia” ou “patrimônio arqueológico” eram abordados em sala de aula?
- Após as atividades de Educação Patrimonial, como você passou a ver os sítios arqueológicos?
- Você visita/visitou sítios arqueológicos após as atividades de Educação Patrimonial? Que cuidados, em relação ao sítio você tomou que antes não tomava?

Esses itens são os mais importantes para a confirmação da hipótese de que nos trabalhos de Educação Patrimonial, realizados pelo NEA-UFPE/Fundação Seridó, foram aplicados os princípios da Arqueologia Pública. A partir do momento em que os entrevistados afirmam que tais trabalhos permitiram que a população conhecesse o seu patrimônio arqueológico e isso estimulou a busca por mais informações sobre o mesmo, então se infere a influência positiva das ações.

- Você acha que essas atividades devem continuar? Por quê?

A partir da resposta positiva a esse questionamento, infere-se que os entrevistados entendem que as atividades são importantes para a multiplicação do conhecimento acerca da preservação do patrimônio arqueológico às novas gerações.

O roteiro de entrevista e o objetivo das perguntas realizadas com os não-participantes das atividades de Educação Patrimonial foram parecidos com o roteiro das entrevistas realizadas com os participantes. As perguntas foram as seguintes:

- O que você sabe sobre a história de Carnaúba dos Dantas?
- Para você o que é patrimônio cultural? E patrimônio arqueológico?
- Você já visitou algum sítio arqueológico? Qual? Qual foi a motivação?
- Você acha que a população de hoje tem alguma relação com os povos que fizeram as pinturas?
- O que você acha que deve ser feito para preservar os sítios arqueológicos? E como você acha que pode contribuir para a preservação?

Para a realização dessas entrevistas, trabalhou-se sob a perspectiva da história oral, que é uma “metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Hoje é comumente utilizada por historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura e psicólogos (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC).

Tal metodologia foi utilizada por entender que as entrevistas de história oral (forma mais usual de obtenção de dados dentro dessa metodologia) são fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro, junto aos dados provenientes do diálogo entre o pesquisador e o entrevistado. Ou seja, o depoimento oral e as fontes documentais escritas se complementam, apesar de necessitarem de um tratamento técnico/metodológico específico (MONTENEGRO, 1992).

Beatriz Lang (2004) afirma que existem entrevistas que despertam um interesse geral pela importância da atuação do entrevistado, de sua experiência e da narrativa então obtida. No caso desta pesquisa, foram realizadas entrevistas orientadas para responder a objetivos e interesses específicos. Tais entrevistas caracterizam-se por serem produzidas a partir de um

estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar.

As entrevistas fazem parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros.

Lang (2004) trata da ausência de consenso quanto aos métodos na arte de transcrever e interpretar os documentos construídos campo da história oral. É dever do pesquisador a legibilidade, ou seja, aliviar o texto de certas frases confusas de redundâncias verbais ou tiques de linguagem (né, bom, pois é, etc). Esta autora também considera como um dever do pesquisador tomar o cuidado de nunca trocar uma palavra por outra, nem mesmo mudar a ordem das perguntas. Portanto considera-se ideal que o próprio pesquisador faça a transcrição da entrevista.

As entrevistas foram gravadas em aparelho *mp4 player*, armazenadas em computador, e posteriormente ouvidas através do programa *Windows Media Player* seguidas da transcrição. Queralt (2004) afirma que a digitalização representou uma melhoria significativa no tratamento documental, permitindo a realização de novas cópias sem que informações sejam perdidas. Além disso, pode facilitar posteriormente a transferência para outros suportes mais evoluídos, gerando mais rapidez e precisão à consulta dos documentos.

Cabe aqui fazer uma breve explicação sobre a diferença entre documento sonoro e documento oral. Documento sonoro seria qualquer tipo de gravação sonora: música, ruídos ou gravações contemporâneas aos acontecimentos (conferências, discursos, debates parlamentares, transmissões de rádio). Portanto, não se inclui nesse conceito as gravações provenientes da história oral ou da tradição oral. Já o documento oral se refere à gravação sonora de palavras, considerando a oralidade como a maneira de transmitir fatos e dados coletados pela memória das pessoas. Não é apenas gravar uma voz humana, mas uma voz humana que fale posteriormente ao acontecimento do fato.

O documento oral é aquele em que um ou vários informantes, em separado ou em grupo, de maneira espontânea ou por estímulo do entrevistador dão testemunhos de suas experiências, fazem observações sobre um tema determinado, sobre sua vida ou sobre algum acontecimento. O resultado disso são as entrevistas e histórias de vida, gravadas em suportes sonoros, que podem ou não serem transcritos, com o objetivo de investigação ou documentação científica.

Richardson (2009) recomenda que cada entrevistador não deva entrevistar mais que 20 pessoas. Isso porque, cada uma dessas entrevistas gera um rico material de análise, e o pesquisador deve estar preparado para passar um tempo considerável nesta análise. Como dito anteriormente, foram realizadas 14 entrevistas. Dessas, seis (6) participaram dos trabalhos de Educação Patrimonial e oito (8) não participaram. A pequena quantidade de entrevistados considerados participantes de oficinas deve-se ao fato de que muitos deles não residem mais em Carnaúba dos Dantas. Tal fato pode-se considerar uma dificuldade desta pesquisa.

Foram realizadas ainda duas entrevistas em profundidade com o arqueólogo Plínio Victor, que ocorreram em agosto de 2009 e abril de 2010. A principal função desse tipo de entrevista é retratar as experiências vivenciadas por pessoas, grupos ou organizações. A entrevista em profundidade realizada foi a do tipo tópica, caracterizada pelo foco numa etapa ou setor da experiência do entrevistado. (MINAYO,1993). Ela tem como ponto principal permitir que o informante retome sua vivência de forma retrospectiva. Muitas vezes durante a entrevista acontece a liberação de pensamentos reprimidos que chegam ao entrevistador em tom de confiança. Segundo Montenegro (1994, p.150) “as perguntas devem ser curtas e evidenciar para o entrevistado que o fundamental são as descrições que este realiza ao respondê-las”.

O objetivo dessas entrevistas foi o de obter mais informações acerca dos trabalhos de Educação Patrimonial realizados no Seridó na década de 1980 e 1990, visto que esse pesquisador atuou como coordenador do mesmo. O roteiro das entrevistas foi este:

- Para você, o que é patrimônio?
- Quais seriam as melhores maneiras de preservar o patrimônio arqueológico?
- É possível conciliar desenvolvimento e preservação na região do Seridó?

- Qual a sua opinião sobre o crescimento da atividade turística em Carnaúba dos Dantas?
- Como se deu o início dos trabalhos de Educação Patrimonial no Seridó?
- E como foram os trabalhos seguintes?
- Quais seriam as melhores maneiras de trabalhar a preservação do patrimônio arqueológico em Carnaúba dos Dantas?
- Você acha que a população de Carnaúba dos Dantas tem a real consciência do seu patrimônio?

A entrevista em profundidade também foi realizada com a professora Maria da Paz Medeiros Dantas, no dia 12 de abril de 2010. O roteiro da entrevista para essa professora, idealizadora do PEA foi o seguinte:

- Como surgiu o seu interesse pela pré-história e pela arqueologia?
- Como surgiu o PEA e quais os objetivos, público-alvo e principais resultados?
- Quem levava os alunos aos sítios? Havia algum trabalho com eles antes das visitas?
- Quais os sítios mais visitados nas aulas?
- A principal motivação era apenas as pinturas rupestres?
- Outros professores também participavam do projeto?
- Quais os objetivos, público-alvo e principais resultados do “Projeto Pedagógico Arte Rupestre de Carnaúba dos Dantas”?
- Quais os principais resultados da I Feira Cultural do IMJCF e da sala “Brasil 50.000 anos”?
- Qual a principal diferença desse projeto para o PEA?

Visto que o historiador Helder Macedo teve grande influência no PEA e no “Projeto Pedagógico Arte Rupestre de Carnaúba dos Dantas” e foi o idealizador e coordenador do GEPS, além da entrevista como “participante”, também foi realizada uma entrevista em profundidade com ele. Seu roteiro foi bem parecido com o da professora Maria da Paz:

- Como surgiu o seu interesse pela pré-história e Carnaúba do Dantas e pela Arqueologia?
- Como surgiu o PEA e quais os objetivos, público-alvo e principais resultados?

- A principal motivação eram apenas as pinturas rupestres?
- Como eram realizadas as visitas aos sítios (quem acompanhava, quais eram os cuidados tomados)?
- Essas visitas tinham por objetivo catalogar e registrar sítios com pinturas?
- Quais os objetivos, público-alvo e principais resultados do “Projeto Pedagógico Arte Rupestre de Carnaúba dos Dantas”?
- Quais os principais resultados da I Feira Cultural do IMJCF e da sala “Brasil 50.000 anos”?
- As visitas que possibilitaram encontrar os sítios Furna do Messias, Furna do Helder e Furna da Desilusão eram ligadas a algum projeto?
- Como surgiu a idéia do Curso Jovem Guia?
- Como surgiu o GEPS e quais eram seus objetivos, público-alvo e principais resultados?
- E o Projeto Monumenta Arqueológica?

Também respondeu a entrevista a pedagoga Maria José Carvalho de Araújo, secretária de Educação do município entre os anos de 1993 e 1999. Esta entrevista foi realizada em outubro de 2010 e visava obter informações sobre o primeiro contato com os pesquisadores da UFPE, sua opinião sobre as oficinas e o porquê do apoio dado às atividades durante a sua gestão, enquanto secretária de Educação.

A fala de muitos entrevistados permitiu a elucidação de alguns fatos, bem como a descoberta de novos. Tais entrevistados, quando citados no texto, não são identificados com seu nome, mas com a letra E (relativa a “entrevistado”), seguido de um algarismo, atribuído pela ordem em que a entrevista foi realizada. Por exemplo: E1 significa que este foi o primeiro entrevistado.

Outro objetivo desse trabalho foi identificar os tipos de impacto que os trabalhos de Educação Patrimonial geraram nos sítios arqueológicos. Para isso, foi preciso avaliar o estado de conservação de alguns sítios através de visitas à região. Nas visitas eram realizadas uma análise da situação dos grafismos e dos suportes rochosos, além da área do sítio e do seu entorno. Foram escolhidos os sítios Xiquexique I e II, Pedra do Alexandre, Serrote das Areias, Casa Santa e Mirador de Parelhas por serem os mais conhecidos e/ou mais visitados por turistas e moradores da localidade. Além disso, foi feita uma revisão de artigos e relatórios sobre o tema.

CAPÍTULO 4

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste trabalho foram utilizadas entrevistas como um recurso metodológico, que se mostrou bastante eficaz. Porém, como seria de se esperar, nem sempre foi possível que os entrevistados discorressem com mais intensidade sobre os temas de principal interesse. Entende-se que “a capacidade de narrar, de descrever, de contar, de analisar nem sempre se encontra em todos os entrevistados” (MONTENEGRO, 1992, p.21). Apesar disso, este autor fala que, mesmo que o fato relatado não atenda a qualquer objetivo do pesquisador, é preciso estabelecer um clima de interesse e tranquilidade. Isso porque, fatos e detalhes considerados desnecessários inicialmente, no conjunto de outras entrevistas podem tornar-se significativos, permitindo novas perspectivas para o estudo.

Esta afirmação pode ser exemplificada com essa própria pesquisa, onde inicialmente não se pretendia estudar mais profundamente o impacto dos trabalhos de Educação Patrimonial idealizados pela comunidade local. Porém, percebeu-se nas primeiras conversas (estas ainda informais) que tais trabalhos não deveriam ser desconsiderados. Por possuírem um caráter mais extensivo, em relação aos trabalhos da Fundação Seridó, as iniciativas da população contribuíram muito para a preservação de vários sítios arqueológicos. Esta característica extensiva das ações da comunidade demonstra a ação pública no ato de preservação do patrimônio.

Após a transcrição das entrevistas, foi feita a análise das respostas obtidas. Com relação à pergunta “o que você sabe sobre a história Carnaúba dos Dantas” 64% das respostas, ou seja, 9 dos entrevistados, relataram a “fundação” e a história recente da cidade:

“Carnaúba pertencia à cidade vizinha de Acari. Ao se desmembrar dela conseguiu formar sua própria paróquia e seu cartório [...] Temos também aqui

a Biblioteca Donatilla Dantas, considerada um dos maiores acervos de livros do Rio Grande do Norte”. E1⁷

“Sei que Carnaúba pertencia a Acari, e era muito dependente, onde tudo era resolvido lá e depois, em 1953, se emancipou”. E2

“Um dos primeiros que se instalou aqui foi Caetano Dantas Corrêa, que fixou a Fazenda Picos de Cima [...] de lá foi crescendo a família e dividindo as terras para os filhos dele, que habitaram Carnaúba de Baixo, onde foi encontrada a primeira habitação”. E6

“A história de Carnaúba começa com Caetano Dantas Corrêa, que foi o primeiro morador. Ele tinha uma fazenda em Carnaúba de Baixo e toda essa área aqui era dele, até próximo a Paraíba”. E5

Os outros 5 entrevistados (36%) responderam a essa pergunta a partir de outro ponto de vista:

“Através da doação de sesmarias e a implantação das fazendas de gado, se deu o extermínio ou escravização dos indígenas que habitavam a região e assim foi se povoando o Vale do Carnaúba”. E3

“Lá onde é o Horto Florestal, era a pousada dos índios Cariri, onde eles se arranchavam” E9

“Depois que eu passei a me interessar por arqueologia, patrimônio arqueológico, passou-se a se questionar se Caetano Dantas tinha sido

⁷ A letra E significa “entrevistado” e o número 1 indica que este foi o primeiro entrevistado.

realmente o fundador. Alguém antes dele tinha chegado, que no caso seriam os índios que habitaram essas terras.” E13

Um fato interessante que se revelou através das entrevistas é a boa noção que possuem sobre o significado de patrimônio cultural e patrimônio arqueológico:

“Patrimônio cultural são as coisas que as pessoas procuram preservar, por exemplo, as pinturas rupestres” E1

“[...]são coisas antigas de bastante importância para alguma história e possui algum significado importante. Os sítios arqueológicos seria o patrimônio arqueológico de Carnaúba dos Dantas” E2

“Patrimônio arqueológico são os sítios arqueológicos, os abrigos. O patrimônio cultural são as manifestações que acontecem em Carnaúba, através até das brincadeiras”. E3

“O patrimônio arqueológico seriam os sítios arqueológicos que Carnaúba possui. São aproximadamente 70 sítios arqueológicos, abrigos, fora os sítios a céu aberto. Sítios cerâmicos, líticos, com gravuras e pinturas em cavernas e paredões.” E5

“Para mim é o conjunto de bens que pertencem a uma nação, a um povo. Esse bem pode ser de origem material ou imaterial. E aqui em Carnaúba ta cheio desse patrimônio cultural material e imaterial. Aqui é riquíssimo em patrimônio de todos os tipos e todas as cores” E13

Até mesmo quando o entrevistado dizia não saber muito bem o conceito de patrimônio, sua resposta era satisfatória:

“Patrimônio é uma coisa antiga de família [...] sei que é bonito preservar o que é antigo. Tanta coisa antiga, que hoje é de valor.” E8

Quando questionados se os temas “arqueologia” e “patrimônio arqueológico” eram abordados na escola, antes dos trabalhos do NEA-UFPE/Fundação Seridó, as respostas indicaram a comprovação de uma das hipóteses dessa pesquisa:

“Há algum tempo atrás não se conhecia sobre pinturas rupestres [...]”E1

“Que eu lembre na escola não se tratava do assunto” E2

“Antes das oficinas não se tratava do assunto, nem na aula de História. Na oficina de 97 eu tive um choque muito grande, porque nunca tinha ouvido falar [...] a partir daí a gente começou a ter uma certa sensibilidade pelo assunto e eu comecei a querer saber mais.” E4

“Eu aprendi já com o pessoal da UFPE dos índios Tapuia, Tarairiu... Muita coisa que eu vejo, é tudo coisa de índio.” E6

“O que abriu aqui para arqueologia foi a Exposição de José de Azevedo, porque não se tinha esse conhecimento.” E9

“No colégio não me recordo de nenhum professor falando sobre patrimônio, arqueologia, arte rupestre.” E13

“Ninguém nem sabia direito desses sítios. Vieram saber depois da Fundação. Muita gente aqui podia ver, mas não sabia o que era. Depois da Fundação é que o povo começou a saber o que era isso” E12

“O que as oficinas deixaram de bom foi o conhecimento na área de Arqueologia. Porque na verdade não era conhecido, as pessoas não tinham noção do potencial que existia aqui. Era uma coisa meio de ouvir falar, mas não se sabia na verdade o que era realmente, que aquilo fazia parte da história.” Maria José Araújo (entrevista, 2010)

Durante as entrevistas foi possível também perceber um interesse maior de alguns entrevistados sobre as pinturas rupestres:

“O nome é Furna das Emas, mas acho que são desenhos de veados, e tem um nicho ou mini-painel no micaxisto e parece um acampamento. Os desenhos são do Estilo Serra da Capivara, com contornos abertos.” E3

“Interessante, porque do jeito que é Casa Santa é Xiquexique. Já as gravuras é outra coisa, é outra dimensão [...] Era a ortografia deles, não é?” E9

Quando questionados sobre formas de preservar os sítios arqueológicos, os entrevistados possuíam opiniões bem diversificadas:

“Deveria divulgar esses sítios, porque tem pessoas que são daqui e não tem conhecimento.” E2

“Não teria condições de colocar um guarda em cada sítio. Acho que deveria ter um empenho do IPHAN para ser criado um parque ou uma área de preservação englobando os principais sítios: Casa Santa, Furna do Messias, Riacho do Bojo... É difícil uma proteção total, mas deveria ter uma proteção parcial, criando um parque com guarita.” E3

“Uma iniciativa como essa, de oficinas, é fundamental. Isso desperta uma sensibilidade nos alunos, o interesse, a compreensão, curiosidade pelo assunto [...] como a população mais jovem vai ter curiosidade, se nada foi apresentada a ela? Eu acho que a oficina é um meio, e por isso deve continuar” E4

“Primeiro a gente tem que construir essas passarelas, porque inúmeros turistas que vêm visitar os sítios... você está explicando uma cena, uma pintura e não está percebendo todo o grupo. Então uma pessoa se aproxima muito da pintura [...] no caso é conscientizar as pessoas.” E5

“Eu acho que a arqueologia tem que ser mais vivida pelos alunos e pelos professores, não só os de História, mas todos os professores. [...] eu acho que se deve contar mais como foi a vida dos antepassados, e não pode deixar se perder essas histórias.” E9

“Temos que fazer o que tiver ao nosso alcance para mostrar às pessoas que existem marcas do passado que precisam ser preservadas, com as quais a gente precisa ter muito cuidado” Helder Macedo (entrevista, 2010)

Após a análise das entrevistas, foi possível perceber algumas diferenças nos discursos dos participantes e não-participantes das antigas oficinas realizadas, mostrando claramente o resultado positivo dos trabalhos das ações de Educação Patrimonial. Em geral, os entrevistados classificados como “participantes” possuem uma visão mais ampla do conceito de patrimônio, noções sobre a classificação quanto à Tradição das pinturas rupestres e do que se deve e não deve fazer em um sítio rupestre. O sentimento transmitido por eles é de que esses conhecimentos sobre o patrimônio arqueológico devem ser transmitidos para as futuras gerações, a fim de que não se perca uma parte da história e com isso a memória e a identidade da região.

Outro ponto positivo dos trabalhos do NEA-UFPE/Fundação Seridó, que mostra o seu desdobramento, denotando seu caráter de ação pública, é a parceria, existente até hoje entre pesquisadores e a comunidade. Esta parceria abrange professores, alunos, seja de Ensino Médio ou de graduação em História e Geografia, poder público municipal e os jovens que trabalham junto com o NEA nas escavações e prospecções arqueológicas.

As ações duradouras e regulares são as que produzem melhores resultados. Tais ações devem ser assumidas pela própria comunidade em seus diversos setores. Está claro que realizar atividades de maneira isolada com os alunos (oficinas) ou com os professores (palestras) não gera resultados muito duradouros. Como foi possível constatar, apenas uma parte desses professores, em geral, das disciplinas de História e Geografia abordam o tema “arqueologia” ou “patrimônio arqueológico” em suas aulas.

É importante, no entanto retomar as ações, mesmo que pontuais, envolvendo ao mesmo tempo pesquisadores da Fundação Seridó, alunos e professores, pois elas tem se mostrado a base, o início, de um trabalho de consciência. Os professores devem merecer atenção especial, pois são agentes multiplicadores. O trabalho com os professores visa ao mesmo tempo atingir uma maior quantidade de alunos e permitir a continuação dos trabalhos de preservação do patrimônio durante todo o ano letivo.

Os trabalhos de Educação Patrimonial, para que atinjam seus objetivos, devem ser empreendidos preferencialmente dentro do contexto escolar, mas que não se encerram nele, pois a escola e a sala de aula são espaços socialmente importantes para a formação do indivíduo, onde ocorre grande parte dos processos educacionais da sociedade contemporânea. Este trabalho deve começar desde a Educação Infantil, considerada o ponto de partida para a boa aprendizagem e de fundamental importância no desenvolvimento humano e social. O patrimônio arqueológico precisa ser trabalhado de maneira interdisciplinar e fazer parte das discussões dos cidadãos desde a Educação Infantil. Alguns entrevistados, inclusive, sugeriram este tipo de trabalho como forma de preservar os sítios:

“Tem que ser feito um trabalho nas escolas, de conscientização.” E6

“A gente tem que repassar os conhecimentos por faixa etária, desde as criancinhas da Educação Infantil, por exemplo.” E9

“Eu vejo a importância em se trabalhar isso desde a Educação Infantil, desde a base [...] e os jovens de hoje não tem a mentalidade de conservação, nem de valorização infelizmente [...] eu acho por isso a importância de se trabalhar lá na base com as crianças.” E13

Como foi visto, esta parceria entre pesquisadores da UFPE e educadores partiu de uma professora do município, que atuou como monitora na Exposição José de Azevêdo Dantas, que sugeriu que fossem realizados trabalhos nas escolas do município. O arqueólogo deve se inserir no contexto escolar como um terceiro elemento, uma ponte entre os conhecimentos produzidos a partir da pesquisa arqueológica e os conhecimentos apreendidos no âmbito escolar. Cabe ao pesquisador aproximar a comunidade escolar do seu patrimônio, esclarecendo-a de que este patrimônio pode ser utilizado como fonte de informação, e que ele faz parte do processo de construção e afirmação da identidade local.

Através do relato de dois dos entrevistados, percebe-se que o objetivo de utilizar o patrimônio arqueológico enquanto suporte de memória, ajudando a reativar e reavivar traços da memória coletiva e da identidade foi cumprido:

“Muitas coisas só existem aqui, porque são coisas dos índios Tapuia [...] Tudo isso são coisas culturais, heranças deixadas pelos nossos antepassados [...] Esse patrimônio que temos aqui é exclusivo da nossa região, local nenhum do mundo tem. Pode ter lá na França, na Espanha um mais bonito, mas esse daqui é nosso, é daqui. Temos que preservar, pois se perder, nunca mais...”

E6

“Eu acredito que deve ser ensinado mais às pessoas, para que elas possam ter o mesmo interesse que nós tivemos na época, e vê que ali são coisas dos

nossos antepassados [...] deve ser sempre falado nas escolas que eles foram nossos antepassados, que nós não conhecemos, mas é como se fosse a nossa família” E7

Também é importante que haja a interação entre pesquisador e professor, porque o educador patrimonial não conhece o cotidiano e a realidade da escola na qual está desenvolvendo o seu trabalho. Sendo necessário organizar e direcionar as aulas de forma a articulá-las com as experiências prévias dos professores, alunos e seu contexto social. A relação estabelecida entre pesquisador e aluno deve inicialmente trabalhar o desenvolvimento da aptidão e sensibilização acerca dos sítios arqueológicos, a fim de estimular os alunos a buscarem uma postura mais responsável para com o patrimônio, em especial aos registros rupestres, os vestígios mais conhecidos e divulgados no Seridó.

A partir do momento em que a Arqueologia Pública pressupõe a elaboração de estratégias educativas dentro e fora e da escola para que o indivíduo seja capaz de “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos”, reitera-se o posicionamento sobre o que se pratica em Carnaúba dos Dantas está dentro desses critérios. As estratégias educativas além de também serem empreendidas fora do ambiente escolar, elas não partem apenas do poder público, mas podem ser desenvolvidas em ações realizadas pela população.

Visto que, o patrimônio só passa a ser tido como herança quando os alunos se aproximam dele na sua realidade cotidiana, a valorização das pinturas rupestres, deve ocorrer dentro do contexto de museu a céu-aberto, integrando preservação e comunicação. Apenas quando há apropriação e consciência de herança é que existe preservação do patrimônio. Essa perspectiva corrobora com a idéia de Silva (2008) do museu não só como ambiente guardião, mas um meio de divulgação do patrimônio.

Porém, nenhuma dessas ações surtirá efeito duradouro, se o poder público não estiver envolvido. A gestão do patrimônio deve ser promovida pelo Estado, que define a política cultural, ou seja, um conjunto de decisões, programas, metas, recursos e instituições que orientam a ação cultural em seus diversos níveis (MACHADO e ATAÍDES, 1998). As políticas de

preservação do patrimônio arqueológico devem ser integradas não só às políticas públicas culturais, como também ambientais e econômicas. A política cultural também precisa promover incentivos dentro da iniciativa privada, estimulando o que Pardi (2002) chama de mecenato privado através da política fiscal. Ainda segundo a autora, este empenho promove a proteção do patrimônio arqueológico, baseada na colaboração entre especialistas de diferentes disciplinas, órgãos públicos, pesquisadores, empresas privadas e sociedade civil de forma geral.

No caso do estado do Rio Grande, como foi visto, a Lei Câmara Cascudo dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para financiamento de projetos culturais, mas as políticas públicas não protegem o patrimônio arqueológico de maneira direta. Na Constituição norte-riograndense os sítios arqueológicos estão descritos como bens constituintes do patrimônio cultural material e por isso estão passíveis de proteção por meio de inventário, registro, vigilância, tombamento e desapropriação. Entretanto, o patrimônio arqueológico deveria possuir mais atenção, tendo em vista as suas particularidades de conservação.

Esta visão é compartilhada por muitos autores, que afirmam que os sítios arqueológicos pertencem a uma categoria mais ampla de bens, reconhecidos como patrimônio cultural da nação, objeto de atenção especial por parte do Estado. São considerados como portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade (SILVA, 2007).

Com relação ao governo municipal de Carnaúba dos Dantas, percebe-se que as ações de Educação Patrimonial influenciaram uma postura diferenciada em relação ao patrimônio natural e aos sítios arqueológicos, como por exemplo, o tombamento municipal do Sítio Arqueológico Pedra do Alexandre. O tombamento por si só não protege o patrimônio arqueológico, mas esta iniciativa é louvável e espera-se que seja seguida de ações efetivas de proteção.

É importante que a prefeitura atue sempre como parceira das pesquisas arqueológicas e seja facilitadora nas ações de divulgação dessas pesquisas. Uma ação em parceria foi vista na década de 1990, quando a secretária de Educação do município, Maria José Carvalho de Araújo, procurou a coordenadora das pesquisas arqueológicas, professora Gabriela Martin, a fim de entender o objetivo das pesquisas e que benefícios elas poderiam trazer para a comunidade.

Neste período a prefeitura municipal também contribuiu financeiramente com os projetos e ações desenvolvidas, pelo NEA-UFPE/Fundação Seridó e pela população local.

Para tornar efetivas e regulares as ações educacionais de proteção ao patrimônio a Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas também deve incentivar, por meio de sua Gerência de Educação e Cultura, que o tema arqueologia e patrimônio arqueológico esteja presente na estrutura curricular das escolas, em atividades permanentes e não apenas nos conteúdos das aulas de História ou Geografia. Para Maria José Araújo (entrevista, 2010) é essencial que o secretário de Educação tenha interesse nas ações e dê apoio aos professores:

“o principal motivo para o esfriamento das atividades é o interesse do poder público. [...] não dá para levar uma turma de alunos pela manhã, para o transporte só pega-los ao meio-dia. Já tentamos outras vezes retomar as atividades em outras administrações. Sozinhos a gente não pode fazer muita coisa.”

Compartilha desse mesmo sentimento o historiador Helder Macedo (entrevista, 2010):

“As professoras Maria da Paz e Maria de Fátima fizeram o possível e o impossível para ter essas oficinas, muitas vezes sem apoio da Prefeitura e às vezes da direção das escolas.”

Edna Morley (2000, p. 374), quando trata de ações voltadas à preservação do patrimônio, e aponta a educação como “resposta mais adequada para uma situação que se agrava a cada dia”. Para ela, é necessário que a população se conscientize da sua herança cultural, permitindo assim a defesa do seu patrimônio. As principais ações defendidas pela autora são: difusão das informações científicas por meio de uma linguagem mais acessível para a população em geral; valorização de manifestações culturais que remetam ao período que precede à chegada do europeu no Brasil; inclusão de temas relacionados à pré-história regional

nos currículos escolares; formação de uma consciência sobre a importância do patrimônio arqueológico como fonte de informações e que pode e deve ser usufruída por todos.

Dentre estas ações defendidas por Morley (2000) não se pode perceber em Carnaúba dos Dantas apenas a inclusão de temas relacionados à pré-história regional nos currículos escolares. Mesmo que tenha sido através da ação dos próprios moradores ou em pequena escala, houve a iniciativa em divulgar e buscar a preservação dos sítios arqueológicos. Porém, é importante ressaltar a falta de um apoio regular por parte dos órgãos públicos, que só se efetivará através de uma legislação específica.

Apesar de problemas de base, pode-se dizer que a situação de Carnaúba dos Dantas foge um pouco da regra do que se encontra na maioria das cidades brasileiras. Existe uma consciência do valor do patrimônio arqueológico ali existente e o estado atual de conservação dos sítios com pinturas é razoável. As ações de Educação Patrimonial do NEA-UFPE/Fundação Seridó, juntamente com as ações da população, foram capazes de fornecer condições de se criar uma consciência preservacionista ligada às questões de cidadania, memória e de identidade coletivas.

O estado de conservação dos sítios não é bom, pois existem problemas que afetam esta conservação. Estes problemas são basicamente acarretados por fatores de origem natural e de origem antrópica. A preservação dos sítios muitas vezes está diretamente ligada à natureza da rocha suporte e das condições ambientais em que eles se encontram. Muitos desses problemas são de origem geológica e hidrogeológica, pois os sítios estão situados em abrigos sob rocha de formação de quartzito e granito, com diferentes graus de coesão e resistência e se encontram em visível estado de degradação pelo intemperismo.

Existem também em alguns sítios de formações em arenito e conglomerados, uma intensa infiltração de água. Como consequência do agravamento da aridez e do déficit hídrico, a água que penetra na rocha através das fissuras é drenada para a superfície da mesma. Os sais minerais do arenito e do cimento do conglomerado evaporam e podem se depositar na superfície da rocha, diretamente sobre as pinturas, cobrindo-as (Figura 17).



Figura 17: Sais minerais depositados sobre os grafismos no Sítio Xiquexique I –
Carnaúba dos Dantas, RN
Foto: Lívia Blandina, 2009

As pinturas também se apresentam expostas à ação do sol, vento e chuva, que trazem desgastes ao suporte rochoso destruindo os grafismos, e ocasionando fraturas estruturais e deslocamento da rocha do abrigo (Figura 18). Além disso, alguns painéis apresentam acúmulo de líquens e outros estão totalmente recobertos por pátina. Alguns rebanhos caprinos e/ou bovinos se esfregam nos painéis ou costumam lambe-los os paredões com acúmulo de sais, acarretando danos às pinturas.



Figura 18: Deslocamento da rocha do abrigo no Sítio Pedra do Alexandre –
Carnaúba dos Dantas, RN
Foto: Lívia Blandina, 2009

Outros agentes naturais que causam problemas de conservação são os insetos construtores, tais como as vespas, os maribondos, os cupins, abelhas e o popularmente conhecido como “maria-pobre”(Figura 19). Estes insetos constroem seus ninhos, que são formados de argila, secreção animal e resinas vegetais, no suporte pictórico muitas vezes em cima ou muito próximo aos grafismos.

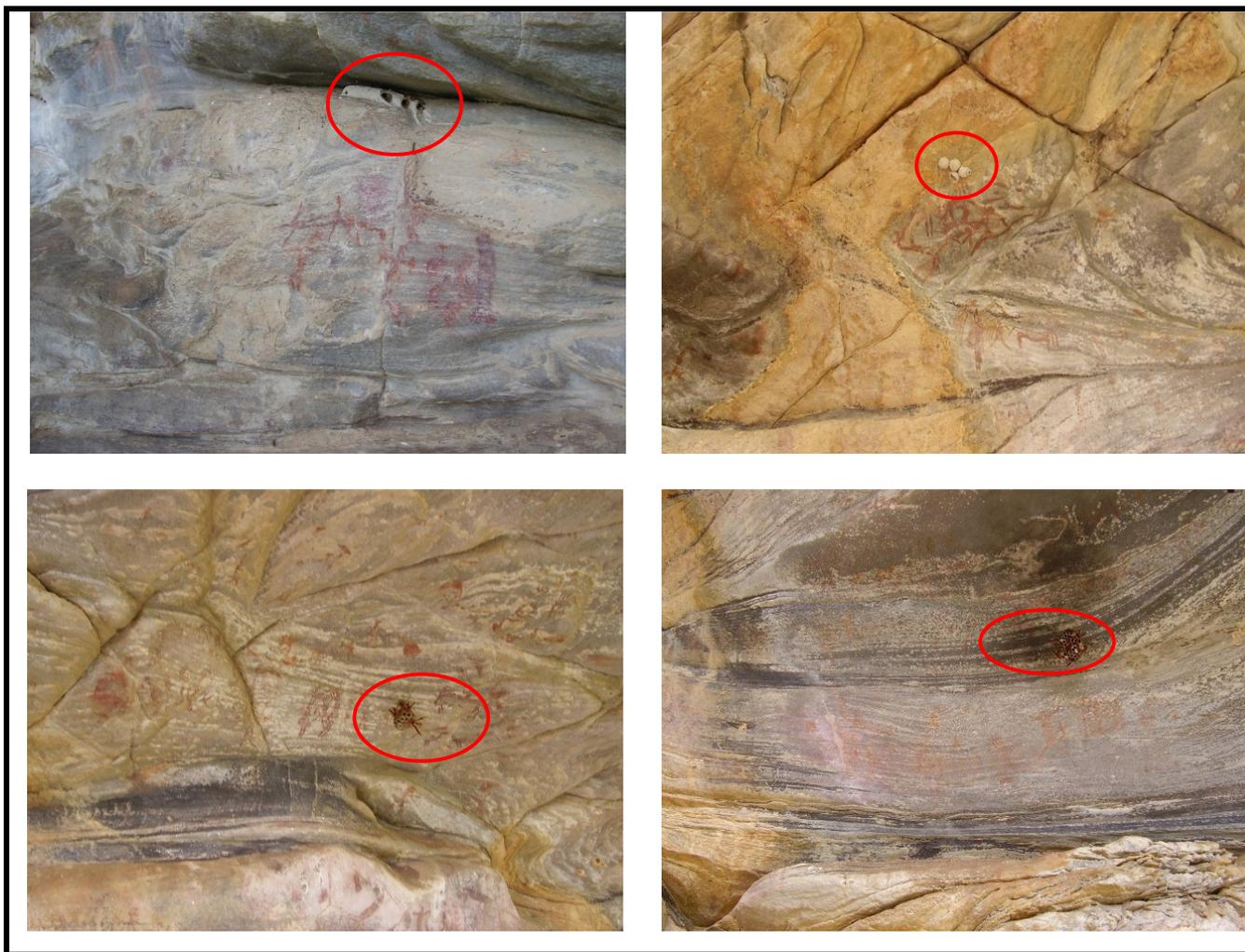


Figura 19: Ninhos de insetos sobre os grafismos nos Sítios Xiquexique I e II –
Carnaúba dos Dantas, RN
Foto: Lívia Blandina, 2009

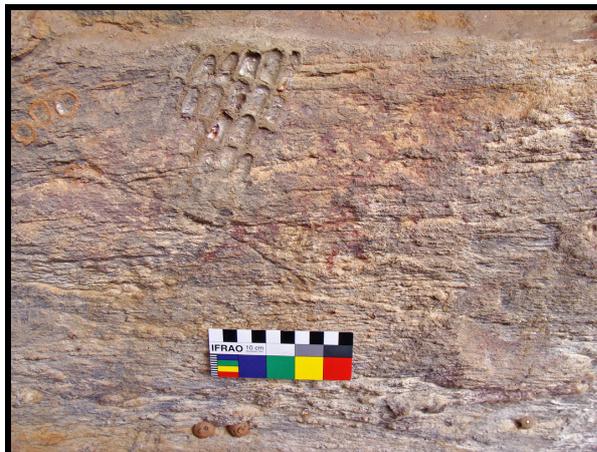


Figura 20: Grafismos encobertos por ninhos de insetos e deposição salina no Sítio Furna da Cobra - Carnaúba dos Dantas, RN.
Foto: Fábio Mafra, 2009

Dentre os problemas de origem antrópica, estão os decorrentes do extrativismo mineral. Apesar da principal atividade econômica da região ser a indústria de cerâmica vermelha, o extrativismo mineral, com a extração de minérios e pedras semi-preciosas, produz resíduos de poeira no ambiente, provocando efeitos erosivos sobre as pinturas, além da estrutura de alguns sítios estarem sendo afetada pela utilização de dinamite nesse processo de extração. O desmatamento da vegetação presente nas proximidades dos sítios também gera problemas para as pinturas, pois as mesmas perdem a proteção natural e ficam expostas à ação do vento, do sol e da chuva (MARTIN et al. 2010; LAGE, 2007; PESSIS e MARTIN, 2002). Outro problema identificado por Lage (2010) foi fuligem decorrente da retirada das casas de insetos utilizando fogo e um caso de pichação em giz escolar no sítio Xiquexique I (Figura 21).

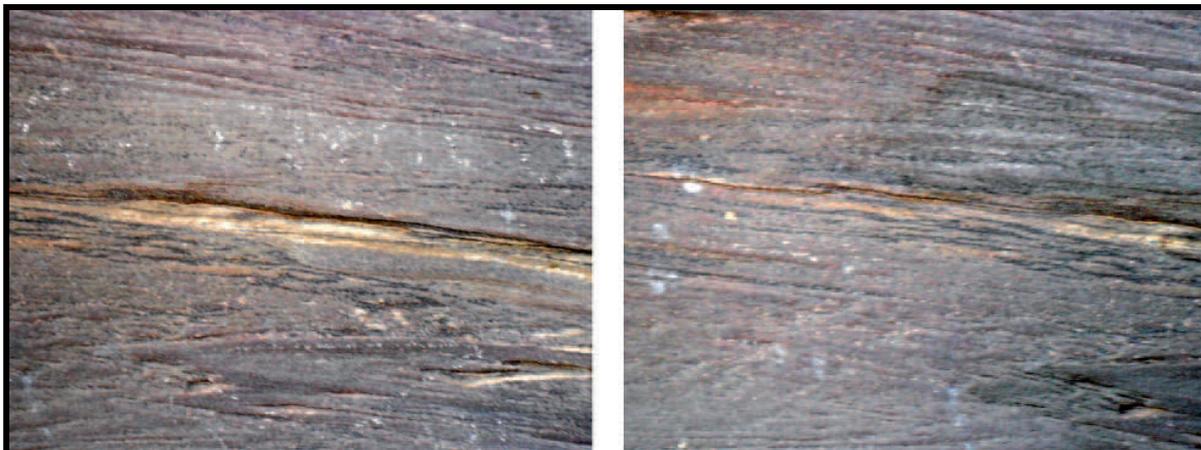


Figura 21: Pichação em giz escolar no Sítio Xiquexique I - Carnaúba dos Dantas, RN.
Fonte: Lage, 2010

Além da caça dos principais predadores dos insetos e do desmatamento, um outro problema que atinge diretamente os sítios de registros rupestres são as visitas de turistas sem que haja um prévio estudo de capacidade de carga para região, bem como formas de proteção aos sítios e aos próprios visitantes. Muitas vezes os turistas jogam água mineral em cima das pinturas numa tentativa de melhor visualizá-las e outros chegam a tocar nas pinturas. Essas visitas massivas, especialmente nos fins de semana, são um elemento de destruição sistemática, incentivado, inclusive, pelas prefeituras locais.

Diante deste problema, o IPHAN/RN resolveu agir impondo limites e regras ao acesso aos sítios. A partir de março de 2011, foram inauguradas obras e serviços de socialização e regularização do uso turístico dos sítios arqueológicos Xiquexique I e Xiquexique II, que foram escolhidos por serem os mais visitados e, por isso, os mais vulneráveis. Segundo dados estimados da prefeitura de Carnaúba dos Dantas, os sítios recebiam cerca de 600 visitantes por ano. Tal público era formado basicamente por estudantes de todos os níveis.

Foram construídas passarelas, que permitem que os visitantes contemplem as pinturas sem tocá-las, como também escadarias, para facilitar o acesso aos sítios, placas indicativas e áreas de descanso (Figura 22). A visita a esses sítios deverá ser realizada com a presença de um guia qualificado, onde só poderão receber no máximo 10 (dez) e 5 (cinco) pessoas ao mesmo tempo nas passarelas do sítio Xiquexique I e Xiquexique II, respectivamente.

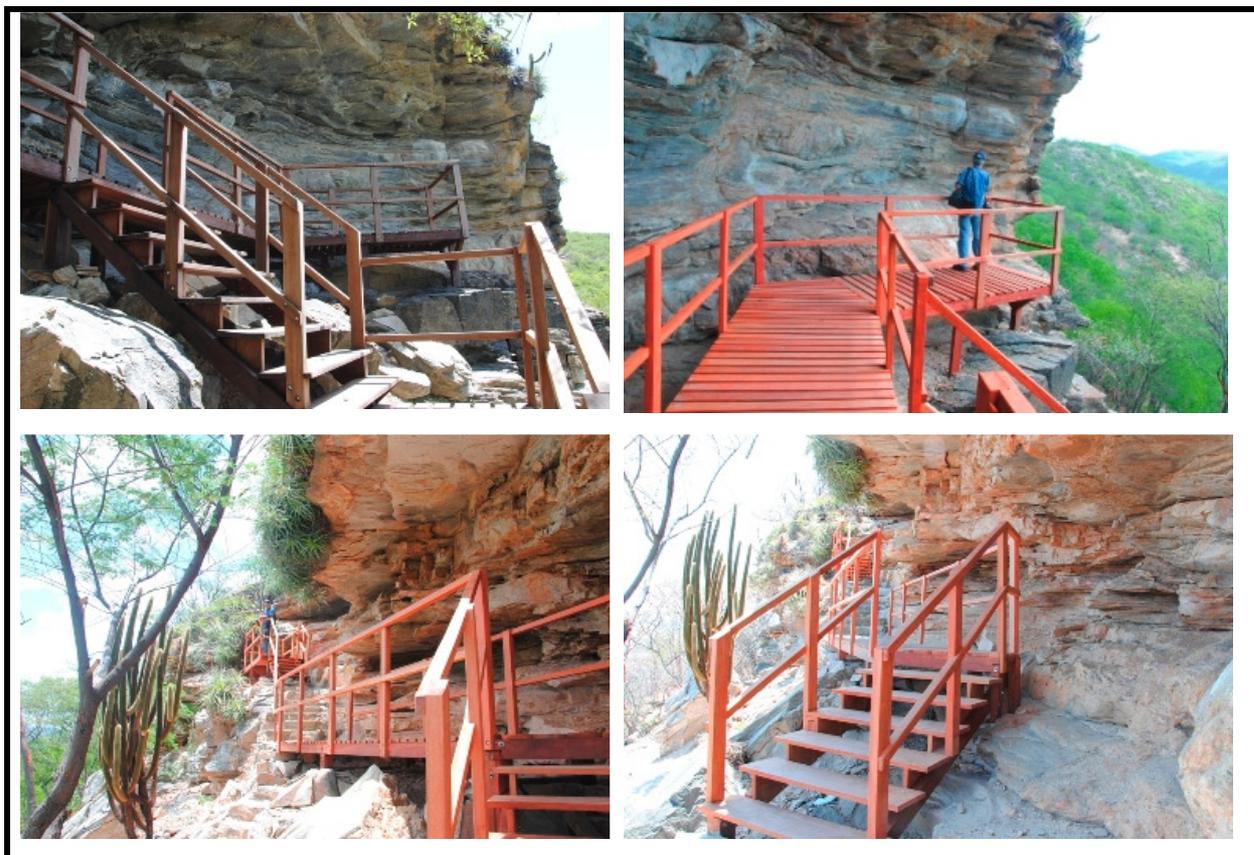


Figura 22: Imagens das passarelas instaladas no Sítio Xiquexique I – Carnaúba dos Dantas, RN
Fonte: IPHAN

Uma outra ação realizada pelo IPHAN/RN foi a instalação de cercas em alguns sítios arqueológicos da região, como é o caso do Sítio Arqueológico Serrote das Areias (Figura 23) e o Sítio Arqueológico Pedra do Alexandre. Tal ação vai de encontro aos princípios da Arqueologia Pública, pois privam o cidadão de conhecer o patrimônio que é dele. O patrimônio arqueológico deve ser identificado, protegido e apropriado pela população local para que ela possa conhecê-lo e entendê-lo. Ao restringir o acesso das pessoas aos sítios é admitir a que só é possível gerenciar o patrimônio cultural utilizando leis e punições, e não por meio da conscientização das pessoas. É preciso sim proteger os sítios arqueológicos, mas a maneira mais eficaz não é com arames e grades. Os recursos gastos na instalação das cercas poderiam ser investidos em programas de Educação Patrimonial nas escolas ou com as comunidades que residem próximas aos sítios arqueológicos.



Figura 23: Imagem das cercas instaladas no Sítio Serrote das Areias – Carnaúba dos Dantas, RN
Fonte: IPHAN

Visando a preservação dos grafismos de alguns dos sítios rupestres, realizaram-se intervenções de conservação que se utilizou de métodos que dão prioridade às ações mecânicas, como uso de instrumentos microcirúrgicos e escovas macias. Foram usadas soluções químicas apenas “em casos extremos, quando a remoção mecânica exigia certa pressão ao suporte, que, com certeza, traria mais prejuízo a sua integridade” (IPHAN; LAGE, 2010, p. 7).

A Prefeitura Municipal, através de um termo de cooperação técnica firmado com o IPHAN, compromete-se a realizar a manutenção preventiva das obras de socialização dos sítios arqueológicos, como por exemplo, a limpeza da vegetação das trilhas de acesso; enceramento das bem-feitorias em madeira (abrigo, bancos, corrimões, passarelas); reparos, sempre que constatados danos, nas obras de alvenaria. Além disso, deve enviar ao IPHAN/RN relatório anual das atividades de manutenção realizadas, bem como, manter um registro dos visitantes dos sítios arqueológico para fins de estatísticas e controle.

Desta forma, a atividade turística não deve ser vista apenas com maus olhos. Se bem gerida, possibilita a redução das desigualdades sociais; geração e distribuição de renda; criação de postos de trabalho e ocupação; a entrada de divisas e a garantia da sustentabilidade ambiental e social. Como sugestão, aponta-se o incentivo do Ecoturismo, pois é um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural. Tal prática incentiva a

conservação dos bens e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (MTur, 2010).

A partir dessas observações, pode-se perceber que a depredação, na maior parte dos casos, deve-se ao desconhecimento do valor que as pinturas possuem como foi relatado por alguns entrevistados:

“Eu acho que as pessoas que depredam, que jogam lixo, não é por maldade não, é por que no sabem que aquilo faz parte da história.”E8

“A primeira vez que eu visitei um sítio, foi a Pedra do Alexandre. Não se tinha nenhum cuidado com as pinturas. Jogava água na parede para poder ver melhor a pintura. Isso era até normal, porque nunca ninguém tinha vindo aqui dizer que não podia jogar água na parede. Depois é que ficou sabendo que não podia fazer aquilo, tocar, jogar lixo lá perto, que era para preservar o local.”

E13

A função dos arqueólogos do NEA-UFPE/Fundação Seridó nas ações de preservação foi muito importante, pois desde o início das pesquisas realizadas na área, geraram credibilidade, criando perante a comunidade um relacionamento positivo, como afirmam Pessis e Martin (2002).

As ações de preservação e proteção do patrimônio dependem da atribuição de valor cultural a um determinado bem ou conjunto deles. Esta atribuição, que carrega uma forte carga de subjetividade, é feita pelos gestores do patrimônio ou pelos arqueólogos. As políticas públicas de preservação serão mais efetivas quanto maior for o conjunto de subjetividades a atribuir valor ao bem a ser protegido (SCHAAN, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O povo conta que tem um tesouro aqui, o povo conta, quando eu era menina, que tem um tesouro do Monte do Galo para a Rajada. Eu digo que são as pinturas...” (Maria Dantas, professora aposentada)

Por envolver ações de médio e longo prazo, são necessários alguns anos para que se avalie os efeitos da Educação Patrimonial. A grande vantagem desse trabalho foi a possibilidade de verificar os resultados dos trabalhos voltados à educação patrimonial desenvolvidos na Área Arqueológica do Seridó durante a década de 1990.

O estudo desses trabalhos permite concluir que eles estavam dentro dos princípios da Arqueologia Pública. Naquela época, apesar do conceito já existir, ainda não era prática comum dos arqueólogos brasileiros socializarem o conhecimento apreendido sobre o patrimônio arqueológico para as comunidades relacionadas.

A Arqueologia Pública propõe a implantação de estratégias visando à participação direta da população nas ações de gestão e proteção do patrimônio arqueológico, além de ações educativas de divulgação e compartilhamento do conhecimento acerca deste patrimônio, principalmente dentro da educação formal, associadas ao trabalho em museus e sítios arqueológicos. A Arqueologia Pública é aplicada em benefício das comunidades e segmentos sociais, promovendo uma reflexão crítica sobre o passado e atuando como uma ferramenta de luta pela conquista da cidadania, devendo ser entendida como a capacidade humana de fazer-se sujeito.

O conceito de responsabilidade social ao consumo de recursos sociais não pode estar associado a um fato contábil ou fiscal. Por isso, o arqueólogo, como agente social preocupado com a diversidade cultural, tem o dever de divulgar o conhecimento produzido na academia, e tal papel não pode estar ligado à idéia de obrigação em devolver algo recebido. Com a possibilidade de associar o cognitivo com o afetivo, a Arqueologia Pública pode trazer a percepção do homem como criador e recriador da sua história, possibilitando a formação crítica, o surgimento e o reforço da consciência política (MENESES, 2007). “Acreditamos que ao

arqueólogo cabe a reflexão sobre o uso educacional do conhecimento que produz; delegar essa tarefa a outros significa abrir mão de propiciar às novas gerações o contato insubstituível com o universo da investigação, da criação e da crítica” (HIRATA *apud* SCHAAN, 2007).

A Educação Patrimonial e a Museologia apresentam-se como formas mais eficazes de divulgar as informações acadêmicas e principais instrumentos de disseminação do saber científico. Há vários exemplos no Brasil que apontam o museu como o principal instrumento de mediação entre a comunidade e o patrimônio arqueológico. Como foi visto, os pesquisadores do NEA-UFPE/Fundação Seridó se utilizaram tanto da Educação Patrimonial, quanto da Museologia, na perspectiva da Musealização da Arqueologia, para possibilitar à população de Carnaúba dos Dantas o conhecimento sobre seus sítios arqueológicos e, em especial, sobre os registros gráficos.

É preciso lembrar que a preservação patrimonial não se faz apenas esperando que o poder público sancione e aplique leis. A sociedade também precisa se sentir responsável por seu patrimônio, devendo acionar o Estado para que ele proteja e promova os elementos de interesse, como aconteceu em Carnaúba dos Dantas, quando foi solicitado o tombamento do sítio Pedra do Alexandre, por parte de um vereador da cidade ou quando houve a preocupação de um grupo de jovens em não permitir o acesso de turistas aos sítios sem que houvesse a presença de um guia local capacitado. A comunidade científica se insere nesse contexto como o facilitador das ações de Educação Patrimonial, socializando o conhecimento, e protegendo junto com o governo e a sociedade os sítios arqueológicos.

As ações de Educação Patrimonial empreendidas pela comunidade tiveram como ponto de partida os trabalhos realizados pelo NEA-UFPE/Fundação Seridó, demonstrando que a população tem interesse em preservar seus bens, entretanto muitas vezes a falta de apoio por parte do poder público, não estimula os professores a promoverem ações que levem seus alunos a conhecerem e preservarem os sítios arqueológicos.

Temos no Brasil uma legislação de proteção e preservação arqueológica, que age através do inventário, do registro, da vigilância, do tombamento e da desapropriação. Os maiores entraves, contudo, estão na falta de vontade política de alguns envolvidos e na ausência de uma cultura de preservação (PARDI, 2002), adotada pela gestão pública e que envolva a participação

da população. Enquanto o patrimônio for “imposto” pelo Estado, por meio de uma gestão centralizada dos bens culturais, onde os cidadãos não se sentem responsáveis por tais bens, o quadro atual não mudará. Apenas quando há engajamento da população, ou seja, através de uma gestão participativa, o patrimônio é realmente preservado. A única maneira de fazer com que a comunidade se sinta detentora do seu patrimônio, sobretudo o arqueológico, é através da Arqueologia Pública.

É bem verdade que um dado que contribuiu para o resultado positivo dos trabalhos em Carnaúba dos Dantas é a maneira diferenciada com que a população trata seu passado. Nomes como o de José de Azevêdo Dantas, se unem ao de Mamede Azevedo, Tonheca Dantas, Felinto Lúcio, Donatilla Dantas, Dom José Adelino, além das diversas tradições e saberes, para juntos formarem o patrimônio imaterial local, motivo de orgulho para a maioria. Porém, é preciso lembrar que nem todos os 7.429 habitantes⁸ de Carnaúba dos Dantas possuem esse pensamento. E é por isso que as ações de Educação Patrimonial devem continuar, para atuarem como forma de divulgação do patrimônio arqueológico, para que a atual e as futuras gerações possam conhecer e valorizá-lo tanto quanto fazem com o seu patrimônio imaterial.

Além disso, é preciso estar atento para a conservação atual dos sítios, pois já se encontram, em sua maioria, com seus painéis comprometidos de alguma maneira. Pesquisadores, poder público e sociedade precisam se unir através de uma política cultural de preservação aliada a um programa de Educação Patrimonial para que no futuro não nos culpemos pela degradação desses importantes bens patrimoniais. Faz-se necessário pensar em formas de diminuir a ação dos agentes de destruição para prolongar a existência desses bens e futuramente analisá-los a luz de novas tecnologias e posicionamentos teóricos (MACEDO, 2010; MARTIN et al., 2010).

É importante analisar posteriormente como os segmentos da sociedade, que não foram atendidos diretamente pelos programas de Educação Patrimonial e que de alguma forma estão em contato direto com o patrimônio arqueológico, percebem-no. Como foi visto, os sítios estão ameaçados devido às atividades de extração de minérios e a destruição da caatinga, por isso, se faz necessário um trabalho junto aos proprietários e trabalhadores de mineradoras e indústrias

⁸ Dados do Censo IBGE 2010

de cerâmica vermelha com ações educativas de divulgação e compartilhamento do conhecimento sobre o patrimônio arqueológico, e a partir disso, buscar a conscientização dos mesmos sobre a importância em preservar os sítios arqueológicos.

Tendo em vista todo o trabalho realizado na Área Arqueológica do Seridó, e suas conseqüências, pode-se dizer que as ações ali desenvolvidas tiveram um alcance que foi além dos resultados esperados quando se aplica a metodologia da Educação Patrimonial. A Educação Patrimonial permite que haja a valorização do patrimônio cultural por meio do seu conhecimento. As ações do NEA-UFPE/Fundação Seridó não só se propuseram a valorizar o patrimônio arqueológico, mas envolveram memória, identidade e sentimento de pertença dentro de seus projetos. Elas levaram ao despertar de uma consciência preservacionista em parte da população, o que a possibilitou conhecer e reconhecer-se nos seus bens arqueológicos.

O despertar de uma parcela população pode ser considerado como o principal resultado dos trabalhos do NEA-UFPE/Fundação Seridó. Através das ações desenvolvidas por ela, mostrou que a mesma se reconhece como herdeira, responsável pela preservação de seu passado e sujeito ativo na construção da sua história, realizando atos em favor dessa preservação. Esse reconhecimento torna-se ainda mais relevante por atingir principalmente os professores, multiplicadores do conhecimento, que poderão levar à escola a importância da preservação do seu patrimônio cultural.

A realização de eventos em prol da criação de um museu para a cidade, a criação da PRÓ-SERIDÓ (Associação de Amigos e de Proteção ao Patrimônio Cultural do Seridó), desenvolver projetos pedagógicos nas escolas, realizar visitas aos sítios, oficinas e exposições, o Curso Jovem Guia, a criação do GEPS (Grupo de Estudos em Patrimônio e Arqueologia do Seridó) e suas ações: o levantamento do patrimônio cultural edificado de Carnaúba dos Dantas, a catalogação dos sítios arqueológicos, a confecção da cartilha sobre o patrimônio histórico-cultural da cidade e o inventário do patrimônio imaterial do município, além do tombamento municipal do sítio Pedra do Alexandre são ações que demonstram a participação direta da população na gestão e proteção do patrimônio cultural em Carnaúba dos Dantas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria José Carvalho. **Entrevista**. Realizada em Carnaúba dos Dantas no dia 21 de outubro de 2010.

ASSUMPÇÃO, Michelle. Em busca de uma identidade ancestral. **Jornal do Commercio**. Recife, 26 de outubro de 1997. Caderno C, p. 1.

BAHIA ARQUEOLÓGICA. Disponível em: www.bahiarqueologica.com

BALTAR, Mariana. Arte Agreste. **Jornal de Brasília**. Brasília, 28 de junho de 1998.

BASTOS, Rossano Lopes. **Patrimônio Arqueológico**. Dicionário de Direitos Humanos. Disponível em: www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Patrim%C3%B4nio+arqueol%C3%B3gico

BENAVIDES, O. Hugo. Returning to the source: Social Archaeology as Latin American philosophy. **Latin American Antiquity**. Vol. 12, n. 4, dez., 2001, p. 355-370.

BETHELL, Leslie. **História da América Latina – A América Latina após 1930: economia e sociedade**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. 1 ed. Edusp. São Paulo, 2009.

BEZERRA DE ALMEIDA, Márcia. **O australopiteco corcunda: as crianças e a Arqueologia em um projeto de Arqueologia pública na escola**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

BORGES, Fábio Mafra. **Os Sítios Arqueológicos da Furna do Umbuzeiro e Baixa do Umbuzeiro: caracterização de um padrão de assentamento na Área Arqueológica do Seridó - Carnaúba dos Dantas-RN, Brasil**. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

BRASIL. **Lei N° 3.924, de 26 de julho de 1961**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L3924.htm

_____. **Lei n° 4.717, de 29 de junho de 1965**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4717.htm

_____. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7347orig.htm

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema. **Cadernos de Sociomuseologia**. n. 17. Centro de Estudos de Sociomuseologia. ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 1999.

CALI, Plácido. **Políticas municipais de gestão do patrimônio arqueológico.** Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Ondas do pensamento museológico brasileiro **Cadernos de Sociomuseologia**. n. 21. Centro de Estudos de Sociomuseologia. ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2003

_____. **Arqueologia musealizada:** patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha. Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

_____. A função social dos museus. **Canindé** – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, nº 9. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2007. p. 169-187.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte; FORTUNA, Carlos Alexandre; POZZI, Henrique Alexandre. A Arqueologia na Ótica Patrimonial: uma proposta para ser discutida pelos arqueólogos brasileiros. **Canindé** – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, nº 1. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju, 2001. p. 129-156.

CARNEIRO, Carla Gibertoni. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva:** uma proposta para a Amazônia. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

CARTA DE LAUSANNE. Disponível em : http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Lausanne_1990.pdf

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. **Sociedade e Educação Patrimonial.** Iphan. Brasília, 2005.

CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti. **Marcadores de identidades coletivas no contexto funerário pré-histórico do Nordeste do Brasil.** Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª ed. UNESP. São Paulo, 2006.

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986**. Disponível em: www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23

CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA: Arqueologia e compromisso social: construindo arqueologias multiculturais e multivocais. 15, 2009. Belém. **Livro de Resumos**. Belém: Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), 2009. 167 páginas.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. Annablume. São Paulo, 2005.

_____. Para saber o que o público pensa sobre arqueologia. **Revista Arqueologia Pública**, nº 1. São Paulo, 2006. p. 31-48.

DANTAS, José de Azevedo. **Indícios de uma civilização antiqüíssima**. João Pessoa: Governo do Estado/Secretaria de Educação e Cultura/Fundação Casa de José Américo/IHGPA/A União, 1994 (Biblioteca Paraibana, n. XI). 316 p.

DANTAS, Maria da Paz Medeiros. **Entrevista**. Realizada em Carnaúba dos Dantas no dia 12 de abril de 2010.

EXPOSIÇÃO Arqueológica, inauguração da sede do Banco do Brasil e Loja do Artesanato de Carnaúba dos Dantas-RN. Vídeo Foto Galvão. Carnaúba dos Dantas, 1995. DVD

FERNANDES, Tatiana Costa. **Vamos criar um sentimento?!** Um olhar sobre a Arqueologia Pública no Brasil. Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FONTES, Mauro Alexandre Farias. **A cerâmica pré-histórica da Área Arqueológica do Seridó/RN**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. Pós-Graduação em História. Recife, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; OLIVEIRA, Nanci Vieira; TAMANINI, Elizabete. Arqueologia Pública no Brasil e novas fronteiras. **Praxis Archaeologica** – Revista eletrônica da Associação Profissional de Arqueólogos, nº 3. 2008. p. 131-138.

FUNARI, Pedro Paulo A. 2003. **Arqueologia**. São Paulo, Editora Contexto.

FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO. Disponível em www.fja.rn.gov.br/fja_site/index.asp

GÜNTHER, Hartmut. **Como elaborar um questionário**. Série Planejamento de pesquisa nas Ciências Sociais, n°1. UnB. Brasília, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Leon Schaffter. Ed. Vértice. São Paulo, 1990.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. **Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Disponível em: www.ibram.gov.br

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria n° 230, de 17 de Dezembro de 2002**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=337>

_____. **Portaria n° 07, de 01 de dezembro de 1988**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=319>

_____. **Recomendação de Nova Delhi**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, 9ª sessão de 5 de dezembro de 1956. UNESCO – Nova Delhi. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=234>

HODDER, Ian. **Interpretación em Arqueologia: corrientes actuales**. Editora Crítica Barcelona, 1988.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial. Brasília, 1999.

KESTERING, Celito. Estratégias de conservação das pinturas rupestres do Boqueirão do Riacho São Gonçalo, em Sobradinho, BA. **CLIO Arqueológica** n. 16, v.1, p. 49-66. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

JORGE, Vítor Oliveira. **Arqueologia, patrimônio e cultura**. 2ª ed. Coleção o homem e a cidade. Instituto Piaget. Lisboa, 2007.

LAGE, Maria Conceição Meneses; Jóina Freitas, BORGES. A teoria da conservação e as intervenções no Sítio do Boqueirão da Pedra Furada – Parque Nacional Serra da Capivara - Piauí. **CLIO Arqueológica** n. 16, v.1, p. 33-47. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

LAGE, Maria Conceição Soares Meneses. A conservação de sítios de arte rupestre. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Org. Tânia Andrade Lima, n. 33, p. 95-107. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2007.

_____. Intervenção de conservação dos sítios arqueológicos Xiquexique I e Xiquexique II - Carnaúba dos Dantas, Rio Grande do Norte. **Relatório**. 2010

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Apresentação. **Revista História Oral**. n. 7. Rio de Janeiro, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. 4 ed. Editora da UNICAMP. Campinas, 1994.

LIMA, Leilane; FRANCISCO, Gilberto da Silva. O que é isso? Para que serve? Quem são vocês? O que fazem? Uma experiência de Arqueologia Pública em Paranã - TO. **Revista Arqueologia Pública**, nº 1. São Paulo, 2006. p. 49-62

LUFT, Vlademir José. Os restos alimentares do Sítio Mirador no Boqueirão de Parelhas-RN. **Clio: Revista do Curso de Mestrado em História** n. 5, v. 1. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1989. Série Arqueológica

LUNA, Suely; NASCIMENTO, Ana Lúcia. Levantamento arqueológico do Riacho do Bojo, Carnaúba dos Dantas, RN, Brasil. **CLIO Arqueológica** n. 13, v.1. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1998.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Inventariando os saberes e os fazeres do Seridó: um relato sobre o levantamento do Patrimônio Imaterial em Carnaúba dos Dantas-RN. **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 7. Caicó, 2005. p. 30-68

_____. **Patrimônio arqueológico em Carnaúba dos Dantas**: pesquisas realizadas entre 1924 e 2005. Fundação Vingt-un Rosado. Mossoró, 2009.

_____. **Patrimônio Arqueológico do Seridó**: sítios rupestres em Carnaúba dos Dantas. Agbook. Carnaúba dos Dantas, 2010.

_____. **Entrevista.** Realizada em Carnaúba dos Dantas no dia 15 de abril de 2010.

_____. **Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens.** EDUFRN. Natal, 2011.

MACEDO, Márcia Rejane. **Uma abordagem temática e espectral de áreas passíveis à desertificação na região do Seridó RN/PB.** Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Ciências Geodésicas e Tecnologia da Geoinformação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

MACHADO, Laís Aparecida; ATAÍDES, Heloisa Selma Fernandes Capel. Identidade Cultural e Memória - objetos de construção do patrimônio histórico. **Habitus.** Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia da Universidade Católica de Goiás. v. 2, p. 41-62. Goiânia, 1998.

MARTIN, Gabriela. Amor, violência e solidariedade no testemunho da arte rupestre brasileira. **Clio:** Revista do Curso de Mestrado em História. Recife, v. 1, n. 6, p. 27-37, 1984. Anual. (Série Arqueológica, n. 1).

_____. A subtradição Seridó de pintura rupestre pré-histórica do Brasil. **Clio:** Revista do Curso de Mestrado em História. Recife, v. 1, n. 5, p. 19-26. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1989. Série Arqueológica

_____. **Pré-história do Nordeste do Brasil.** 5 ed. Editora Universitária da UFPE. Recife, 2005.

MARTIN, Gabriela; PESSIS, Anne-Marrie; CISNEIROS, Daniela; MÜTZENBERG, Demétrio. **Impacto dos agentes naturais e antrópicos nos sítios com grafismos rupestres da Área Arqueológica do Seridó.** I Encontro Regional SAB Nordeste. Caderno de Resumos. Recife, 2010.

McGIMSEY III, Charles. **Public Archaeology.** Seminar Press. New York, 1972.

MEDEIROS, Maria de Fátima Lopes. **Entrevista.** Realizada em Carnaúba dos Dantas no dia 13 de abril de 2010.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** - Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Org. Tânia Andrade Lima, n. 33, p. 37-57. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2007.

MESSENTIER, Leonardo Marques. **Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania.** 2006. Disponível em: www.artigocientifico.com.br/artigos/?mnu=1&smnu=5&artigo=1252.

MERRIMAN, Nick. **Public Archaeology.** Routledge. London, 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória:** a cultura popular revisitada. Ed. Contexto (Caminhos da história). São Paulo, 1992.

MORLEY, Edna June. Como preservar os sítios arqueológicos brasileiros. **Pré-História da Terra Brasilis.** Org. Maria Cristina Tenório. Editora UFRJ, Primeira reimpressão, p. 371-376. Rio de Janeiro, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde 2ª edição. Hucitec-Abrasco. Rio de Janeiro, 1993.

MTur- Ministério do Turismo. Disponível em: www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/ecoturismo.html

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA/UFBA. Disponível em: www.mae.ufba.br

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. Disponível em: www.museusambaqui.sc.gov.br

MUSEU CÂMARA CASCUDO/UFRN. Disponível em: www.mcc.ufrn.br/wordpress/?cat=44

MÜTZENBERG, Demétrio da Silva. **Gênese e ocupação pré-histórica do Sítio Arqueológico Pedra do Alexandre:** uma abordagem a partir da caracterização paleoambiental do vale do Rio Carnaúba-RN. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

PARDI, Maria Lúcia Franco. **Gestão de patrimônio arqueológico, documentação e política de preservação.** Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2002.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da memória** - Antropologia, escala e memória. n.º2 (nova série). Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa. Lisboa, 2007.

PESSIS, Anne-Marie; MARTIN, Gabriela. Área arqueológica do Seridó, RN, PB: Problemas de conservação do patrimônio cultural. **FUMDHAMENTOS**, v. 1, n. 2. p.187-208. São Raimundo Nonato, 2002.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da pré-história**. Parque Nacional Serra da Capivara. FUMDHAM/PETROBRAS, 2003.

PORPINO, Itaércio. Dez mil anos de arte. **Tribuna do Norte**. Natal, 19 de outubro de 1997. Caderno Viver, p. 1.

PRATS, Llorenç. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, nº 21, p. 17-35. Barcelona, 2005.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Editora UnB. Brasília, 1992.

QUERALT, Lluís Ubeda. El tratamiento archivístico y documental de las fuentes orales **Revista História Oral**. n. 7. p. 77-91. Rio de Janeiro, 2004.

RAMOS, Ana Catarina Peregrino Torres. **Posturas e práticas de preservação**: o confronto entre modelos participativos e centralizados na manutenção dos bens culturais em Pernambuco (1978-2006). Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Museu, ensino de história e sociedade de consumo. **Cadernos Paulo Freire**, vol. 2. Museu do Ceará. Fortaleza, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: método e técnicas. 4ª ed. Atlas. São Paulo, 2009.

RIO GRANDE DO NORTE. **Constituição Estadual do Rio Grande do Norte**. Disponível em www.rn.gov.br/conheca-o-rn/constituicao/. Acesso em 12 de dezembro de 2010.

_____. **Lei nº 7.799, de 30 de dezembro de 1999**. Disponível em: www.set.rn.gov.br

ROBRAHN-GONZALÉZ, Érika Marion. Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em Arqueologia Pública ligadas ao Projeto de Ampliação da Mina Calcária Limeira. **Revista Arqueologia Pública**, nº 1. São Paulo, 2006. p. 63-120.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória coletiva e teoria social**. Annablume. São Paulo, 2003.

SCHAAN, Denise Pahl. Múltiplas vozes, memórias e histórias – Por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico na Amazônia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação.** Org. Tânia Andrade Lima, n. 33, p. 109-134. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2007

SCHADLA-HALL, Tim. Public archaeology in the twenty-first century. **A future for archaeology: the past in the present.** Robert Layton, Stephen Shennan e Peter Stone (Org.) UCL Press / Cavendish Publishing. 2006. p. 75–82.

SEGALA, Lygia. **Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do Laboep.** IPHAN, Brasília.

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes F. **Musealização da arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares.** Dissertação (Mestrado). Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro. Os desafios da proteção legal - uma arqueologia da lei nº 3.924/61. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação.** Org. Tânia Andrade Lima, n. 33, p. 59-73. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, 2007

SILVA, Shirleide Pereira. **Museu como instituição guardiã e anfitriã: representações sociais de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal do Recife.** Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2005.

SOUZA, Alfredo Mendonça. História da arqueologia brasileira. **Pesquisas.** Instituto Anchieta de Pesquisas. Série Antropologia, n. 46. Rio Grande do Sul, 1991.

STONE, Peter; MACKENZIE, Robert. **The excluded past: archaeology in education.** Routledge. London, 2004

TAMANINI, Elisabete. **Museu Arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico.** Odysseus Editora. São Paulo, 2004

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.** Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. Disponível em: www.unesco.org.br

VICTOR, Plínio Araújo. **Primeira entrevista.** Realizada em Carnaúba dos Dantas no dia 24 de agosto de 2009

_____. **Segunda entrevista.** Realizada em Carnaúba dos Dantas no dia 18 de abril de 2010.

_____. **Palestra.** Realizada em Caicó no dia 14 de abril de 2010.

VIEIRA, Natália Miranda. **Gestão de sítios históricos:** a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas. Editora Universitária da UFPE. Recife, 2008.

ANEXOS

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

Lei nº 471

Em 05 de maio de 2003.

DISPÕE SOBRE O TOMBAMENTO DO
SÍTIO ARQUEOLÓGICO PEDRA DO
ALEXANDRE NO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE
CARNAÚBA DOS DANTAS-RN

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS, no uso de suas atribuições constitucionais, previstas no Art. 44, § 6º da Lei Orgânica Municipal, e, por proposta do Vereador Marcos Antônio Dantas;

CONSIDERANDO o Veto enviado pelo Prefeito Municipal aos Projetos de Lei nº 03, 04, 13, 14, 15 e 16/2003, remetido à Câmara Municipal em 14 de abril de 2003;

CONSIDERANDO, a rejeição do citado Veto pela maioria de 2/3 da Câmara Municipal, em votação secreta, no dia 26 de abril de 2003; e

CONSIDERANDO, ainda, o envio do Veto rejeitado para o Prefeito Municipal no dia 28 de abril de 2003;

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica tombado no Patrimônio Histórico do Município de Carnaúba dos Dantas o Sítio Arqueológico Pedra do Alexandre, composto por um conjunto de três abrigos pré-históricos, denominados:

- I – Pedra do Alexandre I ou simplesmente Pedra do Alexandre;
- II – Pedra do Alexandre II;
- III – Pedra do Alexandre III.

Parágrafo Único. Em cada um dos abrigos citados nos incisos deste artigo a área de tombamento se estende ao seu entorno, num raio de 300 metros.

Art. 2º. O Sítio Arqueológico Pedra do Alexandre localiza-se entre os Sítios Ermo e Volta do Rio, a cerca de 50 metros do Rio Carnaúba, com face orientada para Sul, conforme localização espacial no Anexo I.

Art. 3º. O tombamento de que trata o artigo anterior está fundamentado nos termos do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e do Art. 23, III e IV, combinado com o Art.216, IV, V e § 1º e § 4º da Constituição Federal, além da Lei Federal nº 9.924, de 26 de julho de 1961 (Lei Jânio Quadros), considerada a importância patrimonial e histórica desse Sítio Arqueológico, que guarda pinturas rupestres e cultura material que conferem importância para o estudo da Pré-História do município de Carnaúba dos Dantas.

Art. 4º. Fica adotada a Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985 e o Capítulo IV do Título II do Código Penal Brasileiro para casos de destruição e/ou descaracterização dos bens citados no Art. 1º, bem como a legislação federal competente.

Art. 5º. Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para que o Poder Executivo alocue placas alusivas nos citados bens com inscrição contendo o seu nome e logo abaixo “PATRIMÔNIO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS”.

Art. 6º. Fica estabelecido o prazo de 90 (noventa) dias para que o Poder Executivo dê ciência à 3ª Coordenação Sub-Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em Natal-RN, a respeito do presente tombamento.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Carnaúba dos Dantas-RN, em 05 de maio de 2003.

ABSALÃO JOSÉ DANTAS
PRESIDENTE



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO-AGU
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL-PGF
Procuradoria Federal no IPHAN/RN

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
FIRMADO ENTRE O INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
NACIONAL - IPHAN E O MUNICÍPIO DE
CARNAÚBA DOS DANTAS, VISANDO À
MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE SÍTIOS
ARQUEOLÓGICOS SOCIALIZADOS.

O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN, autarquia federal, por meio de sua Superintendência no Estado do Rio Grande do Norte, sediada na Rua da Conceição, nº 603, Natal, neste ato representado por sua Superintendente Regional, Dra. Jeanne Fonseca Leite Nesi, brasileira, arquiteta, e o **MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS**, através do seu representante legal, celebram o presente Termo de Cooperação Técnica, com fundamento na Lei nº 3924/61, no artigo 23 do Decreto-Lei nº 25/37 e legislação pertinente, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Manutenção preventiva das obras de socialização dos sítios arqueológicos Xiquexique 1 e Xiquexique 2 a ser realizada pela Prefeitura do Município de Carnaúba dos Dantas, com apoio, supervisão e fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Norte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – À Prefeitura do Município de Carnaúba dos Dantas compete:

- a) Garantir a limpeza mensal da vegetação das trilhas de acesso;
- b) Executar o enceramento semestral das bem-feitorias em madeira (abrigo, bancos, corrimões, passarelas);
- c) Realizar reparos, sempre que constatados danos, nas obras de alvenaria;
- d) Enviar ao Iphan/RN relatório anual das atividades de manutenção realizadas;
- e) Responsabilizar-se pelo controle das visitas aos sítios, dispondo de guia devidamente qualificado, observando que a passarela de madeira do sítio Xiquexique 1 receba no máximo 10 (dez) pessoas ao mesmo tempo e a passarela do sítio Xiquexique 2 receba no máximo 5 (cinco) pessoas ao mesmo tempo.
- f) Em caso de visita de grupos com número de pessoas superior ao acima determinado o acesso às passarelas se fará por subgrupos de dez e cinco pessoas respectivamente.
- g) Manter um registro dos visitantes dos sítios arqueológico para fins de estatísticas e controle.
- h) Realizar a manutenção do acesso que liga a rodovia RN 288 ao sítio Xiquexique.
- i) Executar os ajustes e alterações nos procedimentos de manutenção preventiva determinados pelo IPHAN visando a melhor atender ao interesse público de sua proteção, no prazo estabelecido pela autarquia federal.

II – AO IPHAN compete:

- a) Realizar periodicamente a fiscalização dos sítios arqueológicos, verificando o seu estado de conservação;
- b) Realizar a supervisão técnica dos procedimentos de conservação, conforme Plano de Trabalho anexo;
- c) Analisar os relatórios anuais enviados pelo Município de Carnaúba dos Dantas, determinando os ajustes nos procedimentos de manutenção, se necessários;
- d) Designar servidor responsável pela consolidação das informações quanto à visita aos sítios socializados, verificando sua compatibilidade com o interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE DO IPHAN

O presente termo de cooperação técnica não gera para o IPHAN qualquer vínculo empregatício com os servidores ou contratados do Município de Carnaúba dos Dantas para a realização dos serviços de manutenção preventiva dos sítios arqueológicos socializados, inexistindo qualquer responsabilidade estatutária, previdenciária ou securitária.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Este instrumento vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO

As partes poderão, de comum acordo, alterar o presente termo de cooperação mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

Este termo de cooperação técnica poderá ser denunciado, a qualquer tempo e por qualquer das partes, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 60(sessenta) dias.

Parágrafo único. Será rescindido automaticamente este instrumento, pela superveniência de norma legal que o torne material ou formalmente impraticável, e, ainda, pelo inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DIVULGAÇÃO

Em qualquer ação promocional que envolva o presente ajuste fica vedado às partes utilizar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste termo de cooperação técnica, no Diário Oficial da União, será providenciada pelo IPHAN até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, para ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias, daquela data.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente termo de cooperação não implica em transferência de recursos financeiros entre as partes signatárias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente ajuste, que não possam ser resolvidos pela mediação administrativa, as partes elegem o foro da **JUSTIÇA FEDERAL – Seção Judiciária no Rio Grande do Norte**.

E por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, em juízo e fora dele.

Carnaúba dos Dantas, 28 de março de 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

Jeanne Fonseca Leite Nesi
Superintendente Regional

MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS

Testemunhas:

CPF:

CPF: